

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Definições de excelência jurídica e recrutamento social da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie e da Universidade de São Paulo**

**GUARULHOS  
DEZEMBRO DE 2018**

JÉSSICA RONCONI FERNANDES

Definições de Excelência Jurídica e Recrutamento Social da Universidade Presbiteriana  
Mackenzie e da Universidade de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de São Paulo como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências  
Sociais.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Carolina Martins Pulici

GUARULHOS  
DEZEMBRO DE 2018

JÉSSICA RONCONI FERNANDES

Definições de Excelência Jurídica e Recrutamento Social da Universidade Presbiteriana  
Mackenzie e da Universidade de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de São Paulo como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências  
Sociais.

Aprovada em:

---

Profa. Dra. Carolina Martins Pulici

---

Profa. Dra. Márcia Cristina Consolim

NA QUALIDADE DE TITULAR DOS DIREITOS AUTORAIS DO TRABALHO CITADO, EM CONSONÂNCIA COM A LEI DE DIREITOS AUTORAIS Nº 9610/98, AUTORIZO A PUBLICAÇÃO LIVRE E GRATUITA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIFESP, SEM QUALQUER RESSARCIMENTO DOS DIREITOS AUTORAIS, PARA LEITURA, IMPRESSÃO E/OU DOWNLOAD EM MEIO ELETRÔNICO DESSE TRABALHO PARA FINS DE DIVULGAÇÃO INTELECTUAL DA INSTITUIÇÃO.

Aos meus pais, Suzete e Paulo, por  
todo amor e apoio ao longo dessa  
jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha Orientadora, Carolina Martins Pulici, por acreditar em meu potencial como pesquisadora acolhendo a mim e a minha pesquisa desde o primeiro semestre de graduação, por todas as aulas estimulantes de Sociologia e, finalmente, por ser uma inspiração profissional e pessoal.

Aos professores e professoras do curso de Ciências Sociais, por compartilharem tantos conhecimentos e ensinamentos ao longo desses anos.

A todos os alunos que preencheram os questionários e aos professores entrevistados, pela boa vontade com que se dispuseram a fazer parte desta pesquisa, compartilhando comigo suas trajetórias e visões de mundo.

Aos meus amigos, por tornarem essa caminhada mais leve e descontraída. Agradeço em especial à Juliana Pradela e ao Thiago Nascimento pelo apoio e companhia ao longo desses anos de graduação.

Aos meus pais, Paulo e Suzete, por terem me proporcionado todas as condições para que eu pudesse me aventurar nessa jornada universitária. Agradeço por não pouparem esforços em me ajudar em todos os momentos.

*A oposição entre o comercial e o “não comercial” encontra-se por toda parte: ela é o princípio gerador da maior parte dos julgamentos.*

Pierre Bourdieu, A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos (2001).

## RESUMO

A Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie integram o conjunto das instituições de ensino superior de prestígio no âmbito da oferta universitária da cidade de São Paulo em matéria de ensino de Direito. O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisou as semelhanças e as particularidades existentes entre esses dois universos acadêmicos no que diz respeito aos três eixos principais da pesquisa: os modelos de excelência jurídica, o recrutamento social do alunato e as trajetórias acadêmicas do corpo docente.

O estudo dos respectivos ideais de formação jurídica foi feito por meio do levantamento dos programas acadêmicos ministrados nas duas instituições. A análise das hierarquias temáticas que depreendem das grades curriculares foi completada pelo levantamento dos títulos e das áreas do Direito dos TCCs defendidos no segundo semestre de 2015. O segundo eixo da pesquisa, dedicado à investigação do recrutamento social do alunato, contou com a aplicação de questionários em turmas de ingressantes em ambas as faculdades. Por fim, a análise sobre os docentes foi realizada a partir do levantamento dos Currículos *Lattes* dos professores e pela realização de entrevistas com alguns desses docentes a fim de apreender as trajetórias de vida e de carreira, bem como as percepções que eles possuem sobre o campo acadêmico no Direito. Tendo como pano de fundo as diferenças existentes desde a criação da USP e do Mackenzie – a começar do fato da primeira ser laica e pública, e a segunda confessional e privada –, buscamos investigar a persistência de diferenças socioculturais e ideológicas mediante o estudo comparativo dos dois cursos de Direito.

Palavras-chaves: Direito. Excelência Jurídica. Recrutamento Social. USP. Mackenzie

## SUMÁRIO

Introdução.....	9
Fontes e métodos de pesquisa.....	18
Capítulo 1 – Espírito de corpo da USP e do Mackenzie.....	19
Capítulo 2 – A Hierarquia das Áreas Jurídicas.....	28
2.1 Hierarquias temáticas na grade curricular dos cursos de Direito.....	28
2.2 A hierarquia das áreas jurídicas nos TCCs.....	34
Capítulo 3 – Recrutamento Social dos alunos ingressantes.....	40
3.1 As propriedades sociais dos estudantes.....	40
3.2 As competências culturais dos estudantes.....	45
3.3 Aspirações sociais e preferências profissionais.....	47
3.4 O acordo tácito entre a faculdade e os estudantes.....	52
Capítulo 4 – Trajetória acadêmica e social dos corpos docentes.....	55
4.1 Perfil e trajetória acadêmica dos docentes.....	55
4.2 Revistas de publicação.....	61
4.3 Funções e atividades profissionais cumulativas.....	63
4.4 A posição dos docentes no espaço estudado.....	68
Capítulo 5 – Representações sociais e intelectuais dos professores.....	73
5.1 Contexto geral das entrevistas.....	73
5.2 Origem social e capitais herdados.....	75
5.3 Trajetórias coletivas: entre a “vocação” e o destino provável.....	80
5.4 Barreiras simbólicas e a representação da mulher na docência jurídica.....	90
5.5 O peso da Faculdade: “ <i>você não tem como negar a tua alma mater, entendeu?</i> ” .....	95
5.6 Disputas no ensino jurídico: teoria com prática ou prática com teoria.....	97
Considerações Finais .....	109
Referências Bibliográficas.....	113
ANEXOS.....	116
A) Questionário.....	116
B) Roteiro de entrevista .....	123



## Introdução

A Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie integram o conjunto das instituições de ensino superior de prestígio no âmbito da oferta universitária da cidade de São Paulo em matéria de ensino de Direito. Diante disso, a presente pesquisa investigou as semelhanças e as particularidades existentes entre esses dois universos acadêmicos no que diz respeito aos modelos de excelência jurídica e ao recrutamento social de seus corpos discentes e docentes.

A análise comparativa dos cursos de Direito da USP e do Mackenzie exige, de saída, que remontemos ao desenvolvimento do ensino jurídico no Brasil. Em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*<sup>1</sup>, Lilia Schwarcz narra a criação das primeiras faculdades de Direito no Brasil – em São Paulo e em Olinda – e mostra que elas estiveram diretamente vinculada à independência brasileira de 1822, uma vez que tinham a função de criar a imagem do Brasil independente com uma categoria intelectual local e uma administração nacional própria e autônoma. Por meio da educação e da carreira promovida pelo curso de Direito, os primeiros bacharéis – homens, brancos das elites – puderam implantar o modelo de dominação política que favorecia as classes superiores, impedindo ameaças ao poder<sup>2</sup>. Embora os institutos jurídicos seguissem uma tendência liberal – inspirada no modelo de ensino liberal europeu –, o fato do Brasil Império ser um Estado aristocrático mostra o quanto esse liberalismo era orientado pelos princípios de “prudência e moderação”<sup>3</sup>; isso significa a não ameaça às elites proprietárias rurais, à escravidão e ao patrimônio familiar. Em outras palavras, não havia intenção em democratizar o Brasil, logo, o que existiu foi um liberalismo conservador, que visava “reformular para conservar”<sup>4</sup>.

Diante desse cenário, Sérgio Adorno, em *Aprendizes do Poder*, analisa a importância do curso de Direito de São Paulo na construção do Estado Nacional a partir da reflexão cultural, intelectual e profissional desses bacharéis que funcionavam como interlocutores da ordem social dominante, por meio da ocupação de cargos públicos na burocracia estatal – nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) – condição que acumulava capital simbólico e poder temporal. O autor conta que após o início conturbado da instalação da Academia de

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>2</sup> ROSEK, Marli & SATIN, Janaína Rigo. *As primeiras faculdades de Direito e seu papel na formação das instituições jurídico-políticas brasileiras: uma escola para manutenção do poder*. Funjab, p. 8, disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uninove/livro.php?gt=25>. Acesso em 03/05/2015.

<sup>3</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 51.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 51.

Direito em São Paulo em 1828, ela ficou conhecida pelo seu profissionalismo e autodidática, mais do que pelo estudo propriamente jurídico em sala de aula: teria sido privilegiada a formação política em lugar da formação jurídica no Brasil Império. Nesse sentido, o corpo docente do Direito era predominantemente formado por figuras conhecidas pela vida pública, não pela produção de conhecimento jurídico ou pela atividade acadêmica – que era secundária: poucos professores haviam feito uma especialização e raríssimos tinham o título de doutorado.

Na trilha desses estudos que se debruçaram sobre a criação e os primeiros anos dos cursos jurídicos no Brasil, esta pesquisa analisou como se estruturam atualmente duas das principais faculdades de Direito da cidade de São Paulo, notadamente no que tange aos seus ideais de formação jurídica e às propriedades sociais do corpo estudantil. Partindo do pressuposto de que o ensino jurídico no Brasil possivelmente sofreu mudanças, uma das questões a que a presente pesquisa se propôs a responder é se ainda há – e em que medida – reprodução da ordem de ensino jurídico da época imperial, voltado sobretudo para as elites e para a ocupação de cargos e funções públicas do Estado. Ou, ainda, se houve transformação do ensino jurídico por meio de uma maior diversificação social entre os alunos deste curso e da ampliação das possibilidades de carreira jurídica inculcadas pelas faculdades de Direito.

As duas universidades enfocadas nesta investigação se originaram de formas distintas. O Mackenzie foi criado por um casal de missionários presbiterianos em 1870, começou como um colégio e cresceu até se transformar numa universidade, cuja educação era baseada no modelo norte-americano. Em contrapartida, a USP foi criada pelo Estado em 1934, inspirada no modelo europeu liberal e laico. Considerando essas diferenças históricas de formação, a presente pesquisa analisou se tais peculiaridades persistem no que diz respeito aos modelos de excelência intelectual-acadêmica e também no que tange ao perfil de seus alunos e professores. Para tanto, investigamos a posição ocupada pela USP e pelo Mackenzie no campo social e, mais especificamente, a posição de suas faculdades de Direito no campo universitário a partir de sua proximidade ou distância em relação ao polo do poder e ao polo da cultura.

Inspirada pelas obras de Bourdieu, a presente pesquisa estudou a “estrutura de cada faculdade e a posição que nela ocupam as diferentes disciplinas”<sup>5</sup>. Entende-se que no campo universitário, como em todo campo, há também lutas para determinar as condições e critérios de pertencimento, isto é, as propriedades pertinentes e eficientes, que funcionam como capital. Os diferentes indivíduos definidos por esses critérios estabelecem com o campo uma relação ao reivindicá-lo, mostrando sua pretensão em tê-lo como propriedade legítima ao buscar seu

---

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013, p.57.

capital específico.<sup>6</sup> Partindo da concepção de que a estrutura das instituições de ensino superior reproduz a estrutura do campo do poder na própria lógica escolar<sup>7</sup>, uma das formas mais eficientes para a reprodução da posição dominante dos cursos jurídicos tradicionais é a não diversificação ou ampliação das propriedades sociais do seu alunato. Se tudo o que se populariza perde suas propriedades distintivas, uma possível democratização de cursos jurídicos dominantes no campo universitário faria com que eles perdessem seu reconhecimento social como reduto das elites.

Segundo Bourdieu, a legitimação no campo universitário se dá por duas vertentes: uma vertente é a *hierarquia social*, que é a origem social, ou trajetória da família; a outra é a *hierarquia cultural*, que ressalta a trajetória e o “esforço próprio” do indivíduo, e tem sido cada vez mais valorizada em oposição às conquistas da família. Ocorre que, como mostraram outros estudos sobre as elites jurídicas brasileiras contemporâneas<sup>8</sup>, as vantagens herdadas na hierarquia social são apresentadas como herança merecida pelo esforço na carreira na lógica meritocrática: “foram os capitais e as redes de relações herdados de suas famílias que permitiram a ativação do capital conferido pelo diploma e sua reconversão em uma estratégia de reprodução do poder familiar e de manutenção de posições dominantes no campo”<sup>9</sup>. Sendo assim, quando se discute as diferenças observadas entre os detentores de um capital escolar idêntico e a defasagem entre o capital escolar e o capital cultural efetivamente possuído, Bourdieu chama atenção para “instituições escolares muito diferentes por seus professores, métodos pedagógicos, recrutamento social etc; para obter um diploma idêntico”<sup>10</sup>.

Além da breve exposição sobre o funcionamento do campo universitário e a legitimação de seus agentes, em vista de um profundo entendimento da posição dos estudantes no campo social e da posição das faculdades de Direito no campo universitário, devemos apresentar também o funcionamento do Direito e a relação entre o campo jurídico e o campo do poder. Apesar do presente trabalho lançar luz sobre a posição de dois cursos jurídicos de alto prestígio no campo social e mais especificamente no campo universitário, é importante que se leve em consideração a força do próprio campo jurídico e o que ele representa no campo social.

---

<sup>6</sup> Idem, ibidem, pp.32 e 33.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, pp.65 e 66.

<sup>8</sup> GASPAR, Raísa Yasmin R. *O uso de Bourdieu na análise do campo jurídico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: Trabalho de Conclusão de Curso, EFLCH-UNIFESP, 2014, pp. 30-33.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. São Paulo. 2010, p. 290.

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. “O capital herdado e o capital adquirido” In: BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015, p. 80.

Bourdieu se propôs a fazer uma análise sobre a ciência do Direito<sup>11</sup> e refuta desde logo a teoria formalista – que entende o Direito como instituição autônoma do mundo social – e a teoria instrumentalista – que entende o Direito como simples reflexo das relações de força do campo social e, portanto, como instrumento dos dominantes. Tanto a visão “internalista” quanto a “externalista” não levam em consideração que existe um universo dentro do qual se forma e se exerce uma “autoridade jurídica”, relativamente independente das pressões externas:

As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas.<sup>12</sup>

A constituição de um “espaço judicial” estabelece a fronteira entre aqueles que têm uma “visão vulgar”, dos clientes, e os que têm a “visão científica”, própria dos agentes jurídicos; a distância entre os dois sujeitos é o produto de uma relação de poder. A lógica sobre a qual se fundamentam os problemas e soluções jurídicos é acessada apenas pelos profissionais, por possuírem as categorias de percepção e apreciação próprias, como a linguagem jurídica. O processo que reduz os não-especialistas a clientes dá aos profissionais – detentores do capital jurídico – o “domínio da situação”. Esse capital específico permite que os profissionais controlem não só o acesso ao campo do Direito, mas a forma como são caracterizados os conflitos propriamente jurídicos de modo que a realidade é reduzida a uma definição jurídica.

Na luta entre as diversas visões de mundo, o poder judicial representa um poder transcendente, pois manifesta a visão soberana do Estado. Segundo Bourdieu, o Direito é a forma por excelência do discurso capaz de produzir efeitos por conta própria: “O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado”.<sup>13</sup> Sendo assim, pode-se dizer que o Direito faz o mundo social, ao mesmo tempo em que é e foi feito por este mundo. Afinal, ele exerce sua eficácia específica devido ao seu reconhecimento e à sua dimensão arbitrária desconhecida.<sup>14</sup> Por meio da lógica do precedente, ou seja, a consulta às decisões jurídicas do passado para tomar as decisões sobre os conflitos presentes, o trabalho jurídico liga o presente ao passado; mesmo se houver transformações e adaptações. Dessa forma, o trabalho jurídico desenvolve uma lógica de

---

<sup>11</sup> Idem. “A força do direito”. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.209-254.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 211

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p. 237

<sup>14</sup> Idem, ibidem, p. 243

conservação, que lhe confere poder simbólico, pois ao sistematizar e racionalizar as decisões e regras jurídicas, uma visão de mundo muito ajustada àquela dos dominantes recebe um “selo de universalidade”. Devido à sua eficácia simbólica, pode-se “conduzir à universalização prática”<sup>15</sup> de um modo de agir e pensar característicos de uma parcela do espaço social e geográfico. Sendo assim, os que não são profissionais jurídicos apenas se submetem à força da forma e sofrem a violência simbólica daqueles que “sabem pôr o direito do seu lado”<sup>16</sup>.

Existem, com efeito, no Brasil contemporâneo, alguns trabalhos sobre o campo jurídico, como o de autoria de Frederico Normanha Ribeiro de Almeida<sup>17</sup> que estuda o funcionamento do polo jurídico dominante. Assim como em outros campos, no Direito a escolarização também é um meio para alcançar posições de elite que tradicionalmente são ocupadas por aqueles que ali estão por força da herança familiar. Sendo assim, Almeida mostra que as escolas prestigiadas são voltadas às elites sociais, políticas e econômicas, de modo a manter e reproduzir a estrutura e a classe dominante já estabelecidas na sociedade brasileira. O diploma dessas escolas é, portanto, mais prestigiado por valorizar os agentes dominantes e, ao mesmo tempo, serve como porta de entrada aos indivíduos de classes dominadas em ascensão, que então podem ingressar no campo jurídico sem que tenham alto volume de capitais herdados<sup>18</sup>. Nesse sentido, o eixo referente ao recrutamento social na presente pesquisa analisou em que medida há possibilidade de acesso às escolas de elite – Faculdade de Direito da USP e do Mackenzie – pelos agentes das classes dominadas.

Segundo Almeida, há um equilíbrio entre bacharéis de Direito formados em faculdades públicas e privadas nas funções públicas. Essa informação nos leva a pensar, à primeira vista, que houve uma democratização do acesso às carreiras jurídicas; no entanto, o próprio autor ressalta que, há uma hierarquia dos diplomas das faculdades de Direito e mesmo entre as faculdades privadas, existe uma hierarquia quanto ao capital simbólico de cada uma e seu posicionamento no campo jurídico. Assim sendo, algumas faculdades privadas tradicionais, como é o caso do Mackenzie, ocupam uma posição superior, ao lado das faculdades públicas.

É a partir dessa desigualdade nas estruturas de capitais e da reprodução dessas desigualdades realizada pelo sistema escolar, que ocorre a divisão social do trabalho jurídico – segundo a qual o valor do diploma determina a posição ocupacional do bacharel em Direito, cabendo aos egressos das faculdades de posições inferiores na hierarquia dos diplomas o exercício de funções secundárias e auxiliares na administração da justiça estatal.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Idem, ibidem, p. 245

<sup>16</sup> Idem, ibidem, p. 251

<sup>17</sup> ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil. São Paulo. 2010. p. 13

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p. 29.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 107.

Nas últimas décadas, o aumento do número dos cursos de Direito foi abrupto; entre 1984 a 1993 foram criados 75 cursos jurídicos, já entre 1994 e 2006 foram criados 768. Essa expansão dos cursos de Direito – em grande parte privados, laicos e empresariais – também parece indicar uma aparente democratização do ensino jurídico. No entanto, Almeida mostra que a formação universitária dos membros do Supremo Tribunal Federal até 2008 não sofreu os impactos desta expansão, pois os ministros continuam sendo oriundos de universidades tradicionais e de grande prestígio.<sup>20</sup> Isso sugere uma “barreira de caráter político e social”<sup>21</sup> às camadas dominadas, sendo uma delas o baixo número de vagas oferecidas e o alto grau de dificuldade dos vestibulares dos cursos de Direito mais prestigiados, aumentando a relação candidato/vaga e conferindo a eles mais lucro simbólico pelo alto grau de seletividade.

Outro autor brasileiro que trabalha com a sociologia do Direito é Fabiano Engelmann, cuja pesquisa parte da polarização das tomadas de posição dos juristas<sup>22</sup>. O autor encontra em um polo os juristas tradicionais com hereditariedade na profissão, detentores de capital social e, conseqüentemente, ocupantes de cargos e posições privilegiadas na hierarquia das profissões jurídicas. No outro polo estão os críticos da tradição jurídica, cuja origem social é mais diversificada; eles lutam para legitimar novas áreas jurídicas, redefinir seu uso e são adeptos do que ficou conhecido como “Direito Alternativo”.

Ao estudar esses processos de “redefinição do ensino jurídico” e de “diversificação do espaço das carreiras jurídicas”, Engelmann apresenta uma visão sobre “a crise do Direito”<sup>23</sup> que atinge também o ensino jurídico, pois busca-se deslegitimar o bacharelismo tradicional e promover uma reforma para aproximar o Direito da realidade social e das classes dominadas.<sup>24</sup> Em suma, essa crise consiste na disputa pelo “monopólio de dizer o Direito”, isto é, na luta pela “hierarquização legítima”<sup>25</sup>, que pode ser entendida, segundo Bourdieu, na: “luta pelas classificações que visa conservar ou transformar essa classificação conservando ou transformando a hierarquia dos critérios de classificação”<sup>26</sup>. Nas lutas simbólicas pelo monopólio de dizer o Direito, os “juristas críticos” buscam legitimar sua posição através da especialização jurídica, o que significava eliminar os “professores-bacharéis” do sistema de ensino jurídico, por isso eles são grandes defensores da valorização do capital escolar.

---

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 95 e 96.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p. 98.

<sup>22</sup> ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006, p. 12.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p. 15.

<sup>24</sup> Idem, ibidem, p. 36-38.

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*, op. cit., p. 108.

<sup>26</sup> Idem, ibidem, p. 104.

Diante da breve apresentação de pesquisas contemporâneas sobre o campo jurídico e sobre o campo universitário, viu-se a necessidade de investigarmos as propriedades socioculturais dos professores das faculdades de Direito da USP e do Mackenzie. Desse modo, o último eixo da presente pesquisa consistiu na análise das trajetórias e competências dos docentes com o objetivo de apreender os princípios hierárquicos no âmbito da comunidade acadêmica em análise, bem como o seu recrutamento social e acadêmico. Nessa etapa da pesquisa, inspiramo-nos na obra de Fritz Ringer, *O Declínio dos Mandarins Alemães*<sup>27</sup>, que analisou a opinião dos professores alemães entre 1890 e 1933, período em que um grupo de intelectuais temiam as mudanças culturais decorrentes do progresso material; havia um pessimismo que engendrava a opinião de que era necessário proteger seus valores tradicionais.

O autor mostra que os intelectuais do período de Weimar não são apenas o resultado de uma lógica herdada, eles tinham emoções, atitudes, linguagem e métodos de discussão semelhantes que os uniam. Foi para este aspecto comum entre os professores universitários alemães que o autor lançou seu olhar, analisando-os como um grupo mais ou menos coeso e deixou de lado suas particularidades individuais. A fim de analisar o que ele chama de “ideologia mandarim”, Ringer formulou um tipo ideal “mandarim”<sup>28</sup>: o sujeito com diploma do ensino superior como médicos, advogados, funcionários públicos, clérigos, professores secundários e professores universitários, geralmente pertencente à classe alta com maior qualificação educacional e que a ela tudo deve e que tinha a função de manter o padrão educacional que preservasse a existência do grupo.

Os “mandarins” defendiam que a educação deveria enobrecer espiritualmente os indivíduos, promovendo sua “elevação espiritual”, ao passo que o conhecimento “prático” e técnico é rejeitado por eles. Assim, eles insituem um ideal de ensino que funcione como “substituto honorífico da nobreza de nascimento”<sup>29</sup>. Ocorre que com a industrialização consolidada e o processo avançado de urbanização, as elites empresariais passaram a contestar o poder da elite cultural, diminuindo sua influência sobre as questões públicas e sobre o sistema de ensino que passa a receber mais estudantes em busca de educação prática. Nesse contexto, a educação passa a ser mais utilitária e voltada para a causa tecnológica e o ensino tradicional de elite, que visa formar mandarins, é substituído por ser insuficiente para a modernidade. Diante desse entrave sociopolítico o futuro dos mandarins passa a depender,

---

<sup>27</sup> RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*. São Paulo, Edusp, 2000.

<sup>28</sup> Remetendo-se à elite tradicional chinesa constituída pelos funcionários letrados da China.

<sup>29</sup> RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães*. Op. cit. p. 25.

segundo o autor, da capacidade de tradução da sua ideologia para a linguagem de seus concorrentes em prol de uma cumplicidade com os novos grupos sociais<sup>30</sup>.

Além da obra de Ringer, a pesquisa já citada de Sérgio Adorno<sup>31</sup> também foi fundamental no estudo do eixo referente à análise dos corpos docentes das Faculdades de Direito da USP e do Mackenzie. Adorno mostra que aqui também existiu um tipo específico de intelectual politizado e ajustado à ideologia do Estado.<sup>32</sup> Contudo, ele não acredita que houve pressões e controles fortes do Estado sobre os cursos jurídicos que impedissem o raciocínio crítico sobre a realidade social; pelo contrário, Adorno afirma que esse corpo docente tinha grande autonomia na “produção” ou transmissão de conhecimento. Na verdade, o ensino jurídico tinha nem sequer um plano pedagógico definido<sup>33</sup>. Segundo o autor<sup>34</sup>, o Estado não fomentou a construção de doutrinas jurídico-políticas brasileiras nas Academias de Direito e nem foi criterioso quanto ao processo de seleção do corpo docente: muito embora houvessem critérios acadêmicos, eram ainda mais importantes as qualidades carismáticas, a presença na vida política e a moral ilibada. Essas características deram condições para o surgimento de intelectuais de prestígio e de uma elite política “coesa”, mas não possibilitou o aparecimento de intelectuais que criassem teorias sobre a própria sociedade brasileira a partir de fundamentos próprios e independentes daqueles populares na Europa. Não havia no processo de ensino-aprendizagem daqui um “espírito científico e doutrinário”<sup>35</sup>.

Haja vista a breve síntese das obras de Ringer e Adorno sobre intelectuais do passado, é importante avocar também pesquisas contemporâneas sobre esse tema. Neste sentido, a análise feita por Bourdieu em *Homo Academicus*<sup>36</sup>, além de nortear esta pesquisa pela opulência e densidade da investigação do campo universitário, supri essa necessidade não completamente atendida pelas análises anteriores. Em sua pesquisa sobre o campo universitário francês, Bourdieu demonstrou que a posição de origem dos agentes gera relações opostas no que se refere à ciência e ao poder. Nesse sentido, os professores oriundos de classes populares e médias que devem unicamente a seu sucesso escolar o ingresso nas classes superiores estão mais presentes nas faculdades de Ciências e Letras e tendem a reinvestir todo seu esforço na instituição, razão pela qual esse corpo docente parece interessar-se mais pelos

---

<sup>30</sup> Idem. Ibidem, p. 28.

<sup>31</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.

<sup>32</sup> Idem. Ibidem, p. 91.

<sup>33</sup> Idem. Ibidem, p. 92.

<sup>34</sup> Idem. Ibidem, pp. 120 e 121.

<sup>35</sup> Idem. Ibidem, p. 121.

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.



poderes universitários. Por outro lado, os docentes das faculdades de Direito e de Medicina, muitas vezes originários da burguesia, não se limitam ao poder oferecido no campo universitário e acumulam não só cargos de autoridade na Universidade, mas também posições de poder no campo político e no mundo dos negócios.

Verifica-se que a acumulação do capital científico depende do “sentido da colocação”,<sup>37</sup> isto é, do valor da clientela a partir da qualidade social dos clientes e da habilidade ou senso social, ligado à origem social e ao pertencimento antigo ao meio, responsável pela “aquisição precoce das informações e das disposições adequadas”, moldando-se, dessa forma, à definição oficial da instituição. Por essa razão, a presente pesquisa buscou investigar o recrutamento social e acadêmico dos professores de ambas as universidades para verificar se há diferenças entre os volumes e composições dos capitais cultural e econômico, e então avaliar se a hierarquia social das faculdades corresponde à hierarquia da origem social dos professores. Além disso, buscou-se investigar se os defensores da reforma do ensino do Direito estão mais ligados às disciplinas dominadas na hierarquia das áreas jurídicas, e seguem carreiras dominadas socialmente, detentoras de prestígio acadêmico e científico em detrimento de reconhecimento social e “mundano”<sup>38</sup>.

Seguindo este raciocínio, ao analisar as propriedades sociais e acadêmicas do corpo docente e sua relação com outros agentes do campo universitário, também estaremos examinando a adesão ao arbitrário cultural em que se baseia o “espírito” das duas faculdades de Direito da USP e do Mackenzie. Se as lutas pela legitimação do ensino jurídico ocorrem principalmente pela implementação da obrigatoriedade de titulação acadêmica pelo corpo docente das universidades, a reforma do ensino jurídico ocorreria pelo afastamento de professores que exercem essa profissão como secundária – característica dos professores bacharéis do Império. Assim, esses cargos seriam preenchidos por professores pós-graduados com maior titulação acadêmica no corpo docente das faculdades de Direito, valorizando os especialistas de ensino e promovendo a profissionalização da função de professor. Foram avaliados, portanto, como e em que medida tais princípios de hierarquização foram assimilados pelas faculdades de Direito da USP e do Mackenzie.

---

<sup>37</sup> Idem. Ibidem, p. 86.

<sup>38</sup> Idem. Ibidem, p. 102.

## Fontes e métodos de pesquisa

Tendo em vista essa síntese da bibliografia fundamental e os objetivos de comparar as concepções de excelência jurídica, o recrutamento social dos alunos e a trajetória social e acadêmica dos professores dos cursos de Direito da USP e do Mackenzie, a presente pesquisa mobilizou três tipos de fontes: a bibliográfica, a documental e a empírica propriamente dita. A fim de avaliarmos o impacto das condições institucionais na formação dos hábitos de pensamento e dos perfis de carreira dos bacharéis em Direito, a pesquisa bibliográfica centrou-se nas áreas da História do Direito e da Sociologia da vida acadêmica.

As principais fontes documentais reunidas foram a grade curricular dos dois cursos, que nos permitiu identificar as áreas jurídicas priorizadas pelas instituições; os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos no segundo semestre de 2015 nos cursos de Direito da USP e do Mackenzie, por meio do qual apreendemos os temas mais dignificados pelos estudantes; o currículo *lattes*<sup>39</sup> de todos os professores, que possibilitou a análise de sua trajetória acadêmica e, por fim, as revistas jurídicas qualificadas como A1 e A2, que indicam a publicação e o comprometimento dos docentes com a pesquisa. Foram utilizadas também duas fontes documentais acessórias: os sites das instituições, que auxiliaram o melhor apreço sobre o “espírito de corpo” das faculdades, e as “Diretrizes curriculares do curso de Direito”, elaboradas pelo Ministério da Educação e revela o modelo de curso esperado pelo Estado.

No que tange às fontes empíricas, foram elaboradas duas análises de correspondência múltiplas (ACM) a partir dos dados coletados nos currículos *lattes*, permitindo-nos visualizar a posição dos agentes no espaço social estudado. Também foram elaborados e aplicados questionários em quatro turmas de ingressantes, duas em cada universidade e em cada período (matutino e noturno), com o objetivo de avaliar o perfil social dos alunos<sup>40</sup> e identificar as estruturas de capitais que dão acesso às Faculdades de Direito da USP e Mackenzie. Nesse sentido, buscou-se compreender se há a reprodução de uma elite jurídica e das relações de poder e dominação ou a mudança no recrutamento social do seu alunato. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 21 professores – dez do Mackenzie, nove da USP e dois de ambas as faculdades. A partir dessas entrevistas foi possível identificar a origem social dos professores, analisar suas trajetórias acadêmicas e profissionais bem como suas disposições e posições atuais no campo social e no campo universitário.

---

<sup>39</sup> Devido a constante atualização dos currículos, todos os *lattes* foram analisados apenas entre 07 de outubro de 2017 e 28 de outubro de 2017. Além disso, a análise também não atentou para contratações ou demissões de professores ocorridas fora deste período.

<sup>40</sup> No caso do alunato da USP, a análise do recrutamento social contou também com os formulários socioeconômicos preenchidos pelos ingressantes do curso de Direito disponíveis no site da FUVEST.

## Capítulo 1 – Espírito de corpo da USP e do Mackenzie

Se em um primeiro momento acreditamos que a diferenciação entre as Faculdades de Direito da USP e do Mackenzie no que tange à definição de excelência jurídica se daria principalmente pelas oposições entre sua natureza – pública ou privada; religiosa ou laica –, ao longo da pesquisa verificamos que essas propriedades são secundárias no que tange à diferenciação entre elas. Na verdade, a imagem construída da instituição de ensino, bem como seu “espírito” mostraram ser aspectos distintivos centrais na análise comparativa em questão. Ao negarem o peso do fator econômico no sistema escolar paulista, enfatizando apenas a excelência de ensino, as famílias e as respectivas faculdades, sem dizer nada, acordam tacitamente sobre as trocas envolvidas nesta relação. Ao ingressar numa faculdade e ao receber um aluno de determinada origem social, tanto o estudante quanto a faculdade sabem quais são as vantagens para si com essa relação, mesmo que isso não ocorra de maneira consciente.

Se mobilizarmos o conceito de mercado simbólico elaborado por Bourdieu e trabalhado por Graziela Perosa<sup>41</sup>, podemos compreender o espaço universitário como “um mercado que comercializa aquilo que não seria comercializável e funciona a partir de uma negação coletiva de seu caráter comercial, ou seja, dos interesses e dos ganhos econômicos aí envolvidos”<sup>42</sup>. O espaço universitário se constrói sobre as relações de concorrência, estratégias de recrutamento, e desigualdade entre investimentos econômicos e diferentes diplomas. Portanto, para a compreensão desse “mercado escolar” e a legitimação da São Francisco e do Mackenzie dentro deste espaço, devemos descobrir a posição das escolas no campo.

Nesse mercado escolar, desde sua origem, o Mackenzie se apresentou como uma instituição que se contrapunha à rigidez das escolas tradicionais e, portanto, não era bem vista pelas famílias mais tradicionais e mais conservadoras, principalmente no que se refere à educação de meninas<sup>43</sup>. Mesmo com o vínculo religioso, percebemos através dessas características iniciais de sua formação que, no campo escolar e posteriormente no campo universitário, o Mackenzie se afastava das escolas confessionais católicas rígidas e tradicionais<sup>44</sup>, aproximando-se da USP. Como bem mostra Perosa<sup>45</sup>, as famílias das jovens egressas das escolas católicas mais tradicionais, e que – não por acaso – eram oriundas das antigas elites agrárias e dos primeiros grandes industriais em ascensão, não desejavam que suas filhas

---

<sup>41</sup> PEROSA, Graziela. Três escolas para meninas. Março de 2005. 245 f. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 2005.

<sup>42</sup> Idem, Ibidem, p. 35

<sup>43</sup> Idem, ibidem, pp. 35-36

<sup>44</sup> Idem, ibidem, p. 35

<sup>45</sup> Idem, ibidem, p. 157

ingressassem no ensino superior, mas quando isso acontecia, esperava-se que a instituição de ensino fosse igualmente católica e confessional, como uma continuação da socialização escolar. Assim, para os antigos grupos sociais mais tradicionais, o ingresso em um curso superior da USP estava fora de cogitação para as mulheres e o mesmo ocorria com o estudo primário e secundário no Mackenzie. Diante disso, percebe-se que apesar de aparências contraditórias, quando da sua formação, tanto o Mackenzie quanto a USP parecem estar no mesmo polo, opondo-se às universidades confessionais que prezavam em demasia a respeitabilidade e a honra, como a Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Além disso, ao contrário do funcionamento e estruturação da divisão entre escolas particulares e públicas no nível primário e secundário, o ingresso nas universidades públicas e privadas de alto prestígio social, como é o caso da USP e do Mackenzie, não se fundamenta exclusivamente no fator econômico, principalmente quando tratamos do curso de Direito que é, por excelência, um dos mais tradicionais. Como veremos no Capítulo 3, que trata do recrutamento social dos corpos discentes, apesar de a USP ser uma universidade pública e o Mackenzie oferecer algumas modalidades de bolsa de estudos, o público dos cursos de Direito dessas universidades pertence majoritariamente – para não dizer quase que exclusivamente – às camadas sociais de alta renda. Ou seja, o volume de capital econômico não aparece como um fator central de diferenciação entre essas duas faculdades de Direito.

Além disso, o Mackenzie – assim como a PUC – se diferencia de outras universidades privadas mais novas na medida em que estas últimas ainda lutam por reconhecimento no campo universitário. Mesmo já sendo considerada uma universidade tradicional e legítima em matéria de ensino, facilitando o recrutamento de um público seletivo, o Mackenzie faz uso de seu capital simbólico para atrair possíveis estudantes, por meio de propagandas veiculadas nas rádios e em seu próprio site. Contudo, apesar dessas propagandas aparentarem se dirigir a todos, uma das formas de delimitação do seu público alvo reside no valor da mensalidade – que consta no próprio site. Nesse sentido, o volume de capital econômico do estudante é um fator importante na diferenciação do Mackenzie em relação a outras universidades particulares, principalmente aquelas menos prestigiadas. No caso do curso de Direito do *campus* Higienópolis, em julho de 2017, devia-se dispor mensalmente do valor de R\$ 2.059,00<sup>46</sup>, circunscrevendo, assim, seu recrutamento dentre estes que podem pagar.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup>Disponível em: <https://www.mackenzie.br/graduacao/sao-paulo-higienopolis/direito/>. Acesso em 20/07/2017.

<sup>47</sup> Ao consultar as mensalidades do curso de Direito do Mackenzie e de outras faculdades privadas, como a Anhembi Morumbi e a FMU, descobrimos que, em julho de 2017, a mensalidade no Mackenzie era pelo menos R\$ 500,00 mais onerosa que a da Anhembi Morumbi, cujo valor era de R\$1.495,00, e é mais que o

Como bem mostrou Bourdieu<sup>48</sup>, é estreita a relação entre os títulos escolares e a retribuição profissional que eles conferem. Isso fica claro no caso do curso de Direito do Mackenzie e da USP, pois ambos possuem reconhecimento social e tradição consolidada no ensino, o que fomenta essa imagem de sucesso profissional atestada pelas gerações de estudantes que alcançaram o sucesso profissional após terem passado por elas e, consequentemente, após adquirirem o título de bacharéis nessas faculdades de Direito.

Nas propagandas que faz de si, o Mackenzie explora bem seu capital simbólico: tanto a excelência de ensino, quanto a tradição dessa instituição são sempre ressaltadas, como se pode observar nas figuras a seguir<sup>49</sup>. A Figura 1 dirige-se a todos que desejam fazer o curso de graduação presencial com o ingresso pelo vestibular e diz: “excelência que forma gerações; educação e cidadania desde 1870. Comece a sua história; Vestibular Mackenzie 2017”.

**Figura 1**



A Figura 2 é direcionada ao público que, provavelmente, não pode fazer uma graduação presencial, seja por falta de tempo, dinheiro ou pela distância. É importante dizer que essa modalidade só é possível para os cursos de Filosofia, Geografia, História, Letras com habilitação em Português, Matemática, Pedagogia, Gestão Comercial, Marketing e Gestão de Recursos Humanos, ou seja, não estão inclusos os cursos mais tradicionais como o Direito e a Engenharia, que estão protegidos dessa modalidade de ampliação a novos públicos. Mesmo assim, a publicidade novamente reafirma a excelência no ensino com os seguintes dizeres: “Faça graduação a distância com a excelência do Mackenzie”.

---

dobro da mensalidade da FMU, cujo valor era de R\$1.025,00. Disponível em: <<https://portal.anhembi.br/graduacao/cursos/direito/>> e <<https://portal.fmu.br/graduacao/cursos/direito/>> Acesso em: 20/07/2017.

<sup>48</sup> BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e gênese das classes”. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 133 a 161

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://portal.mackenzie.br/>> Acesso em 14/07/2017

**Figura 2**



A Figura 3, por sua vez, é voltada para o público com menores condições financeiras, por isso apresenta alguns programas estudantis que arcariam com o custo da mensalidade, sempre ressaltando a tradição e a excelência no ensino: “Os 146 anos de tradição e inovação da melhor universidade privada do Estado de São Paulo se refletem na formação de gerações. Muitas histórias de sucesso pessoal e profissional começaram no Mackenzie. Chegou a sua vez de começar a sua história”, “Há 146 anos construindo Caminhos para o sucesso pessoal e profissional”, “Eleita por 5 anos consecutivos a melhor universidade privada do estado de São Paulo”, “Bem avaliado pelo guia do estudante em 25 cursos”.

**Figura 3**

#### UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.

Os 146 anos de tradição e inovação da melhor universidade privada do Estado de São Paulo se refletem na formação de gerações. Muitas histórias de sucesso pessoal e profissional começaram no Mackenzie.

Chegou a sua vez de começar a sua história.

- Financiamento FIES - Saiba mais
- Financiamento Crédito Pravalor - Saiba mais
- Crédito Universitário Bradesco - Saiba mais

CURSOS - escolha o Campus:



Ao associar a característica mercadológica com seu reconhecimento e tradição no ensino, o Mackenzie expande as possibilidades de público àqueles que não podem fazer o curso presencial, embora essa oportunidade sirva apenas para os cursos menos consagrados, e àqueles que não podem por si só manter os custos da faculdade, mas podem usufruir do FIES, Pravalor e do Crédito Universitário Bradesco, por exemplo. No entanto, entre os cem alunos ingressantes que responderam ao questionário aplicado pela pesquisadora no Mackenzie, apenas sete declararam contar com auxílio de algum programa, sendo 5 do *Prouni*. Isso demonstra que mesmo havendo mecanismos suplementares de ingresso destinados às classes mais baixas, seu uso é extremamente baixo entre o público do curso de Direito.



Há propriedades distintivas do aluno mackenzista, sendo que eles próprios reproduzem o discurso que exalta tanto a tradição quanto a qualidade do ensino anunciados pela faculdade. Esse sentimento de distinção e de diferenciação social que são incorporados pelos alunos e reproduzidos por eles podem ser identificados no trabalho realizado em 2009 na disciplina de Redação Publicitária, no curso de Publicidade e Propaganda. Segundo a descrição do vídeo, o objetivo era “desenvolver um jingle para ser veiculado nas rádios a fim de chamar candidatos ao vestibular de inverno do Mackenzie”: *É hora de pensar no futuro, numa boa universidade / Tradição e infraestrutura, e nota 5 no ENADE / Tem que ser Mackenzie, tem que ser Mackenzie (...)*<sup>50</sup>.

Como se nota pela alta publicidade que faz de si, o Mackenzie tem uma ligação mais estreita com o mercado – diferentemente da USP –, o que pode ser observado no seu próprio campus que conta com restaurantes como *Bob's*, *Casa do Pão de Queijo*, *Starbucks*, *Mr. Cheney Cookies*, *Rei do Mate* etc. Como podemos observar nas Figuras 4 e 5<sup>51</sup>, a praça de alimentação do Mackenzie parece um verdadeiro shopping. Além disso, também há outros estabelecimentos comerciais em seu interior, como uma agência de intercâmbio da *STB*<sup>52</sup>.

**Figura 4**



**Figura 5**



Ao contrário do Mackenzie, a USP não faz propagandas tão diretas em seu *site* sobre a excelência de ensino, ainda que haja publicidade deste gênero de forma discreta. A Figura 6<sup>53</sup> expõe uma das matérias da página inicial do site da USP que mostra a diplomação dupla, com validade brasileira e europeia, dos alunos da Faculdade de Direito. Essa notícia comunica o prestígio e a excelência do curso de Direito, funcionando também como mecanismo de

<sup>50</sup>Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kTtATJ4NIE>>. Acesso em 13/07/2017

<sup>51</sup>Disponível em: <[http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/UP\\_MACKENZIE/imprensa/2015/not-praca\\_de\\_alimentacao.jpg](http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/UP_MACKENZIE/imprensa/2015/not-praca_de_alimentacao.jpg)> Acesso em 13/07/2017

<sup>52</sup> Esses estabelecimentos foram encontrados em julho de 2017.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www5.usp.br/> Acesso em: 14/07/2017

acúmulo de capital simbólico. A Figura 7<sup>54</sup>, também presente na página inicial do site, demonstra “desinteressadamente” o volume de capital cultural acumulado pela USP ao dispor sobre suas 70 bibliotecas, museus e institutos de pesquisa distribuídos em seus *campi*.

**Figura 6**



**Figura 7**



Além disso, na página de graduação da USP há um vídeo, publicado em 24 de agosto de 2016, que transmite uma campanha que incentiva o público a estudar na USP:

*“A USP convida você que já terminou ou está terminando o ensino médio para se juntar às mais de 110 mil pessoas que fazem parte da sua comunidade universitária. Mas você aí deve estar se perguntando: como eu faço para entrar na USP? Bom, antes de mais nada você precisa saber que a Universidade de São Paulo é pública e gratuita. Isso mesmo, para estudar em uma das maiores e melhores universidades do país você não paga nada [...] A USP oferece cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, são 177 cursos para um total de 11.072 vagas. Vagas que a cada ano atrai milhares de estudantes como você. [...] Como a gente vê, a Universidade de São Paulo está pronta para receber todos aqueles que buscam uma formação de qualidade no ensino superior. Agora é com você, estude, se inscreva e vamos lá. USP, você também pode!”*<sup>55</sup>

Este trecho da campanha revela a imagem republicana da Universidade de São Paulo: pública e gratuita. Além disso, assim como o Mackenzie, ela reforça a excelência do seu ensino apresentando números extravagantes sobre a quantidade de estudantes, vagas e cursos. Tal qual a propaganda do Mackenzie, esta campanha da USP tem um aspecto de universalidade, dirigindo-se a todos os públicos, e diz ser acessível a todos que estudarem e se inscreverem no vestibular. Além do que foi destacado, ao longo do vídeo são citados o INCLUSP e o PASUSP, programas que bonificam as notas do vestibular dos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, além da possibilidade de isenção da taxa de inscrição da FUVEST para os candidatos que precisarem. Também é apresentado o ingresso pelo SISU, Sistema de Seleção Unificado, que utiliza a nota do Enem; entre as 448 vagas disponíveis para o curso de Direito, 92 são destinadas aos ingressantes do SISU, ou seja, 20,5% do total de

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www5.usp.br/> Acesso em: 14/07/2017

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www5.usp.br/ensino/graduacao/> > Acesso em 14/07/2017



vagas. Por fim, a campanha ressalta a existência de programas de permanência estudantil, mas, assim como ocorre no Mackenzie, essas bolsas não são muito utilizadas pelos estudantes ingressantes de Direito, apenas 10 alunos do total de 137 estudantes que responderam o questionário na São Francisco recebem algum tipo de bolsa.

Além de pesquisar as imagens que as universidades constroem de si, investigamos também a imagem propriamente das duas faculdades de Direito. A Faculdade de Direito do Largo São Francisco possui um *site*<sup>56</sup>, apartado do site da USP, em que há um breve resumo da história da faculdade. Como vimos anteriormente, desde 1827 ela teria servido como pilar fundamental para a estruturação do Brasil ao formar os futuros membros do Poder Judiciário e Legislativo. Além disso, a Faculdade de Direito enaltece suas características revolucionárias e de vanguarda, tanto no que tange à vida política, como no que diz respeito à vida cultural:

*Da Faculdade de Direito, de seus estudantes ou de seus egressos, partiram os principais movimentos políticos da História do Brasil, desde o Abolicionismo de Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno e Perdigão Malheiro e do Movimento Republicano de Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos até a campanha das Diretas Já de Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Ao longo do tempo, dela emergiram nove Presidentes da República, vários governadores, prefeitos e outras incontáveis figuras de proa. Na fervilhante vida cultural que a Faculdade de Direito introduziu na pequena São Paulo do Século XIX, foi também gestado um sem-número de periódicos, peças teatrais, obras literárias e poéticas, que representam fundamentos da vida intelectual nacional, condensados nas figuras de Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela, poetas românticos cujos nomes, gravados em placas de mármore, há mais de um século encimam o portal de entrada da Faculdade”<sup>57</sup>*

Além disso, ao contar a história da Faculdade, ela apresenta o perfil desejado de alunos e o que espera deles:

*Desde sempre destinada a confundir-se com a História de São Paulo e do Brasil, a Velha e Sempre Nova Academia de Direito, hoje, continua a cumprir sua missão, formando não apenas novos bacharéis, mas grandes juristas e homens públicos, capacitados para defender e preservar o desenvolvimento do país no Estado de Direito.<sup>58</sup>*

O Mackenzie também traz os elementos da excelência acadêmica quando conta sua história em seu *site*. As duas se orgulham principalmente do seu pioneirismo, a USP mais em relação à sociedade e o Mackenzie em relação ao sistema universitário:

*Ao longo dos anos que se seguiram, a consolidação da Universidade Presbiteriana Mackenzie tornou-se notória em inúmeras dimensões, tais como: cursos novos, currículos novos, laboratórios novos, prédios novos, campi novos, exigências legais novas, requisitos novos de titulação acadêmica e indicadores novos de qualidade. Nesse cenário, a sólida tradição de ensino que sempre assegurou aos mackenzistas as melhores oportunidades profissionais de mercado e de inserção social passou a ser também impactada pela implantação de um clima instigante de pesquisa institucionalizada, em cujo bojo numerosos nichos de excelência vêm despontando. Na medida em que foram implementados*

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.direito.usp.br/> Acesso em 14/07/2017

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.direito.usp.br/> Acesso em 14/07/2017

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.direito.usp.br/> Acesso em 14/07/2017

*curso de pós-graduação, tanto lato sensu (1975) como stricto sensu (2003), o universo institucional tornou-se muito mais amplo, muito mais complexo e muito mais relevante do ponto de vista acadêmico, científico, cultural e social. [...] De fato, a Universidade Presbiteriana Mackenzie vem contribuindo significativamente para a formação de lideranças políticas, empresariais e acadêmicas; investe na instalação de laboratórios em padrão de excelência; assegura avanços em pesquisas aplicadas de relevância.*<sup>59</sup>(grifo meu).

Ao explicar como é o curso de Direito no Mackenzie, essa faculdade também deixa transparecer o perfil desejado de alunos e sua expectativa em relação aos estudantes:

*O Curso de Direito visa obter do acadêmico de direito uma formação humanística que permita conhecer e compreender melhor o meio social, político, econômico e cultural onde possa atuar, além de compreender as desigualdades sociais e regionais do trabalho, do meio ambiente, do consumidor, das políticas públicas e, acima de tudo o papel do Direito no cenário que se apresenta. A matriz curricular do Curso de Direito de São Paulo oferece aos alunos disciplinas que atendem a realidade sócio-econômica, política e jurídica.*<sup>60</sup>

Por meio das representações que as faculdades de Direito da USP e do Mackenzie fazem de si e de seus alunos – e por serem estabelecimentos de ensino de alto prestígio social – o ingresso nestas instituições funciona como uma “experiência de consagração”<sup>61</sup>. Principalmente na USP, que é uma universidade pública com alto grau de concorrência e que demanda, em regra, muitos esforços para o sucesso no vestibular, os estudantes de Direito vivem essa experiência com base no sentimento de superioridade intelectual. O relato a seguir sobre o encontro dos alunos da USP e do Mackenzie no Largo São Francisco, ocorrido em agosto de 2013 – momento em que iniciei meus estudos na Faculdade de Direito do Mackenzie e vivenciei tal situação – demonstra a representação que esses alunos fazem de si, além de apresentar uma pequena dimensão da rixa existente entre essas duas faculdades.

Na ocasião em questão, os alunos do último ano do Direito no Mackenzie levaram seus calouros para um passeio no centro da cidade com o objetivo de visitar alguns prédios importantes para o Direito. Durante todo o percurso eram ensinadas letras de músicas que reafirmavam o orgulho de ser mackenzista e o desprezo aos estudantes da USP e da PUC, seus principais concorrentes. O último ponto do trajeto foi o Largo São Francisco, onde se encontra a Faculdade de Direito da USP, quando chegamos a presidente do Centro Acadêmico do Direito do Mackenzie anunciou que um troféu conquistado pelo Mackenzie nos “Jogos Jurídicos” foi furtado pelos estudantes da São Francisco e era usado por eles como um “porta papel higiênico” e, portanto, para adquirir a “identidade mackenzista” os ingressantes deveriam entrar na faculdade de Direito da USP e recuperar o troféu. Nesse momento, iniciou-se uma troca de insultos entre os recém-chegados mackenzistas que estavam na calçada

---

<sup>59</sup> Disponível em: <http://up.mackenzie.br/a-universidade/historia/> Acesso em 14/07/2017

<sup>60</sup> Disponível em: <http://up.mackenzie.br/graduacao/sao-paulo/direito/> Acesso em 14/07/2017

<sup>61</sup> PEROSA, Graziela. Três escolas para meninas. Op. cit. p. 46

acompanhados de seus veteranos e os “são franciscanos” que estavam na varanda do prédio da faculdade. Os mackenzistas gritavam que as estudantes da USP eram “bigodudas” e simbolizavam o xingamento ao colocarem o dedo indicador na posição horizontal entre o nariz e a boca; os estudantes da USP gritavam que os mackenzistas eram burros por não terem passado na USP e também simbolizavam sua superioridade intelectual com gestos, colocando as duas mãos verticalmente acima da cabeça e balançavam-nas como se fossem orelhas de burro. Ao final da discussão, os estudantes da USP desceram e foram até a calçada beber cerveja com os veteranos do Mackenzie, mostrando que, apesar da concorrência, eles também se reconhecem uns nos outros e por isso trocam entre si.

Diante da breve reflexão etnográfica, pode-se perceber que há nas faculdades de Direito um “espírito de corpo” – tal qual Bourdieu e Passeron conceituam em *Os Herdeiros*, pois sua afirmação se dá a partir de zombarias e estereótipos, mas também com o contato e a integração entre eles.<sup>62</sup> Além disso, os próprios Jogos Jurídicos são uma “tradição viva das técnicas de festa ” e dos “sentimentos comunitários”.<sup>63</sup> Esses jogos são realizados semestralmente e consistem em uma reunião dos estudantes de Direito de várias faculdades, entre elas o Mackenzie e a USP, em alguma cidade do interior de São Paulo, em que os estudantes acampam com suas respectivas faculdades, portanto separados, mas se encontram nas festas<sup>64</sup> e se enfrentam durante os jogos de futebol, handebol, basquete, vôlei, atletismo etc. Mesmo aqueles que não participam efetivamente dos jogos vão para as arquibancadas torcer pela sua faculdade; o que ajuda a construir um espírito em comum, pois mesmo sem conhecer os estudantes que estão jogando, todos vibram com suas vitórias e sofrem com as derrotas. A faculdade de Direito campeã dos Jogos Jurídicos recebe um troféu que simboliza essa conquista. Nota-se que esses jogos são levados muito a sério nas duas faculdades, prova disto é a contagem regressiva de 100 dias que as faculdades fazem em painéis pela faculdade. Assim sendo, os Jogos Jurídicos também são responsáveis por parte da rivalidade dos alunos fora do ambiente acadêmico, especialmente pela rixa entre as Faculdades de Direito do Mackenzie e da USP, mas também é responsável pela integração de seus membros.

---

<sup>62</sup> BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura*. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. pp. 53 e 54.

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, p. 56

<sup>64</sup> Além dos jogos propriamente ditos, ocorrem paralelamente algumas festas universitárias, nas quais os estudantes de todas as faculdades presentes confraternizam “juntos”.

## Capítulo 2 – A Hierarquia das Áreas Jurídicas

### 2.1 Hierarquias temáticas na grade curricular dos cursos de Direito

Feita a exposição das representações de excelência jurídica que as próprias faculdades fazem de si mesmas e que são reforçadas por seus integrantes, podemos passar para a análise da estrutura dos dois cursos de Direito do Mackenzie e da USP. A análise apresentada neste capítulo foi realizada com a coleta das grades horárias de ambos os cursos em 2016<sup>65</sup>. Primeiramente, é importante observar que algumas áreas e nomenclaturas não são correspondentes nas duas instituições – por exemplo, no Mackenzie o Direito Internacional pertence ao Direito do Estado, mas na USP é uma área independente. Essas diferenciações indicam a relevância das áreas e das subdivisões do Direito em cada faculdade, construindo assim sua definição de excelência jurídica. Apesar disso, percebe-se grande semelhança entre as áreas do Direito privilegiadas, como veremos a seguir.

Conforme observamos na Tabela 1, o curso de Direito do Mackenzie possuía 75 disciplinas obrigatórias que totalizavam 2938 horas distribuídas, do primeiro ao décimo semestre, em doze núcleos temáticos enunciados na Tabela 1. Na USP, por sua vez, o curso de Direito era composto de 60 disciplinas obrigatórias, que correspondem a 2505 horas distribuídas em 11 núcleos temáticos classificados na Tabela 2.

**Tabela 1**

<b>Núcleo Temático-UPM</b>	<b>Total de disciplinas</b>	<b>Total de Horas</b>
Direito do Estado	11	456
Direito Civil	10	408
Filosofia e Teoria Geral do Direito	9	336
Direitos Humanos, Cidadania e Sociais	7	264
Direito de Empresa	6	240
Processo Civil	6	240
Prática Jurídica	6	240
Direito Penal	5	192
Formação Geral	5	168
Processo Penal	4	168
Direito Tributário	3	144
Direito Político e Econômico	3	72
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>2928</b>

---

<sup>65</sup> Esses programas curriculares foram válidos até dezembro de 2017, pois os dois cursos de Direito passaram por reformas internas que foram implementadas a partir de janeiro de 2018.

**Tabela 2**

<b>Núcleo Temático-USP</b>	<b>Total de disciplinas</b>	<b>Total de Horas</b>
Direito Civil	11	525
Direito Processual	9	315
Direito do Estado	7	285
Direito Comercial	8	270
Direito Econômico, Financeiro e Tributário	5	240
Filosofia e Teoria Geral do Direito	5	240
Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia	4	210
Direito do Trabalho e da Seguridade Social	5	150
Direito Internacional e Comparado	4	120
Disciplinas Interdepartamentais da FD	1	120
Sociologia	1	30
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>2505</b>

Como foi visto anteriormente, o campo jurídico assume um papel importante na reprodução da ordem social vigente de modo que a hierarquia na divisão do trabalho jurídico varie segundo as relações de força do campo social<sup>66</sup>. Devido à forte ligação entre o campo jurídico e o campo do poder, as instituições responsáveis pelo ensino jurídico tendem a ter sua autonomia limitada, por essa razão investigou-se em que medida o Estado influencia a estrutura do curso de Direito, para tanto utilizamos as “Diretrizes Curriculares do Curso de Direito” elaboradas pelo Ministério da Educação em 2000: *“As presentes diretrizes constituem um documento de base, não pretendendo cercear as escolhas acadêmicas a serem efetuadas, mas servir de ‘referência para as Instituições de formação, permitindo flexibilidade na construção dos currículos plenos’*.”<sup>67</sup> Neste documento, recomenda-se que o curso de Direito atenda a três eixos de formação: o eixo fundamental deveria relacionar o Direito com outras áreas do saber e é composto pela Ciência Política (com Teoria do Estado), Economia, Filosofia (geral e jurídica; ética geral e profissional), Introdução ao Direito e Sociologia (geral e jurídica); o eixo profissional deveria ensinar o aluno a conhecer e aplicar o Direito e conta com o Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Penal, Direito Processual, Direito do Trabalho e Direito Tributário. Por fim, o eixo prático deveria promover a integração entre a teoria e a prática.

Ao observar a grade do Mackenzie, nota-se que um pouco mais de um terço dos nomes de seus núcleos temáticos estão em conformidade com a recomendação do MEC. Na USP a adesão é muito maior, 9 dos 11 núcleos temáticos adotam a nomenclatura sugerida. Nota-se,

---

<sup>66</sup> BOURDIEU, Pierre “A força do direito”. In : BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Op. Cit. P. 251.

então, que a grade do Mackenzie se modernizou: introduziu a área dos Direitos Humanos, dividiu o Direito Processual em Processo Civil e Processo Penal e mudou a nomenclatura do antigo Direito Comercial para Direito de Empresa. Já a grade da USP manteve muitas recomendações do MEC; se o currículo acadêmico atende aos interesses da própria instituição em conformidade com a sua clientela, a análise sobre a nomenclatura da grade curricular da USP manifesta a conformidade dessa instituição com as expectativas estatais, indicando que, assim como antes, o USP forma bacharéis para o Estado, sendo essa a sua principal clientela.

Feita a avaliação das especificidades das grades originais, a Tabela 3 apresenta a uniformização dos dois programas para que possamos compará-los:

**Tabela 3<sup>68</sup>**

TEMAS DE DISCIPLINAS	USP		UPM	
	Número de disciplinas	Horas por tema	Número de disciplinas	Horas por tema
Direito Civil	11	525	10	408
Direito de Empresa	8	285	6	240
Direito do Estado	7	270	9	384
Filosofia e Teoria Geral do Direito	6	270	9	336
Processo Civil	5	210	6	240
Direito Penal	5	195	6	240
Direito do Trabalho e da Seguridade Social	5	180	5	192
Processo Penal	4	120	4	168
Direito Internacional	4	120	2	72
Direito Econômico	3	120	3	72
Formação Geral	1	120	5	192
Direito Tributário	2	90	3	144
Direitos Humanos, cidadania e sociais	0	0	3	72
Prática jurídica	0	0	4	168
<b>Total de horas por semestre</b>	<b>61</b>	<b>2505</b>	<b>75</b>	<b>2928</b>

<sup>68</sup> A uniformização das grades foi feita a partir de uma correspondência objetiva entre as descrições de cada disciplina. A grade da USP perde o núcleo de Sociologia, pois tinha apenas uma matéria obrigatória que passou a integrar o núcleo de “Filosofia e Teoria Geral do Direito”, como ocorre no Mackenzie. Além disso, “Direito Tributário”, “Processo Penal” e “Processo Civil” não eram independentes e passam a ser com a unificação das grades. Na grade do Mackenzie, “Direito Internacional”, que antes pertencia ao “Direito do Estado”, desatrela-se deste compondo um novo tema. “Direito do Trabalho e da Seguridade Social” também se torna um ramo independente, quando antes pertencia aos “Direitos Humanos, Cidadania e Sociais”. O “Direito Econômico e Político” passa a ser apenas “Direito Econômico” e o mesmo ocorre com “Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia” na USP, que passa a ser apenas “Direito Penal”. O núcleo jurídico de “Direito Comercial” na USP e “Direito de Empresa” na UPM possuem disciplinas equivalentes e no sistema unificado optamos por “Direito de Empresa”, pois o Código Comercial foi revogado e seu conteúdo está no Código Civil, livro II, denominado “Direito de Empresa”. Os núcleos temáticos “Formação Geral” e “Disciplinas Interdepartamentais da FD” são correspondentes, mas a primeira terminologia foi adotada por ser mais ampla. Por fim, há no Mackenzie dois núcleos exclusivos, os “Direitos Humanos, Cidadania e Sociais” e a “Prática Jurídica”, que, por não haver correspondência na USP serão mantidos.

Como pudemos observar na tabela anterior, os núcleos temáticos de Direito Civil e Direito do Estado possuem as maiores cargas horárias tanto no Mackenzie quanto na USP. Essas duas áreas jurídicas são consideradas tradicionais, o Direito do Estado por se referir à organização e administração estatal e o Direito Civil por compreender a organização da sociedade e os direitos e deveres dos cidadãos, simplificadamente. Dessa forma, essas duas áreas do Direito estão em profunda ligação com o campo do poder, embora elas sejam concorrentes em alguns momentos. Essas lutas internas entre os especialistas do Direito Privado e do Direito Público – nas quais os primeiros protegem o direito de propriedade e da liberdade das convenções, tornando-se defensores da autonomia do Direito e combatentes da invasão da política, da economia e da própria sociedade no Direito – muitas vezes não são percebidas em prol da imagem da unidade do campo jurídico.

A Tabela 3 também revela que os Direitos Humanos e o Direito do Trabalho, áreas voltadas para as camadas dominadas da sociedade, ocupam uma posição inferior na hierarquia das disciplinas jurídicas. Esses núcleos temáticos possuem uma carga horária menor em ambas as grades curriculares, sendo que na USP não há nenhuma matéria de Direitos Humanos na grade obrigatória, mas tão-somente como eletiva optativa. Isso significa que a camada mais conservadora e tradicional dos estudantes de Direito da USP não precisa nem mesmo ter contato com essa área e, portanto, tendem a reproduzir a ordem da hierarquia social incentivados pela instituição, que não fomenta o contato com as disciplinas “dominadas”. Apesar disso, o espaço mínimo reservado às áreas dominadas na hierarquia jurídica nos cursos de Direito deve estar presente, pois há necessidade de controle da tensão criada entre a expansão dos serviços jurídicos aos novos mercados e as exigências de autonomia do campo.

Em sociedades desiguais, o efeito da universalização do Direito é uma forma poderosa de exercer a dominação simbólica, ou seja, a “imposição da legitimidade de uma ordem social”. Assim como a norma jurídica consagra a formalização dos princípios práticos do estilo de vida simbolicamente dominante, aumentando o “efeito da autoridade social” exercida pela cultura legítima e por aqueles que a detém, os cursos de Direito consagram as áreas jurídicas que correspondem ao estilo de vida e às preocupações da classe dominante.<sup>69</sup> Esses valores são encontrados prioritariamente nas disciplinas mais antigas e mais tradicionais como o Direito Civil e o Direito de Estado, por isso essas áreas são privilegiadas nas grades horárias, ao contrário daquelas que buscam romper com a lógica da ordem social e, conseqüentemente, com a lógica do campo jurídico ao tentar redefinir a hierarquia das áreas jurídicas.

---

<sup>69</sup> BOURDIEU, Pierre “A força do direito”. In : BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Op cit. p. 246

Vê-se que a tendência para universalizar o seu próprio estilo de vida, vivido e largamente reconhecido como exemplar, o qual é um dos efeitos do etnocentrismo dos dominantes, fundamentador da crença na universalidade do direito, está também na origem da ideologia que tende a fazer do direito um instrumento de transformação das relações sociais e de que as análises precedentes permitem compreender que ela encontre a aparência de um fundamento na realidade.<sup>70</sup>

É a unidade que dá legitimidade ao Direito e conforma a sua aparência de instituição sólida, justa e extremamente confiável, sem que se perceba suas lutas internas, como se a verdade jurídica fosse uma só. Com respaldo do Estado, detentor do monopólio legítimo da violência física, essa verdade legítima anunciada pelo Direito se faz valer sobre toda a sociedade. Soma-se a isso a profunda hierarquização do Direito, tanto nas instâncias judiciais quanto nas disciplinas jurídicas, que dá condições para pôr fim aos conflitos jurídicos.

Como se pôde notar, a distribuição de disciplinas e horas por núcleos temáticos é semelhante nas duas faculdades, mas este não é o único ponto em comum dos programas acadêmicos; as doutrinas recomendadas e utilizadas por elas como bibliografia muitas vezes também são correspondentes. Ao observar especificamente o núcleo do Direito do Estado e de Direito Civil, que possuem posição de prestígio nas duas grades curriculares, vemos muitos autores e obras em comum nas bibliografias dos dois cursos de Direito: Paulo Bonavides, José Afonso da Silva, Celso Antonio Bandeira de Mello, Maria Helena Diniz, Caio Mário da Silva Pereira, Silvio de Salvo Venosa e Orlando Gomes etc.

Apesar de não possuírem exatamente as mesmas definições de excelência jurídica, a autonomia relativa do campo do Direito se faz presente no ensino jurídico, mantendo-o uno. Além disso, mesmo que haja interpretações opostas sobre o texto jurídico, os agentes deste meio estão num corpo extremamente integrado e hierarquizado com todos os mecanismos necessários para que os conflitos sejam solucionados. Segundo Bourdieu, a eficácia dos textos jurídicos se deve à limitação de divergência entre os “intérpretes autorizados”, dessa forma as “correntes majoritárias e minoritárias” não enfraquecem, mas reforçam a unidade do Direito: “a coesão dos *habitus* espontaneamente orquestrados dos intérpretes é aumentada pela disciplina de um corpo hierarquizado o qual põe em prática procedimentos codificados de resolução de conflitos entre os profissionais da resolução regulada dos conflitos”.<sup>71</sup> Nesse contexto, podemos perceber que as diferenças na composição dos cursos de Direito da USP e do Mackenzie não estão nas grades horárias ou nas bibliografias recomendadas, mas podem ser encontradas em outros elementos que compõem o curso.

---

<sup>70</sup> Idem, ibidem, p. 247

<sup>71</sup> Idem, ibidem, p. 214



Para a obtenção do diploma no Mackenzie, são necessárias 200 horas extracurriculares: 50 horas destinadas à pesquisa (iniciação científica, publicação de artigo ou participação em grupos de estudo); 50 horas de ensino (estágios ou cursos de língua estrangeira); 50 horas de extensão (palestras, debates, cursos online, etc.) e, por fim, mais 50 horas em qualquer uma dessas três áreas. O curso de Direito da USP, por sua vez, não exige atividades complementares, porém 1215 horas das 3600 necessárias para a obtenção do diploma de Direito são destinadas às disciplinas optativas, dando liberdade para que o aluno já se forme especializado, de certa forma, na área do seu interesse.<sup>72</sup> Ou seja, enquanto no Mackenzie, até 2017, o estudante não tinha escolha sobre as matérias que cursaria, ficando limitado à grade fechada e restringindo seu contato ao que é prestigiado por ela; na USP o aluno pode decidir quase metade do curso<sup>73</sup>. Por outro lado, no Mackenzie, mesmo se o aluno possuir a ambição de seguir a carreira pública ou se associar a um grande escritório, ele terá que produzir, além do TCC, outra atividade de pesquisa, colocando-os em contato com a área acadêmica, e os alunos que, por exemplo, já se decidiram pela carreira acadêmica, também precisam entrar em contato com outras atividades profissionais para conseguir se formar.

É importante dizer, no entanto, que esse contato com a área acadêmica não ocorre de forma aprofundada. As horas obrigatórias de pesquisa podem ser alcançadas com a publicação de trabalhos entregues nas disciplinas em qualquer *site* pouco criterioso, no formato de um artigo acadêmico. Além disso, a participação em grupos de estudo nem sempre é efetiva, pois é o coordenador do grupo quem indica a quantidade de horas que o aluno recebe e alguns deles são pouco criteriosos exigindo apenas a inscrição e a presença do aluno em uma única reunião do grupo. A mesma situação pode ser encontrada em relação à iniciação científica, quando feita sem agência de fomento. Em suma, o contato com a pesquisa é muitas vezes superficial no Mackenzie, comprometendo o verdadeiro incentivo à atividade de pesquisa.<sup>74</sup>

Em vista disso, no que se refere às definições de excelência jurídica das duas faculdades, parece que o “espírito de corpo” de cada uma tende a revelar mais as distinções entre elas do que os programas curriculares em si. A hipótese inicial da pesquisa supunha que a investigação dos currículos acadêmicos de cada faculdade mostraria suas diferenças por meio da consagração e maior privilégio de diferentes áreas do Direito. Mais especificamente, esperava-

---

<sup>72</sup> Na verdade, a exigência de atividades complementares é típica dos cursos particulares, por ser uma recomendação do MEC, e a oferta de disciplinas optativas é típico das universidades públicas em geral.

<sup>73</sup> Esse foi o cenário encontrado em 2016, a partir de 2018 o Mackenzie instituiu a obrigatoriedade de cursar duas disciplinas optativas e a USP aumentou ainda mais a quantidade de disciplinas optativas.

<sup>74</sup> O Mackenzie busca reverter essa situação: em 2017 sua Faculdade de Direito declarou que não aceitaria mais artigos acadêmicos publicados em determinados sites por serem pouco rigorosos nas avaliações.

se que o programa acadêmico do curso de Direito na USP seria mais voltado à teoria e ao social e que o do Mackenzie seria mais inclinado à prática – ou à técnica do Direito - e ao mercado. Contudo, verificou-se que o próprio Direito se impõe ao ensino jurídico e garante a sua unidade ao se impor sobre os programas do curso.

Por outro lado, muito embora se perceba essa unidade, o “espírito” e o “clima geral de opinião” das duas instituições se afasta brutalmente. No primeiro semestre de 2016 a USP passou por uma greve na qual os alunos eram contra a tentativa de proibição do estágio até o terceiro ano do curso, como queriam alguns de seus professores. No Mackenzie, em contrapartida, desde o primeiro semestre os professores já incentivam os alunos a procurarem estágios e afirmam que o Direito só se aprende na prática. Sendo assim, se por um lado a USP parece mais “acadêmica”, na medida em que “protege” os estudantes do “mercado”, por outro, ela é também mais elitista, pois a proibição ao trabalho do estudante durante a graduação favorece inelutavelmente aqueles que dispõem do privilégio social de apenas estudar.

## 2.2 A hierarquia das áreas jurídicas nos TCCs

Além dos programas acadêmicos, outra fonte documental utilizada para analisar as definições de excelência jurídica e a correspondência entre os interesses temáticos das instituições e de seus alunos foi o levantamento do título, área do Direito e orientador dos 497 TCCs entregues no segundo semestre de 2015 no Mackenzie e dos 426 TCCs entregues no mesmo período na São Francisco, como demonstram as seguintes tabelas:

**Tabela 4**

<b>Mackenzie - Áreas do Direito</b>	<b>Mulher (em %)</b>	<b>Homem (em%)</b>	<b>Total geral (em %)</b>
Direito do Estado	9,7	9,3	19
Direito Civil	<b>14</b>	<b>4,6</b>	18
Direitos Humanos, Cidadania e Sociais	<b>9,8</b>	<b>3</b>	12,8
Direito Penal	4,8	3,8	8,6
Processo Civil	4,2	3,6	7,8
Direito de Empresa	5	2,6	7,7
Direito Tributário	3	3,4	6,4
Direito Econômico	<b>1,2</b>	<b>4</b>	5,2
Processo Penal	2	2	4
Direito do Trabalho e da Seguridade Social	1,8	2,2	4
Filosofia e Teoria Geral do Direito	1,8	1,6	3,5
Direito Internacional	2	0,4	2,5
<b>Total</b>	<b>59,5%</b>	<b>40,5%</b>	<b>100%</b>

**Tabela 5**

<b>USP - Áreas do Direito</b>	<b>Mulher (em %)</b>	<b>Homem (em %)</b>	<b>Total geral (em %)</b>
Direito do Estado	7,5	7,2	14,8
Processo Civil	7	6,5	13,6
Direito de Empresa	4	8,5	12,5
Direito Civil	5,6	6,3	12
Direitos Humanos, cidadania e sociais	6	4	10
Direito Penal	2,3	4,5	6,8
Direito do Trabalho e da Seguridade Social	2,8	2,8	5,6
Direito Econômico	2,1	3,5	5,6
Filosofia e Teoria Geral do Direito	1,6	3,7	5,4
Direito Tributário	1	4	5,2
Processo Penal	2	2	4,2
Direito Internacional	2,5	1,6	4,2
<b>TOTAL</b>	<b>45%</b>	<b>55%</b>	<b>100%</b>

**Tabela 6**

<b>Áreas do Direito USP e Mackenzie</b>	<b>USP (em %)</b>	<b>Mackenzie (em %)</b>
Direito do Estado	14,8	19
Processo Civil	<b>13,6</b>	<b>7,8</b>
Direito de Empresa	<b>12,5</b>	<b>7,7</b>
Direito Civil	<b>12</b>	<b>18</b>
Direitos Humanos, cidadania e sociais	10	12,8
Direito Penal	6,8	8,7
Direito do Trabalho e da Seguridade Social	5,6	4
Direito Econômico	5,6	5,2
Filosofia e Teoria Geral do Direito	5,4	3,5
Direito Tributário	5,2	6,4
Processo Penal	4,2	4
Direito Internacional	4,2	2,5

A análise das tabelas anteriores revela a harmonia entre as áreas jurídicas predominantes nas grades horárias das faculdades e as áreas que seus estudantes elegem no TCC. Tanto no Mackenzie quanto na USP, o Direito Civil e o Direito do Estado são áreas que possuem grande volume de produção intelectual pelos alunos ao final do curso. Há, portanto, uma correspondência entre os ramos do Direito que as faculdades privilegiam e as áreas jurídicas que despertam mais interesse nos alunos; isso mostra que essas instituições são bem-sucedidas na inculcação do que é considerado “legítimo obter”, segundo suas definições de excelência jurídica. Pode-se dizer que o efeito propriamente simbólico dessas representações geradas a partir dos cânones universitários é a consagração oficial do que já é universalizado na prática.

De fato, os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico coletivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento contribuem para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes. É na medida e só na medida em que os atos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objetivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produto, que tais atos têm toda a sua eficácia de enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída.<sup>75</sup>

Como foi demonstrado, nas duas faculdades a maior produção de TCCs se concentra na área de Direito Civil e de Direito do Estado, representando o Direito Privado e o Direito Público. Essas áreas englobam questões antigas na sociedade brasileira, como a discussão sobre a Administração Pública do Estado, a função do Estado na sociedade ou sobre os direitos civis e políticos dos cidadãos, por exemplo. Assim sendo, percebe-se uma tendência a reproduzir discussões e pautas que são consideradas legítimas e tradicionais. Nesse sentido, percebe-se que a posição do Mackenzie e da USP no campo universitário é mais próxima do polo da ordem política, afinal, as faculdades dominantes na ordem política formam agentes que aplicam a ciência sem pretensão de produzir algo novo ou de causar qualquer transformação, mas conservando a ordem social determinada.

As faculdades dominantes na ordem política têm por função formar agentes de execução capazes de aplicar sem discutir nem questionar, nos limites das leis de uma ordem social determinada, as técnicas e as receitas de uma ciência que não pretendem nem produzir nem transformar; no lado oposto, as faculdades dominantes na ordem cultural estão destinadas a atribuir-se, dada a necessidade da construção dos fundamentos racionais da ciência que as outras faculdades se contentam em inculcar e aplicar, uma liberdade que é proibida às atividades de execução, ainda que sejam tão respeitáveis na ordem temporal da prática.<sup>76</sup>

No interior de cada faculdade há o conflito entre as ordens política e cultural, e isso não é diferente com a Faculdade de Direito. Dentro dela há disciplinas temporalmente dominantes e outras culturalmente dominantes: as primeiras formam agentes de execução, têm aplicação prática e direta na estrutura social, como o Direito do Estado, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial e Direito Tributário; as segundas, ainda que tenham aplicação prática, preocupam-se em pensar o Direito como ciência e estudam as possibilidades de torná-lo mais justo e mais acessível, como os Direitos Humanos. Como veremos a seguir, a posição dos agentes na hierarquia social muitas vezes corresponde à posição da área do Direito na hierarquia das áreas jurídicas. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos TCCs nas

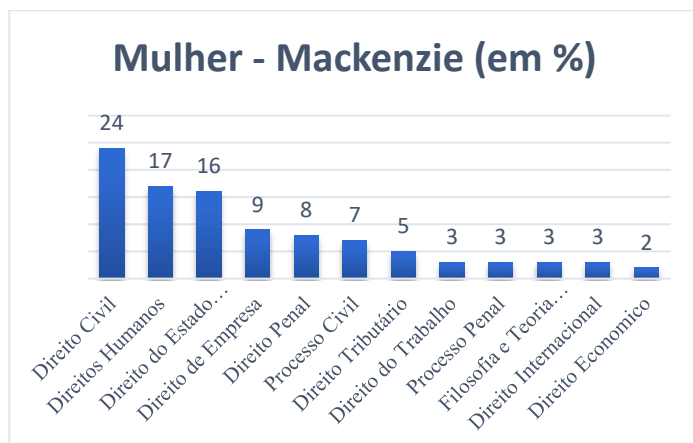
---

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Op cit p. 238

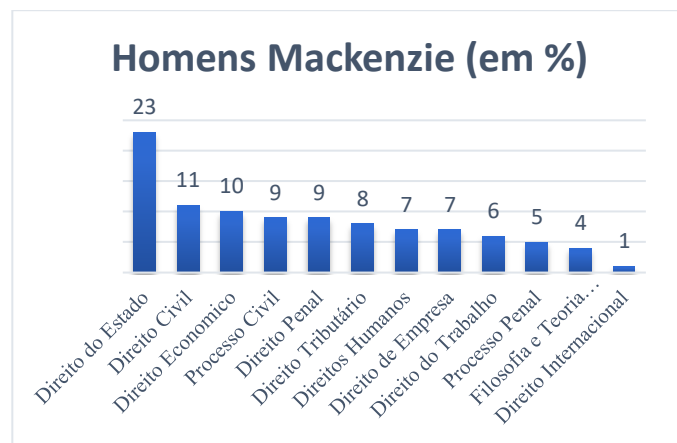
<sup>76</sup> Idem. “A força do direito”. In : BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Op cit. P. 95

áreas do Direito segundo o gênero e a instituição com o objetivo de avaliar se há preferências diferentes em razão dessas variáveis:

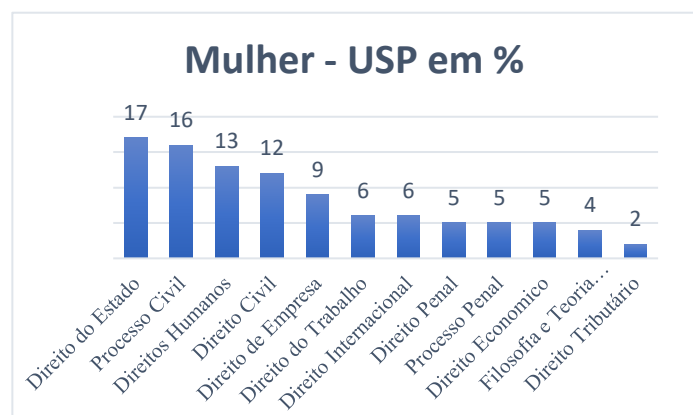
**Gráfico 1**



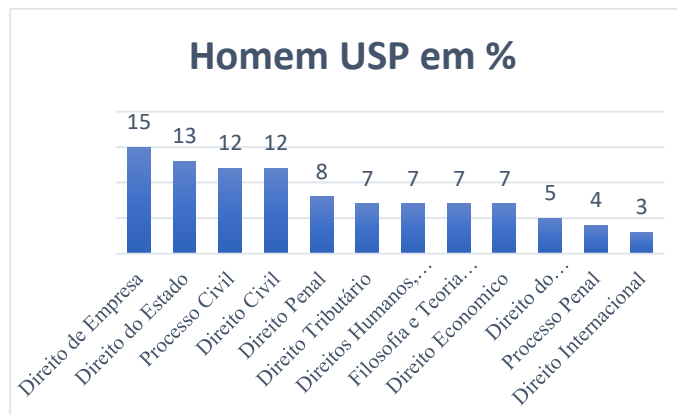
**Gráfico 2**



**Gráfico 3**



**Gráfico 4**



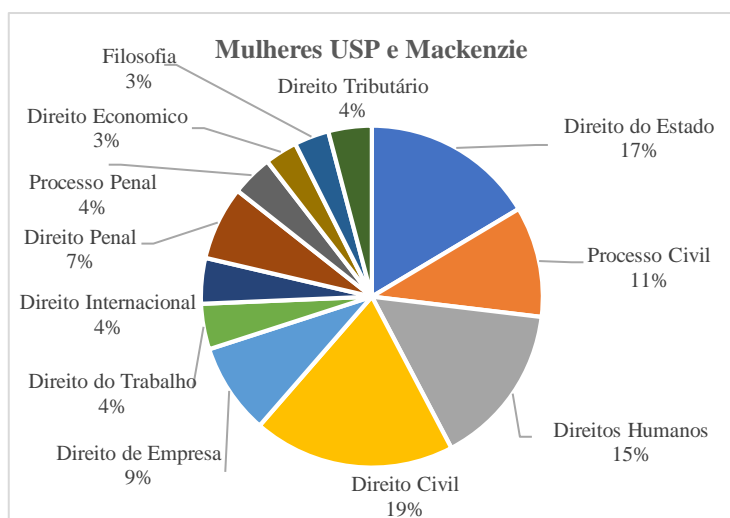
Ao observar os gráficos acima, percebe-se que, no Mackenzie, 17% das mulheres elegeram seus temas de TCC na área dos Direitos Humanos, enquanto apenas 7% dos homens fizeram a mesma escolha. Na USP essa diferença é mais sutil, mas ainda assim, 13% das mulheres se dedicou aos Direitos Humanos, quase o dobro em relação aos homens, apenas 7%. É relativamente alto o número de TCCs produzidos nesta temática principalmente no Mackenzie, mas também na USP, sobretudo quando se tem em vista a pouca presença da área de Direitos Humanos nas grades curriculares. Muito embora esse cenário aponte para uma redefinição da hierarquia das áreas legítimas do Direito – que parece acontecer “de baixo para cima” –, os agentes do campo jurídico tendem a manter a ordem simbólica – e também a reprodução deste campo. Mesmo que suas ações tenham objetivos antagônicos, como é o caso das “vanguardas” jurídicas, ao fazer trabalhos subversivos, pode-se cooperar para que o Direito se adapte à nova configuração das relações sociais e assegurem sua legitimação. Por

essa razão, os “avanços sociais” que se dão a ver na alta representatividade temática nos TCCs em áreas pouco legítimas, devem ser vistos com certa cautela.

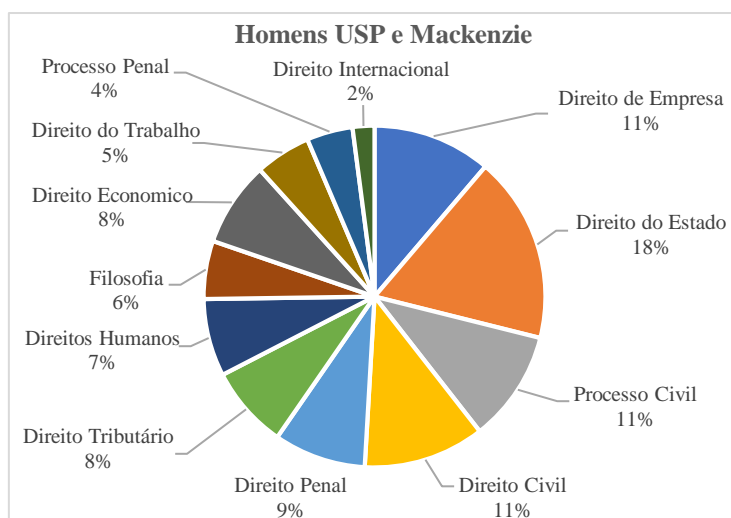
No caso do Direito Civil, que é uma das disciplinas mais tradicionais, as mulheres também alcançam índices mais altos que os homens no Mackenzie, 24% e 11% respectivamente; na USP, por sua vez, isso é equilibrado (12% mulheres e 12% homens). Contudo, os temas mais abordados pelas estudantes tratam, principalmente, do Direito de Família, que é um subcampo considerado feminino, justamente por tratar de temas familiares – adoção, guarda compartilhada, abandono afetivo, gravidez por substituição, parentalidade socioafetiva etc – e, portanto, é um ramo dominado dentro do próprio Direito Civil.

Com o objetivo de visualizarmos a predominância de homens e mulheres nas diferentes áreas jurídicas, os gráficos a seguir demonstram os TCCs segundo a divisão por gênero:

**Gráfico 5**



**Gráfico 6**



Em vista da distribuição apresentada anteriormente, pode-se pensar a legitimidade e a posição das áreas do Direito no âmbito dos universos acadêmicos estudados. Os gráficos 5 e 6 demonstram a forte adesão ao Direito de Estado tanto pelas mulheres como pelos homens. No entanto, o Gráfico 5 revela que a adesão, entre as mulheres, ao Direito Civil, é expressamente significativa – principalmente pelas razões anteriormente apresentadas – seguida pela área de Direitos Humanos. Essa constatação nos revela uma homologia entre a posição dominada da mulher no campo social e a posição dominada da disciplina escolhida na hierarquia temática do Direito. No caso dos homens, o Gráfico 6 mostra que há uma grande concentração de trabalhos na área do Direito de Estado, seguido pelas áreas em que a distribuição é mais equilibrada: Direito de Empresa, Processo Civil e Direito Civil.

Bourdieu demonstra em suas pesquisas que há homologia entre os campos, e que no campo jurídico essa homologia pode ser percebida entre a posição hierárquica dos cargos jurídicos e a clientela atendida por eles. Estudos sobre o campo jurídico no Brasil<sup>77</sup> mostram que a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres, principalmente nas Defensorias Públicas, na defesa de interesses de menores, incapazes e pessoas com baixo ou nenhum poder aquisitivo. Ou seja, sendo as mulheres detentoras de cargos dominados na carreira jurídica estatal, elas atendem às camadas dominadas da sociedade, como demonstra o maior interesse pelos Direitos Humanos e pelo Direito de Família. Dominadas socialmente elas se interessam por áreas dominadas juridicamente, o que indica a homologia entre a

posição de prestígio do grupo profissional e a posição de sua clientela: tanto no caso do Ministério Público quanto da Defensoria Pública, grupos com maior participação feminina, há uma dedicação de suas funções ao tratamento de questões e de uma clientela igualmente subordinada – defesa dos pobres, curadoria de menores, direito de família, direitos humanos, interesses difusos e minoritário.<sup>78</sup>

Se em um primeiro momento o ensino superior brasileiro foi destinado ao gênero masculino e às classes dominantes, após a expansão do ensino superior os efeitos do ingresso tardio de outras classes sociais menos abastadas aparecem, principalmente, em razão do grau de consagração da instituição de ensino. Já as distinções decorrentes do gênero dos estudantes ocorriam, antigamente, segundo os cursos frequentados: os homens se dirigiam ao Direito, à Medicina e à Engenharia e as mulheres cursavam letras, psicologia, pedagogia, entre outros cursos direcionados ao social e ao magistério que mobilizavam certas “qualidades profissionais: o cuidado e a entrega ao outro e à sociedade, bem como a sensibilidade, os conhecimentos estéticos e o ‘instinto maternal’”.<sup>79</sup> Com o tempo, a divisão de cursos por gênero ficou mais branda, hoje há muitas mulheres nos corpos discentes no curso de Direito de universidades prestigiadas, como a USP e o Mackenzie. Muito embora tenha havido essa forma de democratização de gênero em relação ao ingresso, as mulheres ainda parecem se direcionar, mais que os homens, às áreas sociais. Assim sendo, parece que há uma divisão de gênero no Direito uma vez que as características ditas femininas continuam conduzindo suas escolhas, mesmo que de forma inconsciente; tal configuração demonstra que as expectativas sociais sobre a representação da mulher produzem nas jovens estudantes uma disposição ajustada à posição que ocupam no campo universitário e posteriormente no campo jurídico, por meio de suas “escolhas” de profissão e área jurídica.

---

<sup>77</sup> ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada*, op. Cit., p.294-300

<sup>78</sup> Idem, *Ibidem*, p. 294.

<sup>79</sup> PEROSA, Graziela. *Três escolas para meninas*. Op. Cit. P. 155

## **Capítulo 3 – Recrutamento Social dos alunos ingressantes**

### **3.1 As propriedades sociais dos estudantes**

A seguir serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação dos 237 questionários nas turmas ingressantes de Direito do primeiro semestre de 2016, dentre os quais 100 foram aplicados no Mackenzie – 51 no período matutino e 49 no período noturno – e 137 foram aplicados na USP – 80 no período da manhã e 57 no período da noite. É importante dizer que esses questionários são anteriores à implementação da política de cotas raciais e socioeconômicas na USP, logo, seus resultados podem não condizer com o cenário atual.

A análise quantitativa sobre a divisão sexual dos discentes nos TCCs revelou que o número de estudantes do sexo feminino é superior aos do sexo masculino no Mackenzie, e que o quadro se inverte na USP. Quando analisamos o TCC vimos que havia 59,5% mulheres e 40,5% homens no Mackenzie; já na USP 45% eram mulheres e 55% homens. Os questionários aplicados nas duas faculdades revelam a mesma situação: no Mackenzie, as estudantes são a maioria, 58%, e os homens são 42% da nossa amostra. Na USP as mulheres são menos da metade da amostra, 46,7%, e a maioria é masculina, 53,3%. Considerando-se que o curso de Direito na USP possui maiores barreiras objetivas e simbólicas de acesso que o Mackenzie, seu grupo parece ser, por consequência, mais seletivo não apenas socialmente como veremos mais adiante, mas, também, do ponto de vista das hierarquias de gênero.

Ante o exposto, parece haver indicação de maior diversificação do público no curso de Direito no Mackenzie, pois, mesmo que grande parte dessas mulheres pertençam às camadas dominantes da sociedade, elas são a fração dominada na hierarquia sexual. Na USP, os homens continuam sendo a maioria dos estudantes, o que mostra a menor diversificação de gênero. Não se sugere, é claro, que a seleção dos ingressantes seja feita em função do sexo, mas parece que os homens possuem disposições, isto é, atributos e predicados, que favorecem seu acesso à faculdade mais tradicional. Ora, estudar Direito em uma das universidades mais prestigiadas do país está dentro do seu universo dos possíveis, afinal, sua própria socialização familiar e escolar mostra que essa posição é ocupada pelos “seus iguais”.

Além da divisão sexual, é necessário apresentar a divisão racial e a divisão por faixa etária nas duas faculdades. No que tange ao recrutamento racial, tanto na USP quanto no Mackenzie os alunos que se declaram brancos são a grande maioria, eles correspondem respectivamente a 80% e 85% das amostras. Apenas 2% e 3,6% se declararam pretos; 8% e 11, 7% se declaram pardos e, por fim, 3% e 1,5% se declaram amarelos, no Mackenzie e na USP, respectivamente. Percebe-se então que o recrutamento racial dos estudantes se mantém

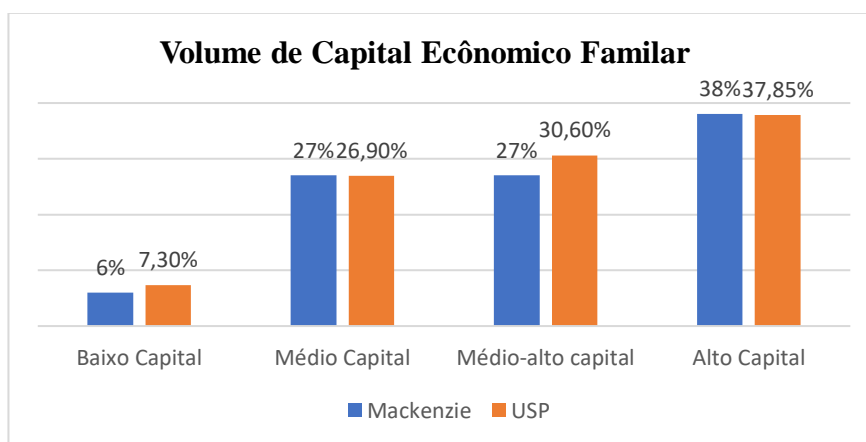


desde a fundação dos cursos de Direito no Brasil: predominantemente branco. Em relação à idade dos estudantes, a maioria deles estão na idade modal, ou seja, na faixa dos 17 a 19 anos de idade, eles são 78% dos mackenzistas e 74% dos “são franciscanos” ingressantes. Na faixa dos 20 aos 31 anos há 17% dos alunos no Mackenzie e 20% da USP. Na faixa dos 32 aos 52 anos (idade máxima declarada) há 4% e 6,5% dos alunos do Mackenzie e da USP, respectivamente. Apesar da pouca diferença, nota-se que o Mackenzie possui um público discretamente mais novo que o da USP, embora a idade modal prevaleça nas duas instituições.

Ao analisar as propriedades socioeconômicas do conjunto familiar dos alunos, tanto na USP como no Mackenzie constatou-se que o pai é quem mais contribui na renda mensal familiar (56% e 53%, respectivamente), seguidos pela mãe (27% e 32%, respectivamente). Embora seja baixa a porcentagem de alunos que declararam a si mesmos como quem mais contribui na renda mensal familiar, é importante ressaltar a diferença entre as faculdades: enquanto no Mackenzie apenas 4% diz viver essa realidade, na USP essa porcentagem é três vezes maior e corresponde a 12% dos alunos. Ainda assim, em conformidade com essa baixa porcentagem, também são poucos os que desenvolvem atividade remunerada em ambas as universidades, eles são 21% dos alunos do Mackenzie e 19% dos alunos da USP.

Ainda no que se refere ao capital econômico, para melhor visualização, dividimos a renda mensal familiar em quatro modalidades: baixo capital, médio capital, médio-alto capital e alto capital. Levando em conta a classificação da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas<sup>80</sup>, consideramos baixa a renda mensal familiar até 3 salários mínimos; média a entre 3 e 9 salários mínimos; média-alta entre 9 e 15 salários mínimos e a alta acima de 15 salários mínimos. Dito isso, o Gráfico 7 apresenta a renda familiar dos alunos da USP e do Mackenzie.

**Gráfico 7**



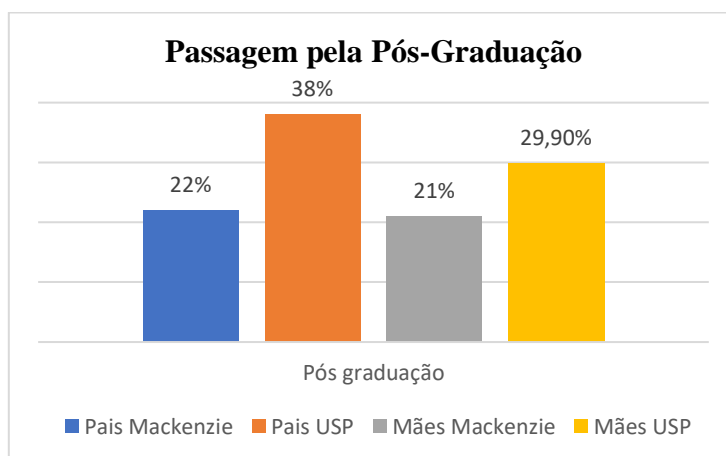
<sup>80</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html> > Acesso em: 02/07/17

Diante desse cenário, fica evidente que o público de ambas as faculdades já possui alta renda ou renda em ascensão, juntos eles são 65% da amostra do Mackenzie e 68,45% da USP; ao passo que os alunos de rendas mais baixas não representam nem 10% do total de alunos. O Gráfico 7 deixa evidente o salto do baixo capital para o médio capital, que embora não seja alto, também não destoa tanto das outras categorias. Além disso, verifica-se que, em regra, conforme se aumenta o volume de capital econômico, aumenta-se também a quantidade de alunos de ambas as instituições. Portanto, a posse de alto volume de capital econômico é um fator decisivo no recrutamento social dos alunos, mas não aparece como um fator de diferenciação tão relevante entre o corpo discente dos dois cursos analisados.

Quando se observamos especificamente a composição desse alto capital, que corresponde a 38% dos alunos do Mackenzie e 37,8% dos alunos da USP, pode-se perceber diferenças entre as frações internas de um mesmo grupo social. Em ambos os casos os estudantes são oriundos de camadas sociais superiores, mas ao analisar as frações dentro dessa categoria vemos que as famílias dos são franciscanos possuem capital econômico ainda maior que as famílias dos mackenzistas. No caso da USP, 40 alunos de um total de 137 (29,1%) declarou ter renda mensal familiar acima de 20 salários mínimos, isso ocorreu com 22 (22%) alunos do Mackenzie. Ambas as porcentagens são altas quando comparadas com a condição econômica média da sociedade brasileira, mas já é um indicativo de que há distinções econômicas entre as frações de um mesmo grupo. Todavia, a análise sobre o volume de capital econômico é incapaz de apreender as diferenças entre essas duas frações de classe que formam o corpo estudantil do Mackenzie e da USP, razão pela qual lançou-se luz sobre as propriedades sociais e culturais dos estudantes e de suas famílias.

A escolaridade dos pais e das mães é uma variável que, embora seja insuficiente, permite mensurar um possível volume de capital cultural familiar. Tanto no Mackenzie quanto na USP, o grau de escolaridade dos pais se revelou muito alto: na faculdade privada, cerca de 73% dos pais possuem pelo menos o ensino superior completo, dentre os quais 30,1% passaram também pela pós-graduação; na faculdade pública são 78% dos pais que possuem o ensino superior completo, dentre os quais 48,6% cursaram uma pós-graduação. No que diz respeito às mães desse corpo discente, percebe-se também que elas são altamente escolarizadas: no Mackenzie, 76% delas possui pelo menos o ensino superior completo, dessas 27,6% passaram também pela pós-graduação; já na USP, a porcentagem de mães que completaram o ensino superior é exatamente a mesma dos pais, 78% embora haja dentro desse grupo, 52,5% de mães também passaram pela pós-graduação. Isso fica mais claro quando observamos o Gráfico 8, elaborado a partir das respostas de todos os 237 questionários.

**Gráfico 8**



Apesar de serem todos e todas altamente escolarizados, é visível o maior acúmulo de capital escolar pelos pais e mães dos alunos da USP. É interessante dizer também que 11% das mães dos alunos do Mackenzie e 10,2% das mães dos alunos da USP exercem profissões artísticas, sociais e humanitárias. Entre elas há artista plástica, estilista, escritora, enfermeira, assistente social, entre outros. Além disso, no Mackenzie 7% das mães exercem atividades ligadas à educação (professoras, pedagogas, diretoras, entre outras); na USP essa porcentagem é bem mais alta chegando a 23,5% das mães. Como vimos anteriormente, esses dados mostram que apesar de possuírem grande volume de capital escolar, uma parcela das mães desses estudantes continua ocupando as funções ditas femininas; ou seja, o “social” costuma ficar predominantemente com as mulheres.

Tendo em vista que as famílias do Mackenzie e principalmente da USP investiram tanto na sua própria escolarização, é esperado que o mesmo investimento seja feito em relação aos seus filhos. No entanto, há diferenças fundamentais na natureza desses dois investimentos, afinal, o contexto social e temporal no qual os pais estavam inseridos quando fizeram um curso superior era outro. Ao contrário de antigamente, quando o diploma universitário era um sinal de distinção social, após a expansão do ensino superior e a sua abertura às camadas médias da população, o valor do diploma em si passou a variar muito de acordo com a instituição. O investimento escolar na vida dos pais e das mães desses alunos significava, muito mais que hoje, uma forma de capital cultural, sendo assim, pode-se afirmar que o fato desses pais e mães dos alunos da USP e do Mackenzie serem altamente escolarizados revela também um alto capital cultural, que é muito mais notório entre os pais dos alunos são franciscanos, o que revela uma diferença sensível entre o capital cultural desses alunos e os do Mackenzie.

Ao analisar o capital escolar propriamente dos alunos, verificou-se que tanto na USP como no Mackenzie a maioria estudou em escola particular durante o Ensino Médio – 58,5%

e 76%, respectivamente. Essas porcentagens revelam também que é notável a diferença entre as duas faculdades no que tange à recepção de alunos oriundos das escolas públicas ou que possuíam bolsa de estudos nas escolas particulares. No Mackenzie apenas 11% estudou em escolas particulares com bolsa, na USP essa porcentagem é de 17,5%; em relação ao Ensino Médio em escola pública a diferença é mais marcante, pois no Mackenzie esses estudantes são 10% ao passo que na USP eles são mais do que o dobro, 23,5%. Esse dado pode ser resultado da política de ampliação ao acesso de estudantes na USP (INCLUSP), que implica uma mudança, mesmo que pequena, do recrutamento social dessa instituição.

A ampliação do perfil de aluno é necessária, pois há pressão social para abertura de vagas nas universidades públicas aos menos favorecidos socialmente, mas isso não é tão notório a ponto de subverter a lógica de recrutamento social da São Francisco, que ainda se mantém elitista. A despeito da conservação das barreiras que se impõem ao direito de entrada, se os programas de inclusão não conseguem democratizar o curso de Direito, eles parecem ser a explicação para a existência de quase um quarto de alunos oriundos de escolas públicas. As estatísticas fornecidas pelo próprio site da FUVEST mostram que, entre os ingressantes de 2016<sup>81</sup>, 20% solicitou bônus pelo programa INCLUSP para ingressar na São Francisco.

Ainda ao analisar o capital escolar dos alunos, nota-se que mais da metade dos ingressantes da USP (60%) e do Mackenzie (57%) fizeram algum curso pré-vestibular e menos de 10% dos alunos de ambas as instituições solicitaram algum tipo de Programa de Assistência ao Estudante. Isso quer dizer que, dentre aqueles 23,3% de estudantes vindos de escolas públicas, a USP seleciona os que mais se aproximam do perfil desejado por ela; ou seja, os que possuem disposições esperadas e as propriedades exigidas pela instituição. O investimento escolar é exemplo disso, pois ele pode ser compensado com um “cursinho” que supra os possíveis déficits de não se ter frequentado uma escola particular no ensino médio. Além disso, absolutamente todos os estudantes da USP que estudaram em escolas públicas disseram ter prestado o vestibular da FUVEST apenas uma vez, o que significa que todos ingressaram na Faculdade de Direito da USP na primeira tentativa. Ou seja, de fato eles possuem as disposições desejadas pela USP, o que permite a sutil ampliação do recrutamento social dessa faculdade sem transformar a sua ordem interna, afinal, a despeito da mudança de trajetória, as disposições dos estudantes são as mesmas.

Passar no vestibular da FUVEST “de primeira” não é exclusividade só dos alunos de escolas públicas, na verdade, quase metade da nossa amostra na USP (43%) respondeu que

---

<sup>81</sup> Nossa análise é anterior à implementação, em 2017, do programa de cotas de 50% na Faculdade de Direito da USP.

prestou vestibular apenas uma vez; no Mackenzie, isso ocorreu com menos frequência, 30% dos alunos. Apesar da dificuldade do vestibular, da alta nota de corte e da concorrência acirrada, grande parte dos estudantes de Direito da USP, mas também do Mackenzie em menor medida, parece ter sido preparada para vencer essas “barreiras” que filtram seus ingressantes. O ingresso no curso de Direito da USP é ainda mais seletivo, visto que a prova elaborada pela FUVEST é mais difícil e a pontuação exigida é mais elevada do que no Mackenzie. Mesmo os 20% que ingressam pelo ENEM também devem ter uma pontuação extremamente alta. Apesar da maior dificuldade no caso da São Francisco, pode-se supor que seus ingressantes já possuem os principais atributos exigidos pela instituição, já estão nos seus moldes, razão pela qual não sofrem com as barreiras objetivas e simbólicas que delimitam o direito de entrada na São Francisco. No caso do Mackenzie, devido à maior facilidade da prova, menor pontuação exigida, e mais vestibulares realizados, podemos supor que estes alunos não tenham sido aprovados em outras instituições mais prestigiosas, como a própria USP e, por isso, dirigiram-se a uma instituição que, apesar de também ser seletiva, permite seu acesso.

### **3.2 As competências culturais dos estudantes**

A fim de apreender o volume de capital cultural dos alunos, analisamos seu domínio de línguas estrangeiras. Como era de se esperar, a grande maioria declarou ter o domínio avançado da língua inglesa – 63% no Mackenzie e 73,5% na USP, afinal a relevância mundial desse idioma é conhecida, bem como a exigência de seu domínio em grande parte dos trabalhos de prestígio; além disso – e por isso –, o estudo da língua inglesa é obrigatório nas grades curriculares das escolas. O mesmo não ocorre com a língua espanhola, que apesar de também ser lecionada nas escolas, não tem o reconhecimento social que possui a língua inglesa, razão pela qual acaba sendo menos valorizada pelos estudantes. Em relação ao espanhol, as respostas dos alunos do Mackenzie e da USP são semelhantes: há predominância do domínio básico, 50% e 47,5%, seguido pelo intermediário, 23% e 21%, respectivamente.

O cenário muda com as línguas francesa, alemã e italiana; haja vista que elas não são obrigatoriamente lecionadas nas escolas, em geral, nem são tão exigidas no meio profissional, o estudo desses idiomas não é estendido a todos, configurando, portanto, um sinal de distinção. No caso das três línguas mencionadas acima, o domínio é maior entre os estudantes da USP. Em relação à língua francesa, observa-se que no Mackenzie apenas 8% declara ter algum tipo de domínio (básico, intermediário ou avançado), já na USP esse índice chega a 36,5% – entre eles, 30% declara ter o conhecimento básico. No que diz respeito à língua alemã, a diferença

entre as duas instituições é mais sutil, embora ainda seja significativa uma vez que apenas 9% declara ter algum conhecimento no Mackenzie e 16% na USP. Por fim, no que tange à língua italiana, verifica-se um cenário mais próximo entre as duas instituições, visto que 12% dos alunos do Mackenzie e da USP declararam ter algum domínio, principalmente no nível básico.

Se tomarmos o domínio dessas línguas estrangeiras como indício de capital cultural, podemos dizer que os alunos das duas instituições são detentores de um volume médio deste capital. Isso ocorre especialmente na USP, onde mais alunos dominam mais idiomas em níveis mais avançados. A língua francesa nos permite observar a diferença entre as duas universidades, pois mais de um terço de todos os alunos ingressantes da USP que compõe a amostra analisada declara ter algum domínio sobre esse idioma, revelando que eles investem em seu aprendizado – seja por necessidade, prazer, interesse ou qualquer outra razão. O fato observado permite aventar a hipótese de que há entre esses estudantes algum tipo de estímulo – seja familiar, escolar ou da própria universidade – que os leva a aprender francês e o mesmo não ocorre tão intensamente com os mackenzistas, que dispõem de menor capital cultural.

Ainda com o escopo de apreender as propriedades socioculturais dos alunos, foi avaliado o tempo dedicado ao estudo, em casa ou na biblioteca. No Mackenzie 32% dos alunos declararam que estudam mais de duas horas por dia, na USP foram 46,7% que fizeram tal afirmação. Em conformidade com a análise que vem sendo feita não causa estranheza saber que os estudantes da USP se dedicam mais aos estudos do que os do Mackenzie. Esse dado sobre as horas dedicadas ao estudo coincide com o baixo índice de alunos que desempenham atividade remunerada, afinal, eles possuem mais de duas horas diárias para se dedicarem a esta tarefa em casa ou na biblioteca, o que seria dificultado com uma jornada de trabalho diária. Além das condições sociais e econômicas, a disciplina de estudos só é seguida quando há estímulo da importância ou necessidade dessa atividade intelectual para sua formação individual, em outras palavras, esse hábito diário só existe se houver investimento escolar.

Tendo em vista a maior dedicação diária aos estudos, bem como o maior domínio de línguas estrangeiras pelos estudantes da USP e a maior escolaridade de seus pais e mães, os ingressantes desta universidade possuem um volume de capital cultural ainda maior que os estudantes do Mackenzie. Somando-se o fato de que também são os estudantes da USP os que detêm maior capital econômico, percebe-se que, embora ambos os corpos discentes pertençam às classes superiores, eles fazem parte de frações distintas dentro desse grupo social: os alunos da USP representam a fração com maior capital cultural e econômico, portanto, é dominante em relação a fração dominada representada pelos alunos do Mackenzie.

### 3.3 Aspirações sociais e preferências profissionais

Terminada a etapa que busca conhecer as propriedades econômicas, sociais e culturais dos alunos, podemos passar à análise sobre as motivações que levaram os estudantes à escolha do curso de Direito e da universidade. Como vimos anteriormente, a passagem pela universidade confere não só acúmulo de capital escolar propriamente dito, por meio do diploma, mas também funciona como um mecanismo para a ascensão ou reprodução de sua posição social. Correlacionando a estrutura de capitais e as aspirações profissionais dos estudantes, é possível supor prováveis estratégias adotadas por eles em relação ao futuro.

Nos questionários, os alunos declararam o grau de motivação dos seguintes fatores para a escolha da universidade que cursam: “Formação profissional voltada para o mercado de trabalho”; “Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho”; “Cultura geral para melhor compreensão do mundo”; “Por ser uma universidade pública/ privada”; “Pela proximidade com a residência da família”; “Possibilidades salariais”; “Baixa concorrência”; “Qualidade do curso oferecido”; “Possibilidade de realização pessoal”; “Possibilidade de continuar em cursos de pós-graduação”; “Influência de familiares e/ou terceiros” e “Facilidade em conseguir estágio”. Diante dessas variáveis, as possibilidades salariais aparecem como fator importante para mais da metade dos alunos da USP e do Mackenzie (56,9% e 63%, respectivamente). Verifica-se, então, que o acúmulo de capital econômico é um aspecto fundamental na escolha da universidade, pois permite a manutenção do alto padrão de vida dos alunos do Mackenzie e, principalmente, da USP e a consequente reprodução de sua posição social.

A despeito da valorização do capital econômico, ele não é o único objetivo desses estudantes: cerca de 59% dos mackenzistas e 81% dos são franciscanos consideram que escolheram a universidade devido à possibilidade de aprendizado sobre a cultural geral para melhor compreensão do mundo. Isso demonstra o maior apetite por concentração de capital cultural pelos alunos da USP, afinal, suas origens familiares já garantem o capital econômico com o patrimônio familiar. No Mackenzie, o interesse por capital econômico e capital cultural é equilibrado uma vez que há mais estudantes oriundos de famílias que ainda podem ascender socialmente, ocupando a fração mais alta da classe média ou a mais baixa da classe alta. Nesses casos busca-se não só acumular capital cultural, mas também adquirir ainda mais capital econômico; consequentemente a “Formação Profissional voltada para o Mercado de Trabalho” aparece como motivação muito maior para a escolha da universidade entre 88% os alunos do Mackenzie. O mesmo aspecto também é valorizado pelos estudantes da USP visto que motivou a escolha de 60% de seus ingressantes; mesmo assim, a grande diferença de porcentagem entre as duas faculdades condiz com a imagem da São Francisco como

instituição que estimula uma cultura “desinteressada” e o Mackenzie como instituição voltada para o mercado de trabalho. Prevalece a relevância da “formação profissional” no Mackenzie e a importância da “apreensão da cultura geral para melhor compreensão do mundo” na USP. Nesse sentido, verifica-se que há maior valorização da disponibilidade de vagas para o mercado de trabalho pelos alunos do Mackenzie (82%); na USP essa valorização também é válida, mas em menor grau, atinge 64% dos estudantes. Quando indagados sobre a facilidade de se conseguir um estágio, 56% dos alunos do Mackenzie demonstrou a relevância desse aspecto, já na USP um pouco menos da metade, 44,5% levou esse fator em consideração.

Outro aspecto que diferencia os alunos de ambas as instituições é a natureza da universidade: pública ou privada. Quase todos os alunos da USP, 93,5%, declararam que a sua natureza pública foi um fator determinante na escolha por essa universidade, enquanto no Mackenzie poucos alunos, apenas 15%, declarou que lá ingressou por ser uma universidade privada. De certa maneira, essa situação confirma o capital simbólico que a USP possui e que é reconhecido e valorizado pelos seus membros, ou seja, por ser uma universidade pública a USP é ainda mais distinta, ficando em posição de dominância em relação ao Mackenzie. Quando se trata da escolha da universidade, os ingressantes das duas universidades entram em acordo apenas à enorme relevância que eles atribuem à qualidade do curso oferecido em suas respectivas faculdades, fator que motivou 96% dos alunos do Mackenzie e 92,5% da USP.

Além das motivações para a escolha da universidade, investigamos também o que levou os alunos a escolherem o curso de Direito. O resultado dessa averiguação consta na Tabela 7:

**Tabela 7**

<b>Aspectos motivadores para a escolha do curso</b>	<b>Mackenzie</b>	<b>USP</b>
Aptidões pessoais	65%	63,5%
Recebimento de um diploma em nível superior	27%	16%
Amplas possibilidades salariais	61%	43%
Realização pessoal	65%	59%
Seguir carreira acadêmica	18%	22,5%
Mercado de trabalho	66%	30%
Carreira pública	51%	56%
Baixa concorrência pelas vagas	2%	0%
Prestígio social da profissão	43%	22%
Adquirir conhecimento na área jurídica	60%	50%
Poder contribuir para a sociedade	61%	67%
Complementação de formação profissional que já exerce	5%	6,5%



O público dos dois cursos se assemelha quando observamos que o interesse em adquirir conhecimento jurídico motivou pelo menos metade dos alunos na escolha pelo Direito. Além disso, as duas universidades apresentam porcentagens igualmente altas de alunos motivados por sua “aptidão pessoal”, expressão que faz referência à capacidade daquele que tem habilidade – que se acredita inata – de realizar algo. Isso quer dizer que mais de 60% dos alunos da USP e do Mackenzie acreditam que há neles um conjunto de atributos pessoais que os tornam propícios ao estudo do Direito; em outras palavras, eles acreditam ter capacidade, habilidade e destreza necessárias para adentrar nesse curso. Essa “aptidão pessoal” é, no entanto, muito mais “social” do que “pessoal”, pois trata-se de alunos que estudaram prioritariamente em escolas particulares, passaram por cursos pré-vestibulares, detêm domínio de línguas estrangeiras, além de possuírem renda mensal familiar elevada e terem pais altamente escolarizados que exercem profissões de grande reconhecimento social. Como consequência dessas condições privilegiadas, adquire-se segurança para entrar no curso de Direito; somando todos esses aspectos – e ao longo do processo de desenvolvimento e apreensão deles – são constituídos o capital social e capital cultural dos alunos ao mesmo tempo em que se concebe um sistema de disposições duráveis e transponíveis: o *habitus*.

Apesar das semelhanças, é notável a distinção entre o público das duas universidades no que se refere às amplas possibilidades salariais e ingresso no mercado de trabalho como motivações para a escolha do curso de Direito. No Mackenzie, esses fatores atingem 61% e 66% dos alunos, respectivamente; na USP a situação é outra, pois menos da metade dos alunos, 43%, considera as possibilidades salariais determinantes, e apenas 30% diz o mesmo em relação à carreira no mercado de trabalho. Esses dados indicam a maior valorização dos aspectos práticos e materiais oferecidos pelo curso de Direito entre os alunos do Mackenzie – e aponta para uma lógica mercadológica desta instituição. Em outras palavras, os mackenzistas buscam benefícios práticos e particulares obtidos a partir da atividade jurídica, o que também explica a maior apreciação do prestígio social da profissão entre os alunos dessa instituição. Sem qualquer pretensão de desinteresse, eles declaram, mais que os *são franciscanos*, que, de fato, a passagem pelo curso de Direito é um investimento cujo retorno gera alta expectativa.

É evidente que grande parte dos alunos da USP (43%) também dá grande importância às possibilidades salariais, no entanto, muito maior do que essa pretensão, é a motivação em “Poder contribuir para a sociedade” (67%), aspecto que alcançou a maior porcentagem. Ao avaliar juntamente a baixa valorização do prestígio social da profissão (22%), percebe-se a inclinação desse corpo discente em busca dos benefícios sociais dos ofícios jurídicos. Muito embora no Mackenzie, a preocupação social também seja altamente difundida – visto que

motivou 61% dos alunos na escolha deste curso – há prevalência de seus interesses particulares sobre os interesses sociais. Por outro lado, cabe dizer que a maioria dos alunos da USP (56%) têm preferência pelas carreiras públicas – conhecidas pelo alto capital simbólico que conferem aos seus membros –, em detrimento da carreira voltada ao mercado de trabalho. Em vista disso, outra interpretação possível é que os alunos da USP almejam, juntamente com o lucro econômico, o lucro simbólico – embora declarem este último como mais importante.

Há, também, algumas diferenças entre as ambições de carreira dos alunos das duas universidades: entre os mackenzistas há um equilíbrio entre os que pretendem seguir a carreira pública ou a carreira voltada ao mercado de trabalho; na USP a preferência pela carreira pública. Tanto a carreira jurídica privada quanto pública são reconhecidas socialmente, mas não na mesma medida, uma vez que as exigências de acesso ao mercado privado são menos objetivas; isso implica, de um lado, a ampliação do direito de entrada nesta carreira, porém, do outro lado, quando os critérios não são claros, objetivos ou institucionalizados, torna-se mais difícil adequar-se às exigências do meio. De fato, o mercado de trabalho é mais amplo, mas nem todos conseguem alcançar posições dominantes e de prestígio justamente porque não há critérios fixos. Essa situação é menos frequente nas carreiras públicas, pelo menos em suas bases hierárquicas, cujos critérios de ingresso são objetivos e conhecidos por todos por meio do edital do concurso público.

Em conformidade com o que foi dito anteriormente, 30% dos alunos do Mackenzie assinalou interesse pela Advocacia – carreira mais propícia para a reconversão de capitais herdados em capital profissional por mobilizar relações sociais e familiares para conquistar uma clientela –; outros 37% prefere seguir alguma carreira pública; sendo a mais popular a Promotoria (14%) seguida da Magistratura (9%). Na USP não há um equilíbrio tão grande entre as carreiras, apenas 17% declarou interesse pela Advocacia e mais da metade dos estudantes, 52,5%, como já se esperava, pretende seguir alguma carreira pública, entre as quais as mais desejadas foram: a Diplomacia (16%); a Magistratura (16%) e a Defensoria Pública (10%). A pretensão pela carreira diplomática é um fator de distinção entre o recrutamento dos alunos das duas universidades, no Mackenzie apenas 3% a ambiciona. A Diplomacia exige a mobilização de um grande volume de capital simbólico e social, pois são as relações sociais que condicionam, em boa medida, as possibilidades de carreira, devido à sua proximidade com o campo do poder e o campo político. Além disso, ela exige alto volume de capital cultural, pois o conhecimento da cultura dominante é testado na prova de ingresso; questiona-se, por exemplo, sobre a autoria de obras de arte de artistas distintos e menos conhecidos. Dito isso, é

evidente que não são todos os que podem se arriscar nessa carreira, mas tão somente aqueles que nada tem a perder e podem se aventurar na Diplomacia.

É interessante observar que, dentre as carreiras públicas, os mackenzistas preferem a Promotoria e os são franciscanos a Defensoria Pública. Apesar de atuarem conjuntamente, essas duas carreiras estão em disputa. A Promotoria é vista como conservadora e tradicional, e a Defensoria Pública tem um viés mais humanitário e social, pois protege aqueles que não têm condições econômicas de contratar um advogado. Embora ambas devam agir de acordo com o bem-estar social, a hierarquia jurídica coloca a Promotoria em posição superior à Defensoria Pública, uma vez que há homologia entre as posições jurídicas dos profissionais e a posição social de suas clientelas. Dito isso, entre os 15% de estudantes da amostra que desejam seguir a carreira da Defensoria Pública há discentes com alto e baixo volume de capital econômico; a escolaridade de seus pais e mães também variam entre o ensino médio, ensino superior e pós-graduação; há entre eles um metalúrgico, um técnico em refrigeração, um autônomo, uma professora secundária, mas também há um empresário, engenheiro, médico etc; por fim, esses estudantes são equilibradamente oriundos do Ensino Médio em escolas públicas ou particulares com bolsa e em escolas particulares. Esses dados revelam que há estudantes menos privilegiados que querem seguir a Defensoria Pública e quando têm a oportunidade de ascender socialmente se comprometem a ajudar os membros da sua classe de origem, e, por isso, estariam condenados a ocupar posições dominadas na hierarquia jurídica; mas há também aqueles estudantes com alta posição social e que não tem nada a perder, e, portanto, podem se lançar em carreiras menos prestigiadas como uma grande aventura<sup>82</sup>.

Para finalizar a análise sobre o recrutamento social e as aspirações profissionais, investigamos a hereditariedade profissional dos estudantes. Entre os pais do Mackenzie, prevalecem as profissões ligadas à carreira empresarial, correspondendo a 34% dos pais e 21% das mães desses estudantes; na USP essa porcentagem é menor, 14% dos pais e 7,2% das mães. Em relação às profissões jurídicas, 13% dos pais dos mackenzistas e 10% das suas mães – totalizando 23% – trabalham no campo jurídico; na USP são 9,5% dos pais e 3,5% das mães – totalizando 13% – que exercem alguma atividade nessa área. Pode-se supor, portanto, que haja maior antiguidade jurídica entre os estudantes do Mackenzie, à despeito disso há apenas advogados entre seus parentes, enquanto na USP, embora menos pais e mães atuem no campo jurídico, vemos mais profissionais das carreiras públicas, como Delegado de Polícia, Juiz de Direito e Promotor de Justiça. No caso da Advocacia, a melhor forma para se obter capital

---

<sup>82</sup> BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os Herdeiros: os estudantes e a cultura. op cit. p. 81

simbólico é, justamente, mobilizando o capital social dos agentes: sendo os pais dos estudantes do Mackenzie advogados, é compreensível a inclinação dos seus filhos a desejarem esta mesma carreira. Além disso, por serem estimulados a estagiar desde o início do curso, os alunos do Mackenzie constroem relações sociais com os agentes do campo e acumulam cada vez mais capital social eficiente no universo jurídico privado.

É nesse sentido que a herança profissional pode ser observada segundo a *antiguidade na profissão*, fazendo com que agentes que tenham as mesmas características aparentes (por exemplo, mesma idade e mesma formação escolar) se diferenciem. Ora, é vantajosa a adesão ao sujeito que anteriormente apresenta atributos e disposições desejáveis e exigidas dos novos entrantes: os capitais social e simbólico atribuem grande vantagem aos que os detêm, visto que remete a um nome próprio capaz de manter uma clientela. Da mesma forma, o capital cultural específico também é valioso, principalmente quando é menos objetivado e formalizado, sendo caracterizado apenas por disposições e pela experiência pessoal adquiridas ao longo do tempo constitutivas de uma espécie de *arte*.

No Direito isso pode ser percebido, por exemplo, nos grandes escritórios de advocacia que já possuem um nome reconhecido no campo jurídico, como é o caso do “Pinheiro Neto”. Esse nome de peso constitui um capital simbólico e é responsável por manter uma clientela antiga e respeitável, contribuindo para a acumulação de capital simbólico, ou seja, há a reprodução de capitais que mantêm esse escritório numa posição elevada no campo jurídico. Em outras áreas, como a Academia, também vemos os efeitos da antiguidade na profissão, pois o nome próprio de juristas reconhecidos socialmente confere aos seus descendentes legitimidade para dizer o Direito. Esse é o caso de Miguel Reale Júnior, cujo pai – Miguel Reale – foi um filósofo do Direito extremamente importante e conhecido no Brasil. Seu filho, Miguel Reale Júnior, seguiu os passos do pai: estudou Direito na USP e lá se tornou professor titular, pois além do conhecimento jurídico, ele detinha capital simbólico específico e capital incorporado, já que tinha familiaridade com o campo e as disposições ajustadas por ele.

### **3.4 O acordo tácito entre a faculdade e os estudantes**

Após a análise sobre o recrutamento social dos estudantes, retomamos as representações que as próprias faculdades fazem sobre si mesmas para verificar a correspondência com suas práticas. A imagem construída socialmente do curso de Direito da São Francisco nos leva a pensar, em um primeiro momento, que ela estaria mais próxima da produção intelectual. O bacharelismo imperial e posteriormente o projeto educacional do “saber desinteressado” que

fundou a USP e direcionou sua trajetória são responsáveis por parte dessa idealização. No que tange ao Mackenzie, a representação que se tem de seu curso de Direito é que ele atenderia mais a reprodução do saber técnico e prático. Tendo em vista que essa instituição concorria com outras escolas pela captação de frações da elite paulistana e que a promoção feita pelas escolas sobre si se referia à excelência no ensino, o discurso legítimo para o recrutamento salientava que os filhos da elite teriam acesso ao saber institucionalizado e legítimo. Além disso, como vimos anteriormente, a análise dos *sites* da USP e do Mackenzie alimentam as representações sociais de cada uma. De fato, eles apresentam características que demonstram a inclinação mais prática do Mackenzie, no sentido de ensinar seus alunos a ter o domínio do saber técnico para sua aplicação, enquanto a USP parece fomentar a produção de novos conhecimentos e teorias jurídicas. Contudo, isso não se revelou nos programas de ensino, as áreas do Direito que ganham maior atenção em ambos os cursos são as mais tradicionais e a bibliografia dos cursos parece ser aquela clássica já consolidada.

O fato de que parte dos professores de Direito da USP são contrários ao estágio de seus estudantes antes do terceiro ano da graduação por acreditarem que eles devam se dedicar exclusivamente à função intelectual, pode nos levar a acreditar que a produção intelectual seria mais valorizada nessa instituição. Se entendermos que essas propriedades favoráveis à produção intelectual livre na verdade constroem uma imagem de fachada e que, nela também ocorre a reprodução do saber jurídico – como será visto no próximo capítulo –, o corpo discente ajuda a reforçar aquela representação social.

A análise dos questionários mostra que os *são franciscanos* parecem ser mais intelectualizados, com uma posição política incomum no meio social em que estão inseridos, afinal eles votaram mais em partidos de centro-esquerda (PT) e esquerda (PSOL), 38,6%, do que no Mackenzie, 14%. Eles se dedicam mais às atividades de estudo diário e possuem maior volume de capital cultural. Verifica-se, portanto, que os alunos da USP possuem mais atributos valorizados no ofício intelectual, o que é desejado por uma universidade que por muito tempo defendeu a produção de um “saber desinteressado”. Ocorre que essa diferenciação entre *são franciscanos* e *mackenzistas* muitas vezes é mais fictícia e formal do que real, embora seja necessária para que eles se reconheçam enquanto grupos distintos. Nesse sentido, a oposição entre os alunos da USP e do Mackenzie configura uma ruptura simbólica:

Encontra-se nesses estudantes uma vontade muito grande de se distinguir, mas, na verdade, essa busca pela diferença nada mais mostra do que o consenso que impera no meio escolar. Nesse jogo das diferenças, é difícil encontrar diferenças reais que ultrapassem o consenso, por isso as oposições podem parecer artificiais fictícias e até formais, pois não se discute o que é

fundamental, afinal, é preciso haver um consenso sobre o que é fundamental para que haja discussão.<sup>83</sup>

Quando observamos a Faculdade de Direito da USP, especificamente, a análise do recrutamento social de seus estudantes e de suas definições de excelência jurídica revelam uma correspondência entre as aspirações dos estudantes e a imagem de formação universitária que a São Francisco promove de si mesma e que é socialmente reconhecida. Não necessariamente essas aspirações serão satisfeitas, mas, – apesar da possibilidade de frustração, após o ingresso e ao decorrer do curso – no momento da matrícula há um acordo tácito entre o novo aluno e a USP sobre as trocas esperadas entre eles; embora haja conflito entre a faculdade e o aluno, eles se integram e atendem um à expectativa do outro.

Os são franciscanos lutam pelo direito de estagiar antes do terceiro ano em razão da impossibilidade de todos se dedicarem apenas ao estudo e precisarem “ganhar a vida”, além de desejarem experimentar o ingresso no mercado de trabalho. Diante disso, a Faculdade de Direito da USP, representada por parte de seus professores, se coloca contrária a tal iniciativa e busca assegurar o compromisso prioritário com a formação universitária ao exigir a dedicação total aos estudos. Essa disposição da faculdade visa garantir seu semblante de excelência jurídica e universitária, justamente a característica que atraiu seus alunos que, posteriormente, passam a lutar contra essa ordem interna institucional, embora seja essa ordem que de certa forma garanta a atração dos próximos ingressantes. Em outras palavras, se por um lado os estudantes enfrentam a estrutura institucional mantenedora da excelência jurídica e universitária que anteriormente os atraiu, por outro lado, a São Francisco, fundada sob os princípios republicanos e liberais e que tanto se esforçou para recrutar os que pensassem “fora da caixa”, ao tê-los como membros internos, busca engessá-los em sua própria ordem institucional, retirando, portanto, um aspecto de sua liberdade.

Em suma, os são franciscanos acumulam capital simbólico ao estudarem na USP, mas este só é conferido pela ordem institucional que estrutura a faculdade de Direito e é contra ela que eles lutam, embora seja por causa dela que esses estudantes possam se colocar na posição de enfrentamento, lutando contra o poder que lhes dá poder. A USP, por sua vez, não busca recrutar figuras passivas que têm sobretudo o interesse do simples aprendizado do conteúdo do Direito e almeja atrair figuras ativas, “pensantes” e até revolucionárias, mesmo que sejam exatamente esses os atributos dos alunos que permitem a sua revolta contra ela mesma.

---

<sup>83</sup> Idem, ibidem, pp. 67 e 68

## Capítulo 4 – Trajetória acadêmica e social dos corpos docentes

### 4.1 Perfil e trajetória acadêmica dos docentes

Com vistas a avaliar a imagem romântica do ensino intelectual e teórico do curso de Direito da USP, e a imagem do ensino técnico, profissionalizante e prático do curso de Direito do Mackenzie, buscou-se apreender, por meio de entrevistas e da análise dos currículos *lattes* dos professores os modelos de excelência jurídica. Até o presente momento as comparações foram feitas entre as instituições, mas a análise sobre os corpos docentes evidenciou a necessidade de analisar e comparar as disputas internas entre grupos dentro de cada universidade, departamento ou até mesmo gerações de professores que se opõem quanto ao que acreditam ser a excelência jurídica e os meios utilizados para defendê-la.

Ao total são 315 docentes de Direito nas duas universidades, entre os quais 154 são do Mackenzie, 155 da USP e 6 pertencem ao corpo docente de ambas as faculdades. Nas duas faculdades de Direito o número de professores homens é muito superior ao de mulheres: ao todo há 71 mulheres (22,5%) e 244 homens (77,5%). Ao analisar cada instituição separadamente vemos que na USP essa diferença é ainda mais marcante: dos 161 docentes, 133 (82,6%) são homens e apenas 28 (17,4%) são mulheres; no Mackenzie dos 160 docentes, há 115 (72%) homens e 45 (28%) mulheres. Essa primeira visão geral sobre os quadros docentes das duas universidades já nos permite dizer que, assim como ocorre em outras carreiras jurídicas, a trajetória acadêmica no Direito tem a sua base feminizada; se o número de mulheres e homens no corpo docente é equilibrado, seu topo continua sendo predominantemente masculino. Isso indica que gradativamente as mulheres encontram “tetos de vidro”<sup>84</sup>, isto é, obstáculos simbólicos, culturais e sociais que, à primeira vista, não parecem existir no mundo moderno, globalizado e democrático, mas que dificultam que a mulher angarie posições mais altas na hierarquia das carreiras jurídicas – e na própria docência do Direito – mantendo-a em posições inferiores às dos homens.

Em seu estudo sobre as mulheres na Advocacia, Bertolin percebe que o principal obstáculo enfrentado pelas advogadas é a incompatibilidade entre a maternidade e a vida profissional. Diante disso e considerando que a docência no ensino do Direito sempre foi uma profissão masculina, como mostra Sérgio Adorno, uma das explicações que explica a pouca presença de mulheres na docência jurídica da USP e do Mackenzie – e que será confirmada com as entrevistas – é a disputa entre a função familiar e a função profissional e a assimilação

---

<sup>84</sup> BERTOLIN, Patricia Tuma Martins. *Mulheres na Advocacia: padrões masculinos de carreira ou teto de vidro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 2.

de um padrão masculino no exercício profissional: “quando as mulheres passam a ocupar espaços em profissões anteriormente masculinas, sua força de trabalho tende a ser considerada inferior, quer por uma construção histórica, quer pelo estabelecimento de pré-requisitos masculinos para o exercício profissional”<sup>85</sup>. Como o homem é a medida para ambos os sexos, as mulheres incorporam o padrão masculino, muitas vezes pela falta de um modelo feminino, para conseguirem alcançar as posições ocupadas por homens. Segundo Bourdieu<sup>86</sup>, essa reprodução material e simbólica do padrão masculino impõe a dominação masculina:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.<sup>87</sup>

É característico dos dominantes estarem prontos a fazerem reconhecer sua maneira de ser particular como universal. A definição de excelência está, em todos os aspectos, carregada de implicações masculinas, que têm a particularidade de não se mostrarem como tais.<sup>88</sup>

Sendo assim, além da estrutura, as práticas culturais e simbólicas acabam sendo as mais eficientes para manter a mulher em sua posição dominada. Aquelas que conseguem alcançar uma posição mais elevada é considerada excepcional, reforçando ainda mais a regra da inferioridade da mulher “comum”. Essa excepcionalidade muitas vezes significa que a mulher teve um desempenho superior ao dos homens, embora ela seja colocada ao lado deles para efeito de avaliação de seus superiores; ou seja, a normalidade do homem equivale ao duplo esforço da mulher<sup>89</sup>. O próprio comportamento daquela que ascendeu revela essa lógica quando ela incorpora o padrão masculino e busca se afastar do sexo feminino para legitimar sua conquista com um discurso meritocrático<sup>90</sup>.

Assim como o estudo sobre o recrutamento social do corpo discente, cuja maioria é feminina no Mackenzie e masculina na USP, há uma maior diversificação do recrutamento dos docentes do curso de Direito no Mackenzie, pois, apesar de também serem minoritárias, há mais mulheres nesta instituição. Na USP, por sua vez, os homens continuam sendo hegemônicos, principalmente no corpo docente, o que mostra a menor diversificação social, pelo menos em relação ao gênero. Além da divisão sexual do corpo docente dessas faculdades,

---

<sup>85</sup> BERTOLIN, Patricia Tuma Martins. *Mulheres na Advocacia: padrões masculinos de carreira ou teto de vidro*. Op cit, p. 144

<sup>86</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>87</sup> Idem. Ibidem, p. 18.

<sup>88</sup> Idem. Ibidem, p. 78.

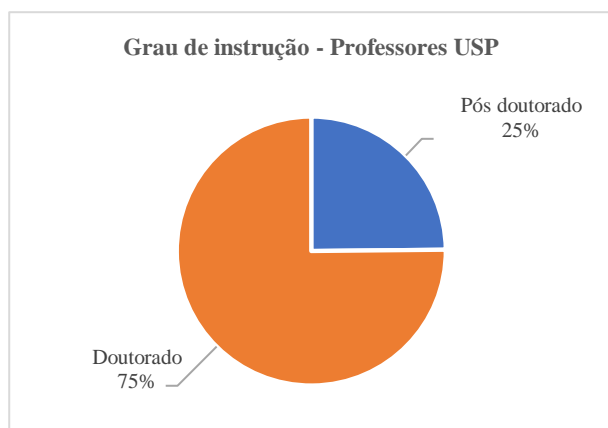
<sup>89</sup> Idem. Ibidem, p. 65.

<sup>90</sup> Idem. Ibidem, pag. 154.

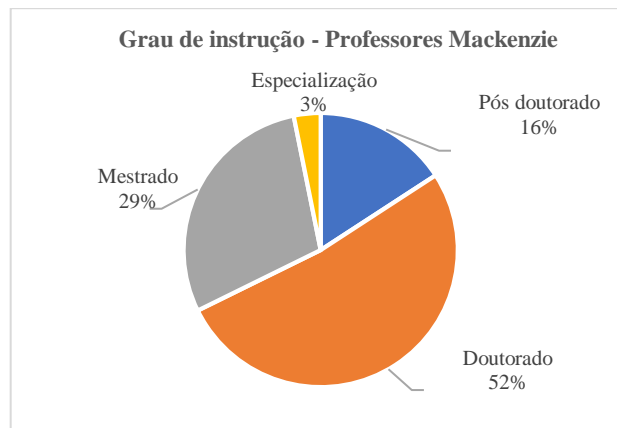


também foi analisada a composição de capital cultural (na forma insitucionalizada) de seus membros. Para tanto, foi avaliado o grau de instrução desses professores:

**Gráfico 9**



**Gráfico 10**



O gráfico 9 mostra que todos os professores da USP possuem doutorado – como já se é conhecido, afinal o título de doutorado é um dos requisitos para o concurso público – e 25% deles também possui pós-doutorado. O gráfico 10, por sua vez, mostra que cerca de 68% dos docentes do Mackenzie possuem doutorado e 16% possui também pós-doutorado. Contudo, a maior diferença entre as duas universidades é que no Mackenzie ainda há professores cujo grau de instrução é o mestrado e a especialização; essa constatação indica a diferença de capital cultural entre o corpo docente de cada instituição. Com o escopo de nos aprofundar no estudo dessas diferenças, analisamos a trajetória acadêmica dos professores da USP e do Mackenzie::

**Tabela 8**

Instituição da graduação	Professores do Mackenzie	Professores da USP
Mackenzie	24%	2,5%
USP	21,3	71%
PUC	17%	12%
Outra instituição privada	23,7%	3,8%
Outra instituição pública	6%	5,7%
Não informou	8%	5%

Nota-se que no Mackenzie há uma descentralização em relação à universidade em que os professores fizeram o curso de Direito, pois há um equilíbrio entre aqueles que passaram pelo próprio Mackenzie, USP, PUC e outras instituições privadas. No caso da USP, ao contrário, há grande centralização de docentes que se graduaram na São Francisco. Essa alta

porcentagem de alunos da USP que lá se tornaram professores evidencia uma seleção mais endogâmica visto que é quase exclusiva aos seus próprios membros. Ainda em conformidade com o que foi dito anteriormente, a Tabela 9 demonstra o investimento que os professores da USP e do Mackenzie fizeram em títulos acadêmicos:

**Tabela 9<sup>91</sup>**

	<b>Professores do Mackenzie</b>	<b>Professores da USP</b>
Especialização	42%	27,3%
Mestrado	88,7%	67,7%
Doutorado	67,5%	100%
Pós doutorado	5%	18,6%

Ao observar esta tabela, nota-se que apesar de ainda terem títulos acadêmicos mais baixos, a parcela de professores do Mackenzie que já possuem doutorado chega a quase 70%, e esta porcentagem está em vias de ser aumentada visto que 10% dos seus mestres estão atualmente no doutorado. Logo, parece que o Mackenzie busca alcançar uma posição no campo universitário cada vez mais próxima à das universidades públicas, por meio da conversão de capital escolar em capital simbólico – e, conseqüentemente, em capital econômico para a instituição uma vez que ela é privada. O cenário em relação ao pós-doutorado demonstra que a USP, que não possui a preocupação de captar professores doutores, pode investir em títulos ainda mais altos e que têm um caráter distintivo ainda mais eficaz quando se pretende manter a posição dominante no campo universitário.

Feita a descrição sobre a titulação acadêmica dos docentes da USP e do Mackenzie, a partir das Tabelas 10 e 11 <sup>92</sup> pode-se apreender a qualidade deste capital, pois elas tratam das instituições de ensino que forneceram esses títulos acadêmicos.

**Tabela 10: Mestrado**

<b>Instituições de Ensino</b>	<b>Professores Mackenzie</b>	<b>Professores USP</b>
Mackenzie	23,5%	0%
USP	21%	73,5%
PUC	43,5%	9%
Outra instituição privada	4,5%	1%
Outra instituição pública	3%	9%
Universidade estrangeira	4,5%	7,5%

<sup>91</sup> Esta tabela não indica apenas o último grau de instrução dos docentes, mas os investimentos cumulativos mais significativos de sua trajetória acadêmica, por isso a soma das porcentagens não resulta em 100%.

<sup>92</sup> Levou-se em consideração apenas os professores que possuem os títulos acadêmicos presentes na tabela.

Ao observar a tabela acima, nota-se que a grande maioria daqueles pertencentes à USP, cerca de 73,5%, fez mestrado na própria Faculdade de Direito da USP. No caso do Mackenzie, os professores fizeram mestrado principalmente em três instituições consagradas: PUC (43,5%), USP (21%) e Mackenzie (23,5%). Neste caso, uma das concorrentes do Mackenzie, a PUC, parece ser ainda mais importante na formação de seus professores-mestres, o que reafirma a importância e o poder simbólico desta instituição católica no campo universitário.

**Tabela 11: Doutorado**

<b>Instituições de Ensino</b>	<b>Professores Mackenzie</b>	<b>Professores USP</b>
Mackenzie	14%	1,5%
USP	35%	82,5%
PUC	40%	4,2%
Outra instituição privada	0%	0%
Outra instituição pública	1%	1,3%
Universidade estrangeira	5,5%	5,5%
Doutorado sanduíche (USP)	4,5%	5%

Ao analisar a Tabela 11, vemos que o Mackenzie deixa de ser uma das principais faculdades na formação de seus professores-doutores e a concorrência maior se dá entre a USP (35%) e a PUC (40%), o que pode indicar a falta de reconhecimento de capital simbólico pelos seus próprios membros. Contudo, é importante dizer que a trajetória acadêmica dos corpos docentes revela os capitais que as instituições possuíam no momento em que eles fizeram o mestrado e o doutorado; seria necessário estudar a trajetória acadêmica atual dos bacharéis e mestres do Mackenzie para verificar se eles ainda fazem o doutorado em outras instituições. A tabela acima também revela um aumento na proporção de professores uspianos que se tornaram doutores pela USP, eles são 82,5% do corpo docente, sendo que outros 5% fizeram um doutorado sanduíche pela USP, logo, os professores da São Francisco doutores pela sua “casa” são quase exclusivos, totalizando 87,5%.

Ao observar conjuntamente as tabelas 10 e 11 reforçamos o entendimento de que o corpo docente da USP construiu sua carreira dentro desta universidade e de que ela recruta seus próprios membros para compor o quadro de professores. Sendo assim, o próprio ato de fazer graduação na USP configura uma vantagem para aqueles que pretendem seguir a carreira acadêmica, pois este é o caminho reconhecido como legítimo pela instituição que recruta majoritariamente seu antigo corpo discente. Além disso, parte dos professores do Mackenzie fez graduação, mestrado e/ou doutorado na USP, sendo que o inverso não ocorre; são poucos os professores do Largo São Francisco que passaram pelo Mackenzie em algum momento de

sua trajetória acadêmica. Esse fluxo unilateral é um indicador da posição dominada e do menor poder simbólico do Mackenzie em relação à USP no campo universitário.

**Tabela 12: Pós-Doutorado**

<b>Instituições de Ensino</b>	<b>Professores Mackenzie</b>	<b>Professores USP</b>
USP	1	2
PUC	0	1
Outra instituição pública	1	1
Universidade estrangeira	6	26
Total	8	30

Considerando que o número de pós-doutores no Mackenzie é muito pequeno, apenas 8, esta tabela não apresenta porcentagens, mas a quantidade exata de professores. Segue-se aqui a tendência de diminuição da importância do Mackenzie na formação de seus professores nos graus de instrução mais altos, mas neste caso isso não é exclusividade sua. Na USP também há predominância de pós-doutorados feitos no exterior; com efeito, obter este título acadêmico em uma instituição estrangeira é ainda mais distintivo.

A apresentação da trajetória acadêmica dos professores da USP deixa claro que para esse corpo docente há basicamente duas possibilidades: investir em capital cultural institucionalizado na própria USP ou em universidades estrangeiras consagradas, sendo que a primeira possibilidade é muito mais recorrente que a segunda. Diante desse cenário, inspiramo-nos na obra de Christophe Charle<sup>93</sup>, cuja análise comparativa sobre as origens sociais e geográficas dos professores das universidades de Paris e Berlim revela que o acesso às cátedras em Berlim era restrito aos indivíduos com alta posição social, ao passo que a amostra francesa apresenta uma abertura do recrutamento social<sup>94</sup>. Por outro lado, os parisienses, de diversas classes sociais, tinham mais chances de ingressar na universidade de Paris do que os candidatos de outras regiões da França; o mesmo não ocorre em Berlim, onde a circulação é descentralizada e recebe professores de toda a Alemanha, desde que sejam das camadas sociais mais altas. Certamente, não encontramos a mesma situação em relação às Faculdades de Direito da USP e do Mackenzie, mas é interessante notar que assim como em Paris, é a qualidade endógena que marca o direito de entrada no corpo docente da São Francisco. Na análise das entrevistas veremos que um fator de extrema importância para o ingresso na USP é o espírito de corpo que os professores incorporam desde a graduação.

---

<sup>93</sup> CHRISTOPHE, Charle. "Paris/Berlim: ensaio de comparação entre duas universidades centrais", *Histoire de l'éducation*, nº62, 1994, p. 1.

<sup>94</sup> Idem. Ibidem, pp. 10-11

Diferentemente do que Adorno mostra sobre as primeiras décadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, hoje não basta mobilizar capital social para ser professor, afinal um requisito fundamental no processo seletivo é a posse do título de doutorado. Diante dessa mudança de paradigma, o recrutamento endógeno de indivíduos de dentro da instituição é uma estratégia para não perder o controle sobre o grupo. O Mackenzie, por sua vez, ainda não tem um corpo docente tão qualificado academicamente quanto o da USP de modo que, muito embora seu espírito de corpo seja também consagrado e enaltecido, mais importante do que manter sua endogenia é permitir que indivíduos com maior grau de instrução integrem o quadro de professores – mesmo que venham de outras instituições. Em suma a Faculdade de Direito da USP acumula capital simbólico quando reafirma a identidade “são franciscana” de seu corpo docente, já a Faculdade de Direito do Mackenzie acumula capital simbólico ao buscar consagrar a qualidade acadêmica de seus professores, que é atestada justamente pela passagem por outras instituições tão ou mais prestigiadas que ela.

#### 4.2 Revistas de publicação

Com o intuito de trazer um pano de fundo da atividade acadêmica dos docentes da época imperial, retomaremos brevemente os perfis docentes do curso jurídico entre 1827 e 1883, elucidado por Sérgio Adorno<sup>95</sup>. O autor faz um quadro com 48 docentes daquele período e revela que 80% deles exercia funções públicas como deputado, senador, ministro, juiz entre outros, além de exercerem funções administrativas dentro da Faculdade de Direito. Ocorre que apenas 38% desses docentes teve alguma produção acadêmica no Direito; isso revela que algumas figuras distintivas e prestigiadas na vida pública não foram tão notórias no papel de juristas. Entende-se que a relação entre a prática educativa e a produção de conhecimento era conturbada, já que em uma sociedade escravocrata com Estado patrimonial, “a produção de conhecimento tinha antes o efeito de qualificar o lugar ocupado pelos seus produtores, mediante a atribuição de *status*”<sup>96</sup>. Assim sendo, Academia de Direito de São Paulo não produziu grandes doutrinadores jurídicos, mas saíram dali importantes dirigentes políticos<sup>97</sup>.

Considerando a baixa produção acadêmica dos docentes nas primeiras décadas do curso de Direito, buscamos investigar qual a relação atual entre produção acadêmica e prestígio social, ou, como Adorno se referiu, a atribuição de *status* por meio da atividade acadêmica. Com esse escopo, e a fim de apreender a posição entre o polo do poder e o polo cultural dos

---

<sup>95</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Op cit, p. 132

<sup>96</sup> Idem. Ibidem, p. 134.

<sup>97</sup> Idem. Ibidem, pp. 133-135.

professores do Mackenzie e da USP, as publicações feitas em periódicos de Direito foram avaliadas. Dessa forma, foi possível apreender o valor que os próprios professores atribuem à atividade de pesquisa por meio da análise da quantidade de suas publicações, disponível nos *lattes* dos docentes, e da qualidade dessas revistas de publicação, por meio da plataforma Sucupira da CAPES, que conta com oito categorias sendo “A1” a melhor e “C” a pior.

Ao total, até 28 de outubro de 2017, os professores da USP tiveram 5864 publicações, ao passo que no Mackenzie publicou-se menos que metade disso, 2886. Haja vista que são 161 e 160 professores de Direito na USP e no Mackenzie respectivamente, não cabe dizer que a menor publicação no Mackenzie é proporcional à quantidade de seus professores. Além disso, 34 professores mackenzistas – 21% deles –, não indicou qualquer publicação no *lattes*; na USP, em contrapartida, os professores que apresentam a mesma situação são apenas 4, isto é, menos de 2,5% de seu corpo docente. Esses dados quantitativos são indicadores da inclinação relativamente menos acadêmica e da menor profissionalização dos professores do Mackenzie, quando comparados aos da USP. Entretanto, não é possível fazer tais afirmações de maneira segura sem a análise qualitativa dos periódicos.

Tendo em vista o alto número de publicações dos professores – quase 8000 ao total – e o objetivo de se apreender suas propriedades e competências realmente distintivas, avaliamos apenas as publicações em periódicos “A1” e “A2”, que correspondem a apenas 3,8% das publicações do Mackenzie e 7% da USP. Apesar de relativamente poucas, a publicação em revistas de maior qualidade por parte dos docentes da USP é praticamente o dobro daquela feita pelos docentes do Mackenzie. Além disso, ao verificar o número de professores que publicaram nessas revistas encontramos 51 professores do Mackenzie e 95 da USP, isto é 32% e 60% do corpo docente de cada instituição, respectivamente. Ou seja, há duas vezes mais professores da USP ativos na produção acadêmica de alta qualidade do que no Mackenzie, o que aponta que essa atividade é mais difundida no corpo docente são franciscano do que no mackenzista. Dessa forma, o estudo sobre a qualidade dos periódicos e número de docentes envolvidos na produção acadêmica em nível de excelência parece indicar a maior aproximação do corpo docente da USP com o polo cultural.

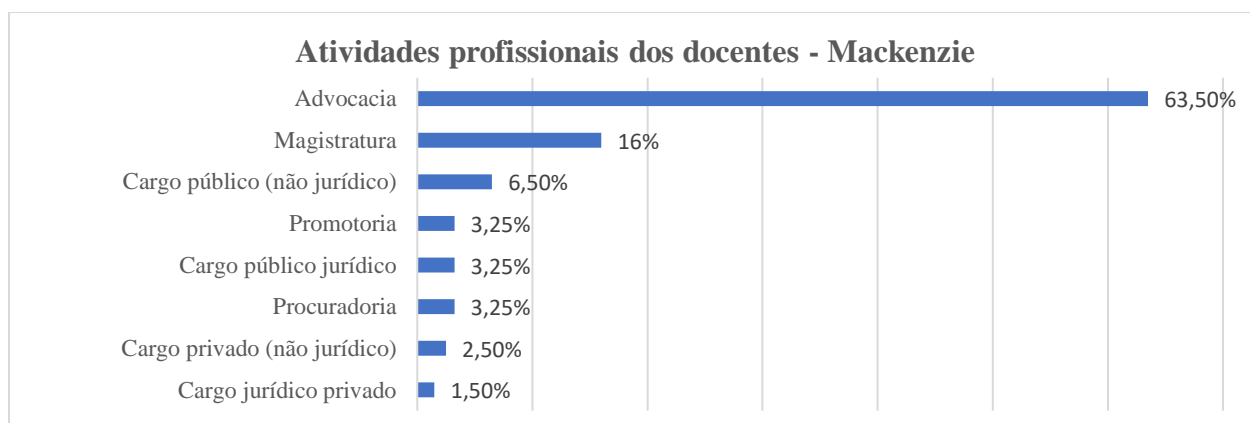
Ao analisar as publicações em relação ao gênero dos professores, nota-se que no Mackenzie, as professoras são responsáveis por 23% das publicações em periódicos de alta qualidade; na USP, elas são apenas 8,8%. No entanto, isso não quer dizer que as docentes da USP são menos comprometidas com a produção de conhecimento jurídico, na verdade, das 407 publicações da USP em revistas “A1” e “A2”, 36 foram feitas por professoras; no Mackenzie das 109 publicações nas mesmas categorias, 25 são feitas por professoras. Isso

quer dizer que, no Mackenzie, elas são mais comprometidas com a atividade acadêmica do que os seus colegas do sexo masculino; assim elas acumulam capital cultural, não só para elas, mas também para a instituição. Consequentemente, percebe-se que os homens mackenzistas não são tão comprometidos com essa área como são os homens da USP.

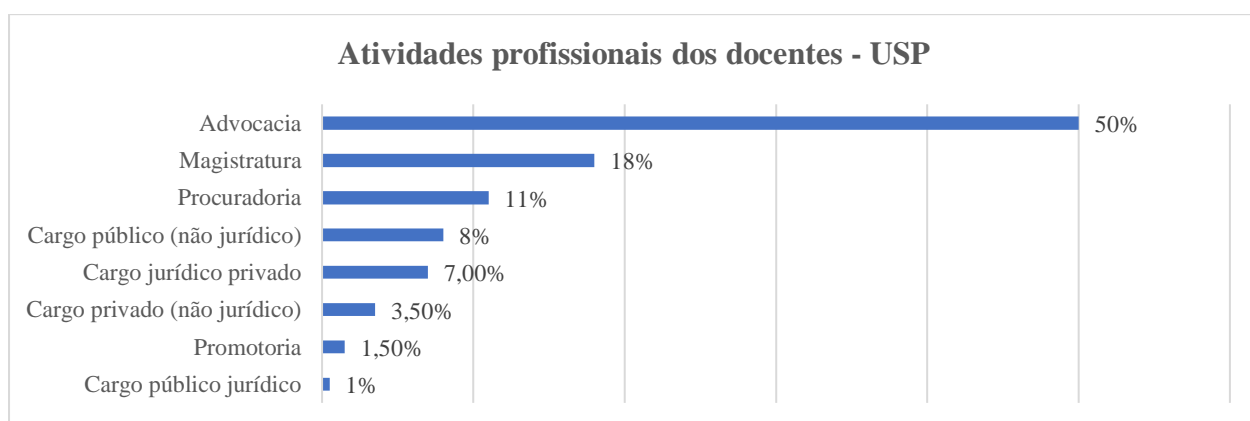
### 4.3 Funções e atividades profissionais cumulativas

A fim de investigar a tendência mais acadêmica ou mais prática dos professores do curso de Direito do Mackenzie e da USP, buscamos em seus currículos *lattes* dados que revelassem possíveis cargos cumulativos para além da docência<sup>98</sup>. Descobrimos que de todos os 315 professores, apenas 56 não declararam ter outra atividade profissional, sendo 17 do Mackenzie e 40 da USP. Em outras palavras, cerca de 89,5% professores do Mackenzie e 75% dos docentes da USP exercem alguma outra atividade profissional. Os gráficos a seguir se referem apenas aos docentes que possuem outras atividades cumulativas e apresentam quais são elas:

**Gráfico 13**



**Gráfico 14**



<sup>98</sup> Há docentes que possuem várias funções cumulativas, não sendo viável analisar todas, foram levantadas apenas três profissões para além da docência. Ademais, é importante dizer que 9% dos *lattes* foram atualizados pela última vez em 2015 e 11% em 2016, logo, há informações obtidas que estão desatualizadas.

Os gráficos 13 e 14 evidenciam principalmente o grande número de professores-advogados nas duas instituições. Eles são cerca de 31%, dos docentes do Mackenzie o que não é surpresa uma vez que o espírito dessa universidade revela um caráter mercadológico que incentiva as carreiras privadas. A novidade então é que praticamente 25% do corpo docente da USP também atua no mercado por meio do exercício da advocacia, o que não é tradicionalmente esperado dos membros dessa instituição. É importante destacar, porém, que as condições de atuação na Advocacia não são as mesmas entre os membros do Mackenzie e da USP. Entre os professores-advogados mackenzistas, um pouco menos da metade, cerca de 48,7%, são sócios de escritórios; na USP essa é a situação de 72,2% de seus professores-advogados. Isso sugere que, em primeiro lugar, os professores da USP podem usufruir de seu capital simbólico e prestígio social para fundar um escritório, reconvertendo seu capital simbólico em capital econômico, mesmo que quem execute as atividades da advocacia sejam advogados contratados e não o próprio sócio. Em segundo lugar, haja vista que os professores da USP realmente exerçam o ofício de advogado, essa alta porcentagem de professores-sócios de escritórios de advocacia implica a inexistência da figura do chefe, logo, é uma situação bem diferente dos 51,3% professores-advogados do Mackenzie que não são sócios-advogados.

Além da Advocacia, os gráficos mostram que a segunda carreira frequentemente cumulada com o exercício da docência nas duas faculdades é a Magistratura. Essa carreira é muito desejada pelos bacharéis de Direito, pois confere grande poder temporal e social ao depositar no juiz o poder de decisão. Verificou-se que dentre os magistrados de cada instituição, aproximadamente 50% são desembargadores, portanto, seu poder decisório é ainda maior, bem como seu poder temporal e prestígio social. Se há 8% e 9% de professores-magistrados no Mackenzie e na USP, pode-se dizer que o recrutamento dos corpos docentes dessas faculdades é altamente seletivo e conta com profissionais de competência jurídica reconhecida; prova disso é a presença de um professor-ministro do STF nos dois cursos e de uma ministra do STJ na USP. Sendo assim, é evidente que além de acumularem poder temporal e simbólico para si, esses docentes ampliam o volume de capital simbólico para as universidades, que têm sua legitimidade reconhecida e cada vez menos contestada.

As semelhanças entre as funções profissionais dos docentes da USP e do Mackenzie não vão além das carreiras de advocacia e de magistratura. Em geral, os docentes do Mackenzie se concentram nessas duas carreiras, sendo baixa a porcentagem distribuída nas outras profissões. Os docentes da USP, por sua vez, se lançam a outras profissões de maneira mais equilibrada, a Procuradoria, por exemplo, é desempenhada por 5% de seus professores;



ela também é uma carreira que confere poder temporal uma vez que seria, grosso modo, um advogado do Estado, além de ser a segunda instância das promotorias de justiça.

Um dado interessante que aparece no gráfico 14 é que 4% dos docentes da USP ocupam cargos jurídicos na esfera privada (sem contar a Advocacia que já é representada separadamente). Este dado chama a atenção, pois a representação social que se tem deste grupo basicamente se divide em duas: a imagem de bacharel integrante do corpo burocrático do Estado e a imagem romântica do bacharel em Direito que preza pela atividade intelectual. Não se esperava que este grupo atuasse nas carreiras privadas, no entanto, a profissão que preenche esta categoria é a Arbitragem, ou seja, eles exercem a mesma função de um juiz em uma espécie de Justiça Privada que por ser extremamente seletiva e onerosa conta com alto poder simbólico, mas também temporal<sup>99</sup>.

Por ora, pode-se dizer que a revelação do alto índice de atuação dos docentes da USP nas carreiras privadas da Advocacia e na Arbitragem parecem romper com o perfil que vinha sendo desenhado sobre este grupo. Considerando que eles possuem alta qualificação educacional e expressivo número de publicações acadêmicas, construímos uma imagem acadêmica e científica desse grupo que não condiz exatamente com a atuação em escritórios de Advocacia, por exemplo. Contudo, é importante ressaltar que se no Mackenzie só 7% dos professores não possui outra profissão para além da docência; na USP 17% dos professores se dedicam exclusivamente à docência. Isso pode significar que uma pequena parcela do corpo docente da USP seja responsável pela reprodução da imagem romântica do teórico do Direito.

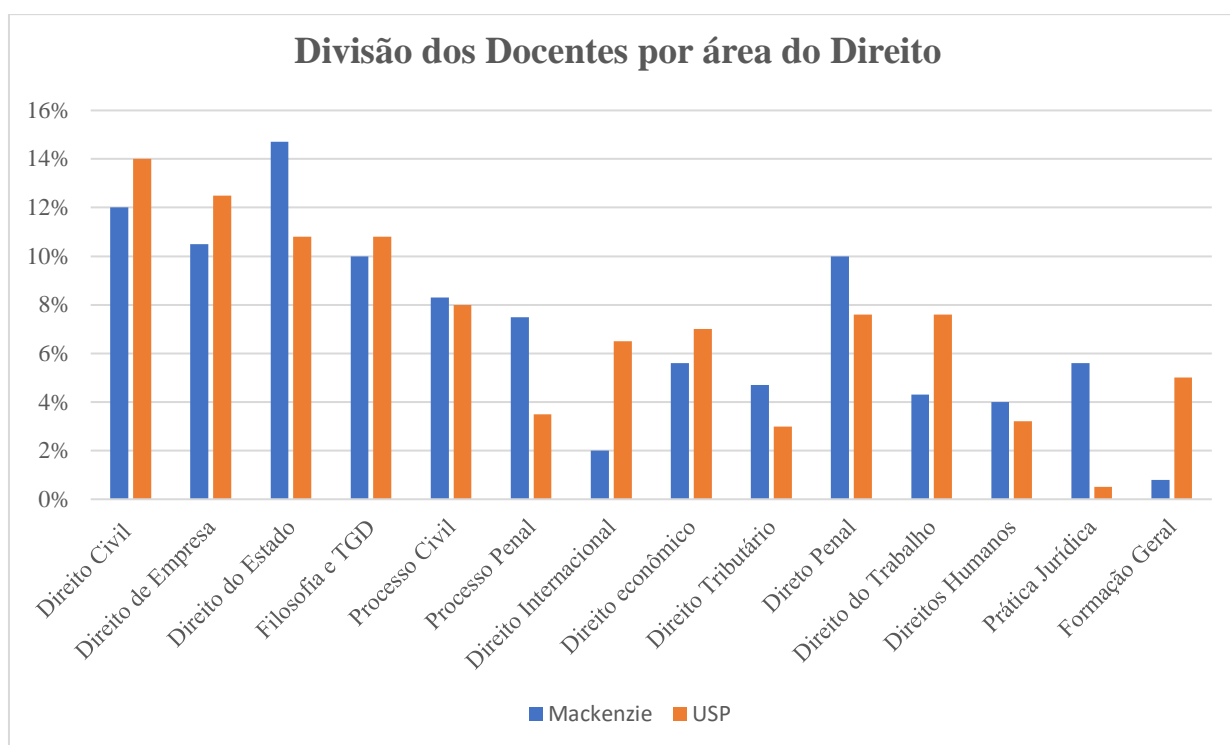
## **Distribuição dos docentes dentre as áreas do Direito**

Sem perder de vista à análise das definições de excelência jurídica, verificamos a distribuição dos professores da USP e do Mackenzie segundo as áreas do Direito para apreender quais delas contam com maior número de profissionais, como se percebe no gráfico 15. Vale ressaltar que um docente não necessariamente leciona apenas em uma área jurídica – principalmente no Mackenzie, onde os professores de Processo Civil e Processo penal também dão aulas de Direito Civil e de Direito Penal. Na USP isso é bem mais raro, o que já é um indício da maior especialização desses em relação aos docentes do Mackenzie.

---

<sup>99</sup> A decisão do árbitro sobre um litígio possui o mesmo valor que a decisão de um juiz, pois constitui um título executivo extrajudicial executado pelo Poder Judiciário quando acionado. Além disso, diferente da sentença ou acórdão, a decisão do árbitro é irrecorrível, uma vez proferida ela torna-se definitiva.

**Gráfico 15**



A distribuição do corpo docente dentre as áreas do Direito nos dois cursos corresponde, em parte, à distribuição de horas nos programas acadêmicos da USP e do Mackenzie, como se pode perceber pela quantidade de professores nos núcleos de do Direito do Estado e de Direito Civil. Como era de se esperar, também há conformidade entre as áreas menos valorizadas pelas grades horárias e as áreas com menor número de docentes, como ocorre com os Direitos Humanos, o Direito Tributário e Direito Internacional.

Como vimos anteriormente, os dois cursos de Direito consagram as áreas jurídicas que correspondem ao estilo de vida e às preocupações da classe dominante, encontrados prioritariamente nas disciplinas mais tradicionais como o Direito Civil e o Direito de Estado. Sendo assim, vemos que há todo um aparato institucional que fornece as bases para que a inculcação desses valores seja bem sucedida. O investimento na contratação de docentes dessas áreas e o desinvestimento em professores de áreas que tentam romper com a lógica da ordem social é uma forma de manter a reprodução da ordem jurídica.

Além da análise da divisão geral do corpo docente dos dois cursos pelas áreas do Direito, também avaliamos como se deu a divisão sexual em relação a essas áreas, como demonstra a Tabela 13<sup>100</sup> a seguir:

<sup>100</sup> Os valores de cada coluna referem-se ao total de docentes de cada gênero, pois se expuséssemos os dados em relação à totalidade de professores seria mais evidenciada a diferença quantitativa entre os sexos do que a divisão por área do Direito, que é o que se busca apreender neste momento.

**Tabela 13**

<b>Área do Direito</b>	<b>Homens (USP e Mack)</b>	<b>Mulheres (USP e Mack)</b>
Direito Civil	<b>13%</b>	<b>14%</b>
Direito de Empresa	<b>11%</b>	<b>13%</b>
Direito do Estado	13%	11,8%
Filosofia e TGD	<b>9,5%</b>	<b>13%</b>
Processo Civil	9%	6,5%
Processo Penal	5,5%	6,5%
Direito Penal	8,5%	10,8%
Direito Econômico	<b>7,6%</b>	<b>1%</b>
Direito do Trabalho	6,3%	3,2%
Direito Internacional	3,8%	4,3%
Direito Tributário	4%	3,2%
Direitos Humanos	<b>2,5%</b>	<b>7,5%</b>
Prática Jurídica	3,5%	3,2%
Formação Geral	2,8%	2%

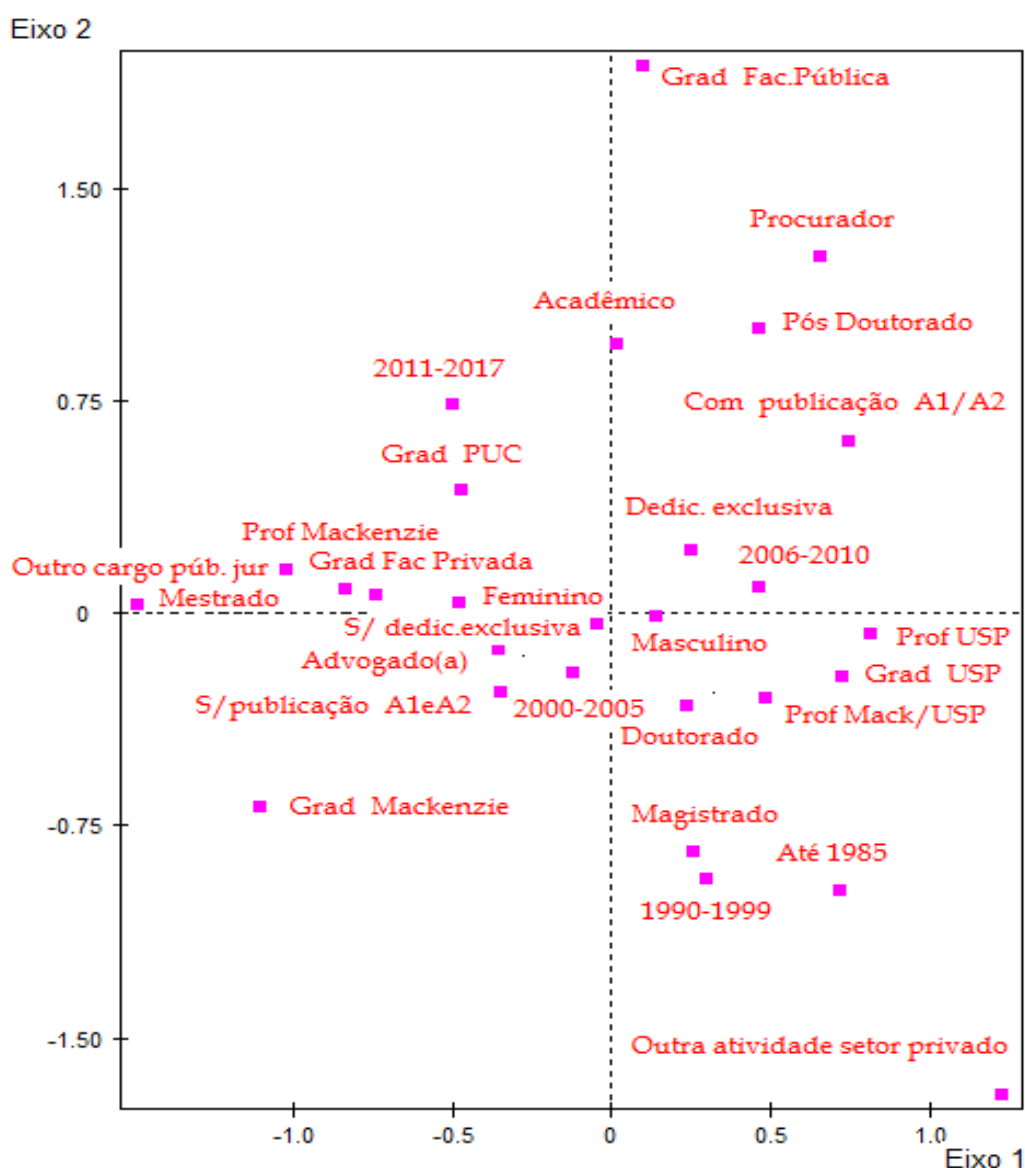
Observa-se que as principais diferenças entre homens e mulheres residem nas áreas de Direito Econômico (diferença de 6,6%) e de Direitos Humanos (diferença de 5% ), áreas tradicionalmente representativas do sexo masculino e feminino, respectivamente. Na verdade, há apenas uma mulher que leciona na área de Direito Econômico. No caso dos Direitos Humanos, por sua vez, a porcentagem de docentes mulheres é três vezes maior que a de homens, em conformidade com a divisão sexual encontrada na análise dos TCCs. Por outro lado, nota-se que a proporção de professoras nas áreas mais consagradas das duas instituições é maior que a dos homens; isso vale para o Direito Civil, Direito de Empresa e Filosofia e Teoria Geral dos Direito, com exceção do Direito do Estado, que ainda assim possui proporções bem próximas em relação aos dois gêneros.

Diante desse cenário, nota-se que a distribuição das professoras mulheres segundo as áreas do Direito revela que, se por um lado elas conseguem ultrapassar algumas barreiras simbólicas que restringem as áreas jurídicas hierarquicamente superiores aos homens, por outro lado, ainda são elas as principais integrantes e atuantes das áreas menos legitimadas juridicamente e socialmente. Em outras palavras, elas podem estar vinculadas à área de Direito Empresarial – que seria considerado tipicamente masculina por estar mais próxima do poder temporal –, desde que haja mulheres atuando no Direito de Família e nos Direitos Humanos – áreas consideradas femininas e, portanto, dominadas no polo temporal.

#### 4.4 A posição dos docentes no espaço estudado

A partir das informações coletadas nos currículos *lattes* dos docentes da USP e do Mackenzie e após as análises sobre as propriedades acadêmicas desses professores, selecionamos os dados sociologicamente mais revelantes para elaborar uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM), que visa distribuir os agentes no espaço social trabalhado. As variáveis ativas da ACM a seguir foram: instituição de ensino a que se pertence, gênero, grau de instrução, regime de dedicação de trabalho, início do vínculo na universidade, natureza da instituição da graduação, outras funções profissionais e publicações em periódicos classificados como A1 e A2.

**Gráfico 16**<sup>101</sup>



<sup>101</sup> O Gráfico 16 e a Tabela 14 foram gerados no programa de análise quantitativa denominado *Spad*.

**Tabela 14**

<b>Contribuição de modalidades ativas</b>	<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>
<b>Instituição de ensino</b>		
Mackenzie	14,98	0,24
USP	14,22	0,18
TOTAL	29,20	0,42
<b>Gênero</b>		
Feminino	2,25	0,02
Masculino	0,66	0,01
TOTAL	2,91	0,02
<b>Grau de instrução</b>		
Doutorado	1,59	4,60
Mestrado	16,05	0,01
Pós Doutorado	1,93	13,73
TOTAL	19,56	18,34
<b>Regime de dedicação</b>		
Dedic. Exclusiva	0,41	0,48
S/ dedic.exclusiva	0,07	0,08
TOTAL	0,49	0,57
<b>Início do Vínculo</b>		
Início Vínculo 2000-2005	0,12	0,58
Início Vínculo 2006-2010	2,26	0,14
Início Vínculo 2011-2017	3,05	10,13
Início Vínculo até 1989	1,56	4,48
Início Vínculo 1990-1999	0,42	6,38
TOTAL	7,42	21,71
<b>Modalidade graduação</b>		
Grad Fac.Privada	3,35	0,04
Grad Fac.Pública	0,03	14,94
Grad Mackenzie	7,11	4,19
Grad PUC	1,40	1,78
Grad_USP	10,61	1,57
TOTAL	22,50	22,52
<b>Outra função profissional</b>		
Advogado(a)	2,20	0,44
Cargo público	0,17	0,20
Docente acadêmico	0,00	9,36
Magistratura	0,36	5,74
Outra função privada	1,47	4,32
Outro cargo púb. Jur	1,59	0,05
Procuradoria	0,91	5,03
TOTAL	6,69	25,14
<b>Artigos Publicados em periódicos A1/A2</b>		
Com publicação A1/A2	7,67	7,70
S/publicação A1eA2	3,57	3,58
TOTAL	11,23	11,28

A tabela acima traz o grau de relevância das variáveis e das categorias para a construção da ACM. O cálculo feito pelo programa *Spad* indicou que os valores acima de 2,5 contribuíram

para determinar as posições das variáveis, para melhor visualisarmos, aquelas em vermelho são relativas aos docentes do Mackenzie e aquelas em azul tratam docentes da USP.

Ao observar a ACM, percebe-se que o eixo horizontal trata do capital cultural institucional dos docentes e o eixo vertical trata das gerações de professores e da antiguidade na instituição. Nos quadrantes da direita estão os docentes com propriedades culturalmente dominantes e nos quadrantes da esquerda as propriedades culturalmente dominadas, como veremos a seguir. Quanto mais longe do ponto central, nos dois quadrantes inferiores estão os professores mais antigos da USP e do Mackenzie e nos dois quadrantes superiores encontramos os professores contratados recentemente, desde 2006 até 2017.

Se lançarmos luz sobre cada quadrante da ACM, percebe-se que o quadrante superior esquerdo agrupa os professores contratados recentemente, que possuem um perfil mais acadêmico e que estão no início de sua trajetória acadêmica, pois ainda não possuem um grau de instrução tão elevado. Eles estão mais próximos do Mestrado e, conseqüentemente, só podem dar aula no Mackenzie. Nesse quadrante estão as mulheres, como vimos, a abertura dos quadros docentes para as mulheres ainda é um processo recente, sendo assim, e tendo em vista que o recrutamento do Mackenzie é um pouco mais diversificado que o da USP, elas estão mais próximas dessa universidade privada.

O quadrante superior direito conta com os acadêmicos e procuradores. Esses docentes parecem ser altamente qualificados academicamente: eles possuem o grau de instrução mais alto (pós-doutorado) e investem bastante em publicações nas revistas Qualis A1 e A2; além disso, alguns deles possuem dedicação exclusiva. A contratação desses docentes também é recente, desde a segunda metade da década de 2000, o que indica que eles estão mais estabelecidos na carreira do que os professores do primeiro quadrante, mas também são parte de uma nova geração.

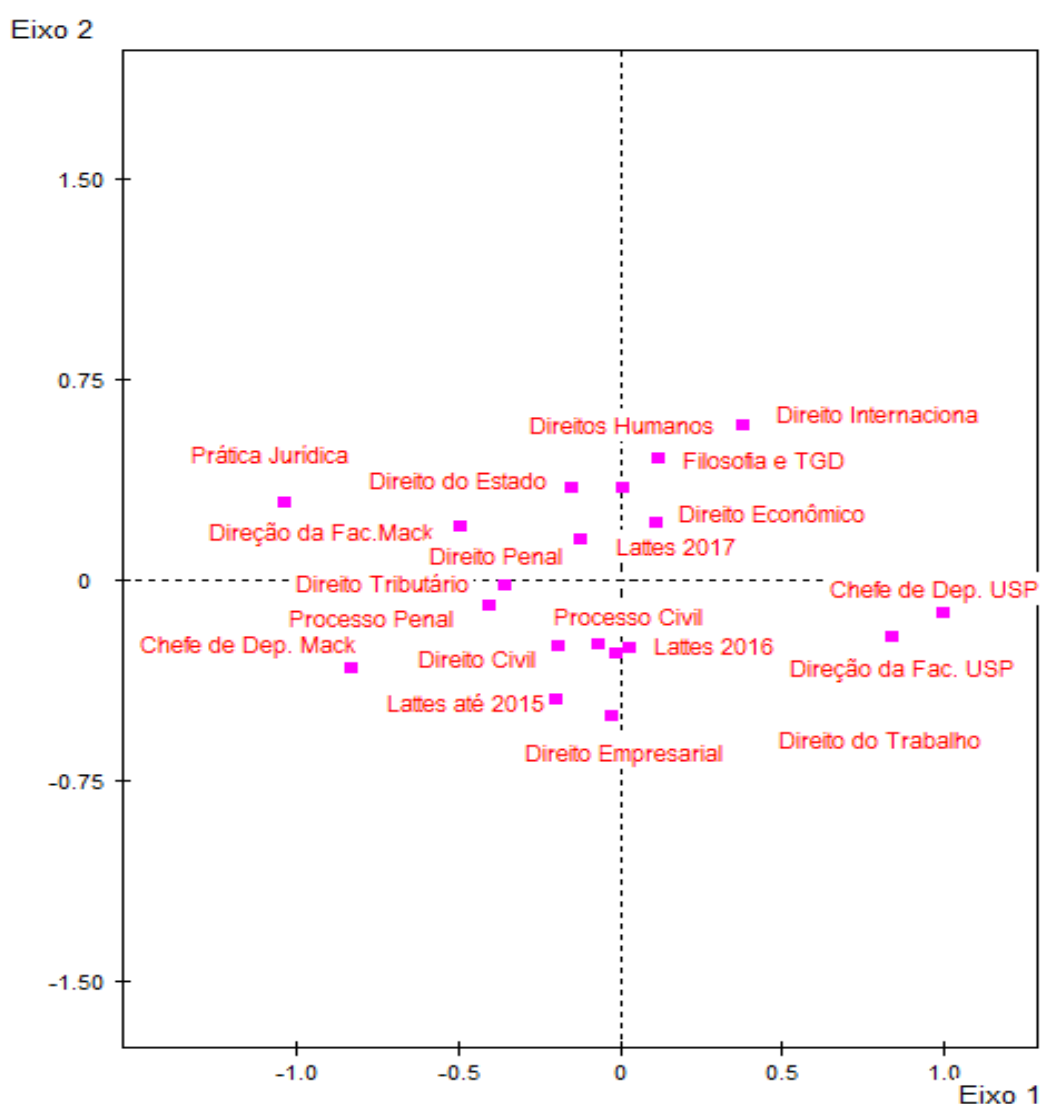
No quadrante inferior esquerdo observa-se uma geração próxima aos que acabam de serem descritos, pois foram contratados na primeira metade dos anos 2000. Contudo, aqui estão os professores que não investem tanto na carreira acadêmica; eles possuem outra profissão e estão mais próximos da Advocacia, logo eles não têm o regime de trabalho da dedicação exclusiva. Além disso, nota-se que eles, provavelmente, cursaram a graduação no Mackenzie ou em outra faculdade privada, seus títulos acadêmicos estão entre o mestrado e o doutorado e eles não possuem publicações em revistas Qualis A1 e A2.

Por fim, o quadrante inferior à direita conta com os docentes graduados na USP e que são professores da USP. Eles possuem o doutorado, como era de se esperar, mas diferentemente dos outros três quadrantes, aqui estão as gerações mais antigas: há professores

contratados antes de 1985; além disso, há muitos magistrados neste espaço, carreira pública muito prestigiada<sup>102</sup>. Supomos que esse último quadrante seja composto de professores classificados como os mais tradicionais <sup>103</sup>, pois são de uma geração em que os capitais herdados valiam mais do que os capitais escolares.

A fim de complementar as informações fornecidas pela ACM anterior, foi elaborada também uma ACM com variáveis ilustrativas (Gráfico 17), quais sejam, as áreas do Direito, o ano de atualização do currículo *lattes* e os cargos do corpo administrativo das faculdades de Direito da USP e do Mackenzie.

**Gráfico 17**



<sup>102</sup> BONELLI, Maria da Gloria e outros. *Profissões jurídicas, identidades e imagem pública*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006

<sup>103</sup> ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico*. Op cit pp. 27-32

Seguindo a lógica de divisão estrutural da ACM com as variáveis ativas, o quadrante superior direito é o que reúne docentes que mais possuem capital cultural e os que mais investem em produção acadêmica, eles têm maior preocupação com a atualização do *lattes* e, em geral, não possuem outras atividades profissionais. Sendo assim, nele estão os dominantes do ponto de vista intelectual, porém dominados no campo universitário, uma vez que historicamente a Faculdade de Direito tem sua autonomia limitada por seguir a ordem do campo social; desse modo, no ensino jurídico o capital científico é dominado quando comparado ao poder temporal. Portanto, sendo esse quadrante dominado na hierarquia jurídica, não é surpresa que os docentes nele posicionados se aproximem de áreas do Direito dominadas temporalmente, tais como o Direito Internacional, Direitos Humanos e Filosofia e Teoria Geral do Direito, embora também haja docentes deste grupo em outras áreas.

É interessante observar que os Chefes de Departamento e os professores que atuam na Direção da Faculdade de Direito da USP estão reunidos no quadrante inferior direito, o que significa que seu corpo administrativo conta com professores graduados na USP e que são principalmente de uma geração mais antiga. Eles estão em torno de disciplinas dominadas e dominantes; nesse sentido parece haver um equilíbrio, pois o Direito do Trabalho está tão próximo quanto o Direito Econômico. Ao analisarmos o corpo administrativo do Mackenzie, por sua vez, verificamos que a Direção e os Departamentos da Faculdade de Direito estão nos dois quadrantes da esquerda, onde encontramos as gerações mais novas e uma proximidade maior com as áreas dominantes na hierarquia jurídica, tais como o Direito do Estado, o Direito Penal, o Direito Tributário. Dessa forma, a preservação da tradição do ensino jurídico no Mackenzie parece ser assegurada pela atuação dos docentes nessas áreas dominantes — que tradicionalmente não propõem uma transformação da ordem jurídica e social vigente<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> Seria necessário fazer um estudo histórico e um acompanhamento presente dos corpos administrativos para verificar se esse cenário é constante ou se a situação encontrada em outubro de 2017 é uma exceção.



## Capítulo 5 – Representações sociais e intelectuais dos professores

### 5.1 Contexto geral das entrevistas

Feitas as análises gerais sobre os currículos *lattes*, a partir de agora analisaremos as entrevistas realizadas com alguns professores e professoras dos cursos de Direito da USP e do Mackenzie. Como veremos a seguir, os entrevistados pertencem principalmente ao quadrante superior direito e inferior esquerdo das ACMs, ou seja, há entre eles os mais qualificados academicamente e pertencentes às novas gerações, de um lado, e os que mais atuam na Advocacia e são de geração antigas de professores, de outro.

Foram realizadas 21 entrevistas entre 20 de fevereiro de 2018 e 26 de abril de 2018 com docentes das duas instituições: dez entrevistas com docentes do Mackenzie, sendo sete professores e três professoras; outras nove entrevistas foram feitas com docentes da USP, sete homens e duas mulheres e outras duas entrevistas foram realizadas com um professor e uma professora que integram o corpo docente das duas universidades. O contato com os docentes do Mackenzie foi feito pessoalmente na própria Faculdade de Direito, já na USP um primeiro contato foi mediado por uma professora de Ciências Sociais da UNIFESP e por uma professora de Direito do Trabalho do Mackenzie<sup>105</sup>. O restante respondeu positivamente ao e-mail enviado ou foi indicado por meio da amostragem em bola de neve. De modo geral, os professores demonstraram boa vontade em relação à entrevista, embora no Mackenzie três deles tenham ficado apreensivos quanto ao que seria questionado ou ao que seria publicado.

Boa parte das entrevistas aconteceu nas próprias faculdades de Direito, mas notamos que os docentes da USP tiveram uma preocupação maior com a formalidade do encontro: em geral, eles prepararam salas de reuniões ou salas de trabalho e evitaram a presença de outras pessoas; além disso, eles desenvolveram suas respostas, o que ficou constatado com o maior tempo de duração das entrevistas. No Mackenzie, as entrevistas parecem não ter sido levadas tão à sério: além de serem mais curtas, quase todas foram realizadas em lugares públicos – embora não haja salas de trabalho –, e na presença de outras pessoas, como na sala dos professores, na sala de aula com alunos presentes ou na praça de alimentação (lotada), de modo

---

<sup>105</sup> A docente da UNIFESP nos colocou em contato com três docentes com contrato de dedicação exclusiva na USP, o que é excepcional uma vez que 83,3% de seus professores não possuem esse regime de trabalho. Já a professora de Direito do Trabalho do Mackenzie, que se dedica apenas à vida acadêmica, colocou-nos em contato com dois docentes trabalhistas da USP que exercem outra função profissional (um juiz e um advogado). Nesse sentido, a vantagem de entrevistar professores por indicação é perceber quais são as redes de relações estabelecidas entre os sujeitos do campo universitário: mesmo sendo pesquisadora em tempo integral, a docente do Mackenzie não é tão próxima dos pesquisadores de dedicação exclusiva da USP.

que houve muitas interrupções por conversas paralelas ou porque o docente mexia no celular. A falta de seriedade desses docentes já indica frágil compromisso com os estudos acadêmicos.

Feitas essas considerações, é importante dizer que buscou-se contatar docentes de diversas áreas do Direito, gerações e atividades profissionais para não comprometer a diversidade do quadro de professores. A despeito disso, devido ao método da amostragem em bola de neve na USP, seus entrevistados pertencem em geral a um grupo: o polo mais crítico e intelectualizado, como será demonstrado mais adiante. Teria sido interessante entrevistar figuras de elite prestigiadas no campo jurídico e social, contudo suas propriedades sociais já estão divulgadas e são conhecidas publicamente; nesse sentido, a vantagem de trabalhar com professores menos prestigiados ou cuja origem social é desconhecida é apresentar a diversidade interna deste corpo docente.

Existem inúmeros trabalhos – inclusive este – que demonstram que a Faculdade de Direito do Largo São Francisco ainda é um reduto das elites, contudo, é importante que se perceba as clivagens existentes dentro desse grupo. Há, atualmente, professores da USP que ascenderam socialmente – e que, portanto, não possuem uma origem social elevada –, embora muitas vezes se veja generalizar esse corpo docente como um grupo coeso de elite. Com isso, perdem-se justamente as lutas e as contradições internas; também é sociologicamente relevante lançar luz sobre essa parcela de professores – que muitas vezes é ignorada nas pesquisas sobre a Faculdade de Direito da USP – para que essa faculdade seja compreendida em toda a sua complexidade.

A título de contextualização das oposições no Direito, deve-se lembrar que há um polo tradicional de juristas com grande volume de capital social, reconvertido em prestígio profissional, defensores da conservação da ordem social; de outro lado, há juristas com origem social diversificada, que lutam contra a tradição jurídica e valorizam o ensino universitário, pelo qual ascenderam socialmente<sup>106</sup>. O primeiro polo é composto pelos herdeiros do “bacharelismo imperial”<sup>107</sup> que estão próximos das disciplinas jurídicas dominantes, das empresas e do Estado; o segundo polo é composto pelos que querem profissionalizar a docência jurídica por meio da redefinição dos usos e definições do Direito e do ensino jurídico e estão tão mais próximos das áreas dominadas quanto mais diversificada é sua origem<sup>108</sup>.

Segundo a obra de Engelmann, até 2006 não havia no Brasil disputas nesses termos entre um polo “prático” e um polo “acadêmico” pelo monopólio de dizer o Direito, pois as

---

<sup>106</sup> ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico*. Op cit pp. 11-12

<sup>107</sup> Idem. Ibidem, p. 32

<sup>108</sup> Idem. Ibidem, pp. 13-15

disputas em torno de sua definição legítima se davam no mundo profissional, nas próprias carreiras jurídicas<sup>109</sup>. Atualmente, como foi visto na apresentação e análise dos currículos *lattes* dos professores, e como ainda será apresentado a seguir, há o surgimento de um polo acadêmico no ensino jurídico composto de professores exclusivamente acadêmicos que reivindicam a definição legítima de Direito. Muito embora não tenhamos trabalhado com os juristas tradicionais do Direito descrito por Engelmann, percebe-se que há uma oposição entre os docentes do segundo polo fundada na maior valorização da produção acadêmica de um lado, e da valorização da prática e da aplicação do Direito de outro lado.

## 5.2 Origem social e capitais herdados

Com o escopo de dar luz ao perfil sociocultural dos entrevistados, devemos apresentar algumas de suas propriedades sociais: 16 deles são casados (de fato ou formalmente), três são divorciados e dois são solteiros. Eles possuem entre 32 e 70 anos e a média de idade é de 44 anos; com exceção de uma mulher todos os entrevistados são brancos; além disso, 15 deles, todas as mulheres e nove homens, possuem filhos. A tabela a seguir apresenta uma visão geral da origem social dos docentes entrevistados a partir da profissão de seus pais e avós.

**Tabela 15**

<b>Docente</b>	<b>Gênero</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>Avô paterno</b>	<b>Avó paterna</b>	<b>Avô materno</b>	<b>Avó materna</b>
E1	Masculino	Médico	Médica	Ourives (imigrante europeu)	Dona de casa (imigrante europeia)	Dono de padaria e mercearia (imigrante europeu)	Trabalhava na Mercearia
E2	Masculino	Sitiente, pequeno agricultor	Dona de casa	Sitiente, pequeno agricultor	Dona de casa	Cargo administrativo em Empresa Pública	Dona de casa
E3	Masculino	Professor	Professora de ensino infantil	Comerciante	Dona de casa	Superintendente de hospital	Dona de casa
E4	Masculino	Funcionário público	Dentista	Não conheceu	Não conheceu	Bancário	Professora
E5	Masculino	Professor	Professora	Comerciante	Professora de confeitaria	Comerciante	Funcionária pública
E6	Feminino	Farmacêutico	Farmacêutica	Funcionário Público	Dona de casa	Dentista	Contadora, guarda livros
E7	Masculino	Empresário e administrador	Dona de casa	Empresário	Dona de casa	Analista da receita estadual	Dona de casa

<sup>109</sup> Idem. Ibidem, p. 27

E8	Feminino	Marceneiro, até 4º ano de colégio	Dona de casa, ensino fundamental completo	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
E9	Masculino	Dentista	Dona de casa, formada em Direito	Motorista	Caixa de padaria	Dentista	Dona de casa
E10	Feminino	Advogado	Não informou	Metalúrgico	Não trabalhava	Comerciante	Comerciante
E11	Masculino	Médico	Terapeuta ocupacional	Comerciante	Costureira	Representante comercial	E. Superior completo, trabalhava no IPESP
E12	Feminino	Médico	Médica	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
E13	Feminino	Médico	Empresária	Não sabe	Faxineira	Dono de um curtume, imigrante europeu	Dona de casa imigrante europeu
E14	Masculino	Engenheiro	Professora da rede pública	Empresário	Dona de casa	Executivo em empresa de seguro	Dona de casa
E15	Masculino	Contador	Professora de ensino médio e fundamental	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
E16	Masculino	Escrivão de polícia	Professora da rede pública	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
E17	Masculino	Engenheiro	Ensino superior completo, mas nunca exerceu	Funcionário público	Dona de casa	Fez Direito na São Francisco, mas era fazendeiro	Dona de casa
E18	Masculino	Ensino superior completo, era comerciante	Musicista formada, mas era comerciante	Corretor de seguros e dentista sem formação	Professora do primário	Formado em Economia e foi gerente do Banco do Brasil	Técnico em contabilidade, mas parou de trabalhar
E19	Masculino	Professor do primário e secundário	Professora do primário e secundário	Pequeno comerciante	Dona de casa, primário ou secundário completo	Pequeno comerciante	Dona de casa, primário ou secundário completo
E20	Feminino	Não informou	Psicóloga e professora universitária	Maquinista de trem	Dona de casa	Médico	Começou a faculdade, largou, casou e virou dona de casa
E21	Masculino	Pequeno comerciante	Professora de ensino fundamental	Camponês (na Itália)	Camponesa (na Itália), analfabeta	Funcionário na estação de trem	Professora de ensino fundamental

A partir da observação da tabela acima, verifica-se que os entrevistados, em geral, não são oriundos de famílias abastadas, ou das elites jurídicas. Tanto no Mackenzie quanto na USP, eles são a fração dominada que se situa no topo da hierarquia do universo jurídico: se

eles são dominantes na medida em que fazem parte do corpo docente de duas instituições prestigiadas no que concerne ao ensino jurídico de São Paulo e por serem membros de carreiras jurídicas prestigiadas; por outro lado eles não tem antiguidade nas camadas sociais superiores, eles estão numa trajetória de ascensão social. Poder-se-ia dizer que os filhos de médicos e de outros profissionais liberais são membros da elite, porém, seus avôs e avós eram pequenos comerciantes e donos de algum negócio local; logo, houve uma ascensão social da geração dos avós aos pais. Nota-se também que, se muitas avós eram donas de casa, as mães já atuam no mercado de trabalho – embora a maioria esteja no magistério, campo historicamente tido como feminino<sup>110</sup>.

Durante as entrevistas nenhum deles relatou qualquer dificuldade financeira da família, o que demonstra novamente que eles não são oriundos das classes dominadas. Sendo assim, uma leitura possível é que os entrevistados são oriundos de uma fração alta da classe média e de uma fração baixa da classe alta, com algumas exceções:

*Foi uma infância muito acolhedora, tive pais que sempre me trouxeram muito apoio, tive uma infância privilegiada, não tenho o que reclamar. Sei que eu sou, né, um favorecido, estudei em escola particular, tinha casa de praia, tinha férias, tinha uma mãe sempre presente que me incentivou que eu fizesse inglês, um pai que sempre foi carinhoso, que nunca teve dificuldade em me propiciar as melhores alternativas que eu solicitasse (E7, Mackenzie, 36 anos).*

*Sempre tive meus pais por perto, mas eram pai e mãe sempre trabalharam muito, mas eu morava numa casa confortável, não era..., estudava numa escola de elite onde não era... eu não me enxergava como alguém que estava entre os mais ricos, era uma classe média, se esforçava para estar nesses espaços, mas por isso mesmo foi uma infância e adolescência privilegiada que eu tive, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista afetivo, emocional, total, total conforto e apoio, nunca tive problema nesse sentido então certamente uma, uma... uma origem e uma trajetória privilegiada nesse sentido (E14, USP, 41 anos).*

*Meu pai trabalhava o dia inteiro, saía de manhã e voltava à noite, minha mãe era, é dona de casa [...] os dois não têm instrução, meu pai é marceneiro, né, [...] tem praticamente até o quarto ano de colégio de fazenda, minha mãe fez até o ginásio (E8, Mackenzie, 44 anos).*

Os relatos acima demonstram as melhores e as piores condições sociais de criação trazidas nas falas dos docentes. O último trecho, em especial, é o mais desviante por indicar uma origem social mais baixa; a despeito dela, essa breve observação do quadro e das descrições sobre a infância dos entrevistados parecem indicar que os professores das duas universidades são oriundos de uma mesma classe social: a classe média.

Antes de prosseguirmos na justificativa do enquadramento dos docentes na categoria de “classe média”, é imprescindível dizer o que se entende por classe social. Segundo Bourdieu, classe é um conceito construído de maneira objetiva que corresponde ao conjunto de agentes que possuem “condições homogêneas de existência” e que a partir delas produzem “sistemas

---

<sup>110</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 443-481

de disposições homogêneas”, resultando em práticas semelhantes, além disso os indivíduos de uma mesma classe possuem uma gama de propriedades comuns que podem ser objetivadas ou incorporadas, como é o caso do *habitus* de classe e os “sistemas de esquemas classificatórios”<sup>111</sup>. A classe não pode ser reduzida à posição nas relações de produção, profissão, renda, nível de instrução, entre outros; ela também não é a soma de todas essas variáveis, pois é definida pela estrutura das relações entre todas as propriedades e seus efeitos que orientam as práticas dos agentes. Sendo assim, além das propriedades sociais, ela envolve também a “causalidade estrutural de uma rede de fatores [...] de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas à *sobredeterminação* [...] das determinações biológicas ou psicológicas com as determinações sociais”<sup>112</sup>.

Feito esse parêntese sobre o conceito de classe adotado na presente pesquisa, acredita-se que o perfil socioeconômico desses docentes corresponde a variações de frações mais altas e mais baixas de classe média. De modo geral, eles tinham condições objetivas para estudar e grande incentivo de suas famílias que fizeram investimentos escolares, o que também sinaliza a trajetória ascendente desses professores. Quando questionados sobre a infância, muitos trouxeram a exigência de ser um bom aluno, como relatam três docentes do Mackenzie:

*Meu pai era um entusiasta de eu ser bom aluno, eu era um bom jogador de futebol, mas meu pai queria que eu fosse bom aluno e aí... eu a vida toda fui bom aluno, eu nunca dei trabalho pra minha mãe, pelo contrário ela tinha muito orgulho quando ela ia nas reuniões e recebia meu boletim e tal, eu era sempre bem elogiada e premiada né, eu recebia as minhas medalhazinhas né, e... eu nunca, nunca dei trabalho pra ela, nesse sentido (E2, Mackenzie, 49 anos).*

*Minha infância foi muito rígida, é... a gente pisava no chão descalço, a gente empinava pipa, mas a gente tinha que ser excelente aluno, tinha que ser educado [...] criança não falava, não interrompia adulto (E6, Mackenzie, 51 anos).*

*É interessante assim que os dois não têm instrução [...] e aí sempre valorizaram o estudo [...] sou eu, o meu irmão, meu irmão também é advogado, gerente jurídico de uma empresa, e aí eles sempre quiseram que a gente estudasse, que a gente fizesse curso, então eu acho que muito dessa vontade de estudar, de estudar línguas, de fazer acho que vem muito da, da criação, de eles não terem e quererem né, e proporcionarem condições para que a gente fizesse essas coisas (E8, Mackenzie, 44 anos).*

A estratégia de ascensão das classes médias é justamente por meio do investimento sistematizado na escolarização dos filhos. Tendo em vista que eles não possuem um volume tão grande de capital econômico e de capital social, são mobilizados os capitais mínimos que possuem – principalmente o econômico –, e os reconvertem em capital cultural, pagando escolas particulares e cursos de línguas, por exemplo. Dessa forma aumenta-se as chances objetivas de sucesso escolar e da consequente manutenção de sua posição social ou da ascensão social da família. Tal investimento exige de saída um esforço caracterizado pelo

---

<sup>111</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015, p. 97

<sup>112</sup> Idem. *Ibidem*, p. 101.

ascetismo, uma vez que é necessário que se renuncie alguns prazeres imediatos em função de uma perspectiva melhor para o futuro. No caso das frações médias com mais capital econômico, o ascetismo se caracteriza pela poupança e diminuição de gastos, nos casos das frações médias com mais capital cultural, as disposições ascéticas se traduzem na boa vontade cultural – isto é, o reconhecimento da cultura legítima e o esforço sistemático para adquiri-la – e investimento econômico nos estudos, pois é isso o que vai fazê-las ascender socialmente. No caso dos entrevistados, podemos identificar que havia algum acúmulo de capital cultural na família uma vez que dos 21 entrevistados 15 possuem pais ou avós com diploma de ensino superior e 10 possuem pais ou avós professores. As falas dos professores a seguir demonstram justamente a boa vontade cultural dessa fração média com mais capital cultural:

*Eu sou do interior de São Paulo, meus pais eram professores do primário e secundário e... então eu tive uma casa, eu tive muito incentivo pra estudar né, então fui estudar línguas, fui estudar música, eu sempre gostei muito de estudar, então desde moleque estudava muito, e... o que eu destaco da minha infância é isso, é uma casa que tinha biblioteca bacana assim, eu lembro que eu gostava de arrumar aqueles livros, sabe? Então... eu sabia títulos e autores, nunca tinha lido, não tinha idade pra ler os livros, mas eu sabia, então era isso, era uma casa que tinha muito incentivo pro estudo né [...] O irônico é isso, eu entrei na faculdade de direito pra ter uma profissão, e eu acabei tendo uma profissão, mas uma profissão de professor, ou seja, eu poderia ter escolhido outra coisa também [...] Eu tive um pouco de sorte né, eu tive incentivo nas escolas que eu estudei, tive bons professores desde muito cedo (E19, USP, 43 anos).*

*Chegava em casa, aí tinha uma regra muito interessante: primeiro a obrigação depois a diversão. Então eu chegava em casa comia, tirava a roupa da escola, colocava a roupa de ficar em casa e aí fazia a lição, toda a lição antes. Às vezes, sei lá, a lição era pra daqui a três dias, era pra fazer no dia [...] depois estudava toda a matéria do dia[...]. Minha mãe fazia chamada oral todo dia em casa [...] Às vezes a gente ia pro consultório da minha mãe [...] e aí a gente ficava no quartinho dos fundos dormindo e estudando e fazendo lição e aí era muito louco porque qual era a minha diversão durante o dia? Estudar, ler, fazer lição, ler os livros que estavam lá, então tinham vários livros lá [...] O meu tempo livre era estudo, acho que por isso meu tempo livre é estudo [...] eu meio que segui essa rotina meio que até hoje (E1, Mackenzie, 32 anos).*

*Eu era um bom aluno, aquele aluno o primeiro da classe, então talvez houvesse aí uma cobrança também, minha mãe sempre foi um pouco assim, ela estimulava isso muito em mim, essa cobrança [...] eu sempre tive uma cobrança permanente pra ser o melhor da classe, estudar [...] Eu vou dizer, tem uma coisa ruim de ser professor, de ser pesquisador, pelo menos no meu caso que é a angústia permanente, você sempre acha que um sábado de ócio, que é necessário, você deixou de começar um artigo, de terminar um artigo (E21, USP, 59 anos).*

Grande parte dos trechos trazidos até o momento abordam o investimento escolar dos pais com vistas a poder realizar “por procuração” as suas ambições através de seus filhos no futuro. Além da valorização dos estudos no período da infância e da adolescência, os trechos acima demonstram que essa rotina de estudos foi incorporada pelos docentes e ainda é muito presente em suas vidas. Esse *habitus* de classe, que é o “sentido de sua trajetória social, individual ou coletiva, que tornou *inclinação* pela qual essa trajetória ascendente tende a

prolongar-se e realizar-se”<sup>113</sup>, continua presente. Durante as entrevistas, muitos professores relataram que estudam e leem em seu tempo livre; neste caso, quando o estudo e a educação se confundem com o lazer, percebemos o processo de inculcação de prazeres legítimos ao longo da trajetória desses indivíduos. Ora, se uma das características marcantes da fração ascendente da classe média é a privação de prazeres imediatos em função de uma possibilidade objetiva de posição social elevada no futuro, essa “moral do dever” leva ao “medo do prazer”<sup>114</sup> e ao sentimento de culpa nos momentos de relaxamento. Diante disso, a educação pode ser encarada como fonte de prazeres legítimos uma vez que une brincadeira e trabalho, dever e prazer, configurando uma forma de aprendizado intelectual.

*Eu sempre acho que eu fui muito... uma das minhas características realmente é ser estudiosa, então eu realmente não sei de dificuldade nem no vestibular, logicamente havia sempre aquela sensação, ‘ah e se eu não entrar’, mas eu não senti essa dificuldade... Eu passei em sexto lugar na São Francisco, na USP, então eu acho que eu desempenhei bem o papel de candidato ao vestibular e depois disso ao longo do curso também não senti dificuldade (E12, USP e Mackenzie, 70 anos).*

*Meu pai dizia assim “você não vai passar. Imagina já estudou toda essa química, imagina”. E pra humanas era um vestibular completamente diferente [...] Mas eu sempre fui estudiosa disciplinada, então no direito eu passei em segundo lugar (risos). Eu estudei muito, mas eu estudei pra biológicas, eu acho que de certa maneira eu supri com disciplina o que eu tinha perdido. (E6, Mackenzie, 51 anos) (grifo meu).*

Como esse processo de incorporação do *habitus* não é um processo consciente, é comum que o sucesso escolar seja imputado à “vocação” e às “aptidões pessoais”, como se observa nas falas das professoras anteriores nas quais a disposição ao estudo é tido como uma predisposição pessoal, uma qualidade intrínseca, e não como uma estratégia de ascensão social comum das classes médias.

### 5.3 Trajetórias coletivas: entre a “vocação” e o destino provável

Outro indicador de que os entrevistados pertençam a uma mesma classe social é a correspondência entre o “ponto de partida” e as posições de chegada desses agentes. O volume e a estrutura de capitais de origem em comum estabelecem um “campo de possíveis”<sup>115</sup>, isto quer dizer que posições de origem equivalentes pressupõem trajetórias objetivas prováveis. É certo que nem todas as “posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida”<sup>116</sup>, pois há uma correlação entre as posições e as disposições dos indivíduos; mas a correlação entre essas variáveis resulta na “trajetória modal”:

---

<sup>113</sup> NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) (1998). *Pierre Bourdieu. Escritos em Educação*. Petrópolis: Vozes, p. 116

<sup>114</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Op cit, p. 345

<sup>115</sup> Idem. Ibidem, p. 104

<sup>116</sup> Idem. Ibidem, p. 104



A homogeneidade das disposições associadas a uma posição e seu ajuste, aparentemente miraculoso, às exigências inscritas na posição, são o produto, por um lado, dos mecanismos que fornecem orientação para as posições aos indivíduos ajustados de antemão [...] – trata-se da vocação como adesão antecipada ao destino objetivo [...] cooptação baseada na harmonia imediata das disposições – e, por outro lado, da dialética que se estabelece no decorrer de uma vida, entre as disposições e as posições, entre as aspirações e as realizações.<sup>117</sup>

Soma-se a isto o “efeito de trajetória”<sup>118</sup>, isto é, a influência sobre as disposições dos agentes por meio da experiência de ascensão social no caso dos professores entrevistados, de modo que “a posição de origem é apenas o ponto de partida de uma trajetória, a referência em relação à qual define-se o *sentido* da carreira social”<sup>119</sup>. Ao observar o corpo docente das duas instituições é possível perceber uma *trajetória coletiva*, pois é comum aos agentes de um mesmo grupo social<sup>120</sup>. Contudo, essas trajetórias coletivas não devem ser reduzidas às propriedades sociais de uma classe – afinal, tornar-se professor universitário não é o destino objetivo de classe alguma –, mas elas estão associadas ao efeito de transformações coletivas de frações de classe em ascensão e da sua proximidade com determinados campos, uma vez que as transformações e as propriedades de cada classe “recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo”<sup>121</sup>.

A fim de nos aprofundarmos na análise da trajetória dos entrevistados das duas universidades, a tabela a seguir apresenta o percurso acadêmico dos entrevistados ao indicar os títulos acadêmicos e as instituições pelas quais os docentes passaram para adquiri-los.

**Tabela 16**

Docente	Instituição de ensino	Área do Direito	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado
E1	Mackenzie	Direito Internacional	USP	Não fez	USP (sanduíche)	Universidade estrangeira
E2	Mackenzie	Direito Civil	PUC	PUC	PUC	Não fez
E3	Mackenzie	Direito Penal e Processo Penal	FMU	PUC	USP	Não fez
E4	Mackenzie	Direito Penal	Mackenzie	Mackenzie	Mackenzie	Não fez
E5	Mackenzie	Direito Penal	Outra faculdade pública	Outra faculdade pública	PUC	Não fez
E6	Mackenzie	Direito do Trabalho	Outra faculdade privada	USP	USP	Outra faculdade pública

<sup>117</sup>Idem. Ibidem, p. 104

<sup>118</sup>Idem. Ibidem, p. 105

<sup>119</sup>Idem. Ibidem, p. 105

<sup>120</sup>Idem. Ibidem, p. 106

<sup>121</sup>Idem. Ibidem, p. 107

E7	Mackenzie	Direito do Estado	PUC	PUC	USP	Não fez
E8	Mackenzie	Direito Civil e Processo Civil	PUC	PUC	Mackenzie	Não fez
E9	Mackenzie	Direito Tributário	Mackenzie	Outra faculdade privada	Não fez	Não fez
E10	Mackenzie	Direito Ambiental	USP	Universidade estrangeira	Universidad e estrangeira	Universidade estrangeira
E11	Mackenzie e USP	Direito Político e Econômico	USP	Não fez	USP	Não fez
E12	Mackenzie e USP	Direito do Estado	USP	USP	USP	Não fez
E13	USP	Direito Penal	USP	Não fez	USP	Não fez
E14	USP	Direito do Estado	PUC	USP	USP e Universidad e estrangeira	Universidade estrangeira
E15	USP	Direito Internacional	PUC	Não fez	USP	Outra faculdade pública
E16	USP	Direito do Trabalho	USP	USP	USP	Não fez
E17	USP	Direito do Trabalho	USP	USP	USP	Não fez
E18	USP	Filosofia e Teoria Geral do Direito	USP	USP	USP (sanduíche)	Não fez
E19	USP	Filosofia e Teoria Geral do Direito	USP	Outra faculdade privada	USP	Universidade Estrangeira
E20	USP	Direito Comercial	USP	Não fez	USP	Universidade Estrangeira
E21	USP	Direito Internacional	USP	Universidade Estrangeira	USP	Não fez

Diante das informações pontuais sobre a trajetória acadêmica dos professores, podemos explorar, a partir de agora, o caminho percorrido desde a escolha do curso até o ingresso no corpo docente da USP e do Mackenzie a fim de apreender suas disposições ajustadas à posição que posteriormente eles viriam a ocupar.

Com exceção de duas professoras da USP que afirmam terem decidido fazer Direito por volta dos 13 anos, todos os outros entrevistados optaram pelo curso de Direito pouco antes do vestibular em razão de um teste vocacional, ou pelo interesse nas humanidades, ou pela ampla possibilidade de carreiras jurídicas. Houve casos (sete professores, cinco do Mackenzie e dois da USP) em que os docentes estavam decididos a prestar o vestibular de Medicina ou de algum curso da área de exatas e mudaram de ideia logo antes do vestibular. De forma geral, quando questionados sobre o interesse pelo Direito e pela escolha do curso, a resposta dos professores

do Mackenzie era muito casuística, como se aquilo não fizesse o menor sentido em suas trajetórias individuais; ou, quando achavam um sentido, eles atribuíam à idealização do Direito como a área que se preocupa com as questões sociais, políticas e de justiça:

*Eu fui pensada para fazer Medicina, porque na minha família todo mundo é de biológicas, todo mundo é da saúde. [...] Quando chegou no pré-vestibular, eu me lembro, eu estava em maio terminando o primeiro semestre e eu em biológicas, aí eu dizendo assim 'o que que tô fazendo aqui?' Eu só lia coisa histórica e política. [...] Eu não sei eu virei pra humanas e me dividi entre o jornalismo e o Direito e acabei ficando com o Direito, gostei. [...] Eu não tinha ninguém próximo que fosse do Direito, eu tinha um tio, meu padrinho por sinal, formado em Direito, mas ele nunca exerceu. [...] Acho que uma preocupação com justiça e aquela coisa mais ideal, sabe? [...] Eu entrei no Direito sabendo que eu faria Direito do Trabalho. [...] por meio do direito chegar mais perto da justiça social, aquela coisa muito idealista que a gente é quando tem 17 anos (E6, Mackenzie, 51 anos).*

*Minha mãe, ela se formou em direito mais tarde na vida dela [...] eu tinha já 8 anos de idade [...] ela se formou em Direito, mas nunca advogou [...] Eu fui fazer biológicas porque eu queria ser médico, queria ser psiquiátrica e me encantei com o direito quando eu fazia cursinho. [...] Eu passei a me ver não mais como médico, mas sim como uma pessoa engajada socialmente, não só em casos concretos, mas em casos macros e eu achei que o Direito abria essa porta de você ter um engajamento social em questões macros. [...] Era uma época de governo militar, fim de governo militar, um certo engajamento político nessa época buscando liberdade de pensamento e tudo mais me levou pro Direito. (E9, Mackenzie, 53 anos).*

*Na verdade, eu sempre quis ser engenheiro [...] eu não me interessava por humanas em nada e foi engraçado porque meu irmão começou a fazer Direito na PUC e... ele é dois anos mais velho e aí ele deixou em cima da cama dele um livro, chamava Elementos da Teoria Geral do Estado do Damo Dallari [...] foi amor à primeira vista, [...] e aí eu me inscrevi no vestibular na PUC SanFran e no Ita, não passei no Ita [...] passei na Sanfran, passei na PUC, me inscrevi na SanFran, e foi engraçado porque eu me inscrevi na Fuvest e você se inscrevia em filas né, não era ainda eletrônico, e aí tava em branco a ficha de inscrição, eu olhei tinham 5 pessoas na minha frente e eu olhei e falei, 'meu, cansei de fazer conta', acho que vou pra essa tal de área chamada Direito (E1, Mackenzie, 32 anos).*

Essas falas são bem representativas do grupo de professores do Mackenzie, e é interessante notar que, apesar de atribuir à escolha do curso às questões sociais ou à ligação afetiva com a disciplina, eles tinham parentes próximos que haviam passado pelo curso de Direito. Ao observar as falas dos professores da USP, por sua vez, a escolha pelo curso de Direito parece ser mais pragmática do que idealizada:

*Quando eu tava no terceiro colegial, na época né, eu sabia que eu gostava de humanas, eu tinha dúvida entre algumas carreiras, publicidade, literatura e história e eu gostava um pouco de Direito. Meu pai na época tava fazendo Direito como uma graduação tardia, é... na PUC, e aquilo começou a me interessar, ele me influenciou muito, eu tinha também um grande amigo de colégio que tava decidido a fazer Direito (E18, USP, 39 anos).*

*No momento de fazer a escolha pra prestar vestibular, eu não tinha uma convicção muito grande por área nenhuma, eu acabei escolhendo por exclusão, eu fui me interessando por áreas mais específicas do Direito ao longo da graduação. [...] enxergava no Direito uma carreira muito aberta pra vários tipos de atuação (E14, USP, 41 anos).*

*Olha, eu sempre tive uma formação mais voltada para a área de Humanas, eu estudei no colégio Santa Cruz e fiz o ensino médio já na área de humanas né. E... o meu tio, irmão da minha mãe, era o diretor da Faculdade de Direito da USP e ele mesmo foi sempre um grande incentivador para mim. 'Não, vem pra área do direito, você vai gostar'. Então foi um pouco essa conjugação, uma parte um interesse mais pelas humanas e o fato de ter uma pessoa mais próxima na família que tinha uma ligação grande com o direito (E17, USP, 53 anos).*

Assim como no Mackenzie, alguns professores da USP também tinham parentes próximos no mundo jurídico, especialmente o docente cujo tio era nada mais que o Diretor da Faculdade de Direito da São Francisco. Ao total nove dos 21 entrevistados tiveram um primeiro contato com o Direito por meio de alguma pessoa próxima já inserida neste meio, mas a maior diferença entre os professores do Mackenzie e da USP é que os primeiros não reconhecem uma possível influência dos parentes bacharéis em Direito, ao passo que os segundos não negam a importância dessa variável como fator explicativo da escolha do curso. Além disso, ao contrário dos professores do Mackenzie, os homens da USP não demonstraram preocupação com as questões sociais em sua escolha; embora esse fator tenha sido relevante para as mulheres dessa instituição:

*Sei lá, minha mãe é formada pela faculdade, embora ela nunca tenha exercido, o círculo de amigos, tudo isso me fez enxergar o Direito desde pequenininha né, então a convivência com promotores, juízes e advogados me fez conhecer a carreira desde criança, na verdade, com mais ou menos 13 anos eu já tinha uma noção do que eu queria fazer [...] a gente ingressa pelo senso de justiça né, encantada com a ideia de justiça, fazer justiça. (E13, USP, 41 anos).*

*Eu tava acho que na oitava série e eu disse em casa que eu ia estudar Direito e ninguém entendeu muito bem porque minha família é majoritariamente, esmagadoramente composta de gente da área de Medicina, de biológicas e etc. Eu sou o único patinho feio nesse sentido, mas acho que as questões sociais sempre me tocaram muito (E20, USP, 34 anos).*

Com exceção das duas professoras acima, na visão dos docentes de ambas as faculdades, o curso de Direito não parece ter sido um destino certo ou provável. A despeito dessa “eventualidade” compartilhada pelos docentes, as causas atribuídas à escolha do curso variaram segundo a instituição: se na USP, a extensão das áreas de atuação profissional e a afinidade com a área de humanidades foram justificativas recorrentes nas falas de seus professores; no Mackenzie, a idealização do Direito como uma área de promoção de igualdade social e realização da justiça social aparece mais frequentemente. Isso não quer dizer que essas questões sociais tenham sido insignificantes para os professores da USP, mas, ocupando uma posição superior na hierarquia das instituições de ensino jurídico, eles não precisam propagar um discurso emotivo sobre o Direito, mas se apropriam do discurso racional e individualista. A exceção a essa regra foram as professoras da USP, que são dominadas na hierarquia sexual e social, e, portanto, denega-se a elas a apropriação e utilização dos discursos dominantes, restando-lhes a “pregação” dominada, associada às emoções.

A oposição entre a motivação fundada na razão e que beneficia a si mesmo e a motivação fundada na emoção e no benefício social já configura um primeiro indício de que, apesar de terem em comum a mesma origem social, as disposições dos professores das duas instituições não são as mesmas. A despeito da mesma atuação profissional, ser professor universitário do curso de Direito no Mackenzie não é a mesma coisa que ser professor

universitário de Direito na USP; da mesma forma, o valor simbólico de ser um professor homem de Direito da USP não é o mesmo que ser uma professora mulher de Direito na USP.

A conotação sentimental nas falas dos docentes do Mackenzie por vezes se contrasta com a racionalização da própria trajetória, como se percebe na entrevista com uma docente que primeiro diz que sempre quis ser professora: *Eu tive um aniversário, quando eu era criança [...] que a mesa foi de professora (risos). E aí eu fiz direito e acabei professora de direito, eu sempre soube que eu ia pra sala de aula* (E6, Mackenzie, 51 anos), porém em outros momentos da entrevista ela afirmou que foi “*pensada para fazer Medicina*” e que “*gostava muito de crianças [...] e desde jovem eu achava que ia fazer pediatria*”.

A questão da vocação e da conexão afetiva também é evidenciada por outros docentes, como se já tivessem aderido um sentido em suas trajetórias para se chegar ao destino objetivo e a posição de chegada como se fosse a realização do que sempre se quis: “*hoje eu tenho consciência que eu sempre quis ser professor e pesquisador, mas quando eu entrei eu não sabia disso [...] nunca quis estudar pra concurso, eu nunca quis ser advogado, trabalhei como estagiário tudo, vi como era a vida, vi que não era isso que eu queria fazer*” (E1, Mackenzie, 32 anos). Da mesma forma, outro professor do Mackenzie diz que entrou no curso de Direito porque “*eu queria ser advogado, sempre quis ser advogado*” e quando questionado sobre a trajetória acadêmica disse: “*Eu sabia que eu ia ser professor, desde o primeiro dia que eu entrei na sala de aula eu achei, eu me encontrei*” (E2, Mackenzie, 49 anos).

Essas falas, muito mais recorrentes entre os professores do Mackenzie, demonstram a homogeneidade das disposições ajustadas às exigências de uma posição, pois eles sentem que a profissão de professor já está na sua essência, é sua vocação. De fato, espera-se que haja fatores pessoais que se correlacionem com a escolha da profissão, mas esse discurso de que “se foi escolhido” por ela esconde todo o “efeito de inculcação” que se dá no ambiente familiar e escolar, bem como o “efeito de trajetória social”, que ocorre por meio da apreensão das disposições e da experiência de ascensão e de declínio social de seus pares que lhe dá um “sentido da carreira social”<sup>122</sup>.

Por outro lado, há professores da USP e do Mackenzie que confirmam a influência da Faculdade de Direito e da vivência estudantil na decisão da escolha da carreira jurídica. Os trechos a seguir elucidam a incorporação e adequação do seu *habitus* de origem com as possibilidades de profissão, ou seja, o seu campo de possíveis, pois há um cálculo, mesmo que inconsciente, sobre suas práticas e a percepção do mundo social, que é feito a partir da relação

---

<sup>122</sup> Idem. Ibidem, p. 105

entre suas “propriedades intrínsecas” e as “propriedades relacionais”<sup>123</sup> de sua posição no espaço social, que faz com que o indivíduo perceba sua identidade social a partir da diferença.

*A gente ingressa pelo senso de justiça né [...] e isso vai sendo canalizado, então acho que todo... o básico do ingressante pensa muito mais numa ideia de carreira pública [...] uma das grandes experiências acadêmicas na faculdade foi ter estagiado e depois ter sido diretora do departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, que presta assistência judiciária gratuita, então as coisas foram se canalizando numa linha profissional mais de defesa de direitos, mais pró ativo então porque o juiz não é pró ativo (E13, USP, 41 anos).*

*Logo que eu ingressei eu queria seguir a diplomacia, contrato internacional, as questões de relações entre os países [...] aos poucos a faculdade também, a vida foi me levando pra outros lugares e já lá pelo quarto ano eu não pensava mais no Rio Branco (risos), e eu via um jeito de impactar esses temas que me interessavam de uma outra forma. (E20, USP, 34 anos).*

*Acho que todo mundo que entra no Direito, pelo menos a maioria, é 'ah quero ser juiz e tal' né, mas aí a experiência de estágio principalmente ela vai te modulando né e aí quando eu fui estagiar no Ministério Público voluntariamente, ali bateu pra a... o desejo de ser promotor, né, e aí eu experimentei outras experiências em escritórios, em escritórios grandes e tal, mas voltei a estagiar no MP porque eu achei que o meu perfil se encaixava perfeitamente naquela situação. (E3, Mackenzie, 45 anos).*

Além dos professores que se tornaram aquilo que seria sua “vocação” e dos professores que entraram com uma expectativa e mudaram de ideia ao longo do curso, também houve relatos de docentes que entraram sem qualquer expectativa, mas entre estes últimos não há nenhum professor do Mackenzie. É interessante notar que o sobrinho do Diretor da Faculdade de Direito da USP encontra-se nesta situação: ora, se ele não tem necessidade de ascender socialmente, ele possui maiores possibilidades de escolha, afinal, qualquer carreira e área que decidisse seguir ele seria bem-sucedido.

*Olha eu entrei, sem ter assim com uma ideia definida do que eu iria fazer, como eu disse, muitas vezes a pessoa entra já com uma ideia na cabeça “eu vou ser juiz”. Eu nunca pensei nisso, eu entrei falando vou ver, quero ter experiência no Direito, quero fazer estágio. E ao longo do curso eu fui vendo que a minha tendência natural seria trabalhar com a advocacia [...] eu fui vendo que eu tinha tendência natural para trabalhar com o magistério, pra poder dar aulas e ter uma participação efetiva. Então quando eu fiz o concurso para ingressar na USP em 94 né, eu já via ali que aquele era o caminho que eu ia trilhar, advocacia e o magistério (E17, USP, 53 anos) (grifo meu).*

A carreira de Advocacia é a mais lógica nessa situação, pois é a carreira em que a conversão de capital social em capital simbólico e em capital econômico é mais eficaz: ter um tio Diretor da Faculdade de Direito da São Francisco não facilita o ingresso em um concurso público, por exemplo. A maior possibilidade de maximização de capital específico no campo jurídico seria alcançada pela carreira da Advocacia Privada, pois além de ser a área mais rentável no topo da carreira, ela consegue atrair clientes por meio da valorização do nome próprio, e neste caso, do sobrenome da família. Para quem não possui capital social, a

---

<sup>123</sup> Idem. Ibidem, p. 164

Advocacia é mais arriscada, então as carreiras públicas aparecem como melhores opções, pois além mobilizarem principalmente o conhecimento jurídico, elas fornecem estabilidade social.

*Não tinha a menor ideia. Só a partir do quarto quinto ano que eu resolvi me preparar pra concurso público, mas isso também, veja, a época é muito diferente, eu não sou, eu não nasci aqui no Brasil e portanto naquela época eu ainda era, eu não tinha conhecimento na área jurídica, meus pais eram médicos e não teria como entrar num escritório... e o concurso público me ajudou sob esse aspecto porque o concurso público não há discriminação, ou você acerta ou não acerta a questão e ponto final (E12, USP e Mackenzie, 70 anos).*

O trecho acima demonstra que o cálculo dessa professora sobre a relação da estrutura de seus capitais e a exigência de uma posição profissional foi consciente, mas essa é a exceção. Entre os docentes que não entraram com uma profissão em mente e decidiram por uma carreira ao longo do curso, o discurso mais comum é que eventualidades da experiência estudantil foram traçando seus caminhos profissionais:

*Eu não tinha nenhuma aspiração não (risos). Eu nem pensava em fazer pós-graduação nada... [...] nas suas amizades você vai se tornando mais próximo de determinados assuntos, determinados temas aí você acaba, acaba se dirigindo, não foi algo assim planejado. Porque tem gente que vem com a vida planejada né, 'ah não, vou ser, vou entrar, vou fazer isso, vou entrar no doutorado, depois vou fazer o concurso'. Não, pra mim foi tudo meio acontecendo (E11, USP e Mackenzie, 43 anos).*

Em relação à percepção sobre suas próprias trajetórias acadêmicas, todos os entrevistados consideram que não tiveram dificuldades durante a graduação, com exceção de matérias pontuais, e que, em geral, o curso foi muito tranquilo, afinal, eles já tinham um capital escolar – e consequentemente um hábito de estudo – que evitou um grande choque da trajetória escolar percorrida até ali e a entrada na Faculdade de Direito. Apenas cinco entrevistados disseram que tiveram dificuldade para entrar no curso de Direito, mesmo assim eles passaram direto no vestibular da USP, PUC e de uma universidade federal. Isso sinaliza que suas dificuldades nem sequer retardou o ingresso no ensino superior em instituições de prestígio. Todavia, se não houve grandes dificuldades, houve mudanças de hábitos e de relações pessoais após a entrada no curso. Embora alguns poucos acreditem que essas mudanças não tenham ligação com o curso de Direito, mas sim com o processo de amadurecimento natural do ser humano, essa não é a percepção majoritária, pois mais da metade dos docentes acreditam que o curso de Direito os transformou, principalmente devido à formalidade do mundo jurídico:

*Acho que todo mundo que passa pelo Direito passa por uma reformulação, ah falar mais pomposo, tentar se vestir mais formal [...] Então eu acho que mudou um pouquinho no sentido de discurso [...] eu trabalhei um tempo no escritório, aí fiquei muito mais formal, email mais formal, linguagem mais formal e aos poucos eu fui quebrando isso depois que eu sai do escritório e fui pra Academia (E1, Mackenzie, 32 anos).*

*O Direito exige de você uma certa forma de falar, de se vestir, de se comportar que é mais séria. [...] quer dizer um ambiente de tribunal, num escritório, você tem que manter... Basta o nosso uniforme [...] durante o curso você tem um pouco a coisa de ser estudante, e como estudante vale tudo, vale tudo, claro, mas a Faculdade de Direito da Usp ela tem todo o peso da tradição. É comum você encontrar*

*professores muito mais sisudos, então durante o curso você sente também que há que ter um comportamento que seja mais compatível com aquele tipo de atividade.* (E17, USP, 53 anos).

Além da questão da formalidade e do círculo de amizades, a formação pessoal também mudou com a convivência no mundo jurídico, seja no que se refere ao aprofundamento intelectual proporcionado pelo curso: *“eu me transformei numa outra pessoa [...] eu estudei na PUC, [...] esse ciclo básico era um sonho numa noite de verão pra todo educador [...] eu tinha aulas de humanidades todos os dias, mas uma humanidade intensa”* (E2, Mackenzie, 49 anos); seja no que tange à formação política, muito mais recorrente na fala dos professores da USP: *“participei do movimento estudantil, no Largo [...] todo aquele momento político, os contatos que eu fiz, tudo aquilo teve um grande impacto na minha vida né, sobretudo na na... na concepção política, na formação política”* (E21, USP, 59 anos).

Todas essas transformações de mundo apontadas pelos docentes revelam que, em um primeiro momento, seu *habitus* de origem poderia ir de encontro ao *habitus* jurídico presente na instituição, mas esse choque inicial não perdurou por muito tempo, afinal, há toda uma estrutura do campo para que os estudantes mais ajustados incorporem não só o *habitus* jurídico, como também defendam o espírito de corpo da instituição. A fala de um professor da USP resume bem esse processo de inculcação: *No curso de Direito, desde o primeiro ano, os discentes aprendem uma linguagem específica [...] aprendem também a mudança no modo de se comportar, de se vestir, então isso vai formando o bacharel. A Faculdade de Direito, ela não é só as matérias [...]* (E19, USP, 43 anos). Não só o curso de Direito “vai formando o bacharel”, mas a instituição pela qual se passa faz isso à sua maneira.

Como veremos a seguir, a Faculdade de Direito da USP promovia o perfil acadêmico de bacharel, como pode ser percebido na análise da trajetória e das atividades realizadas pelos docentes que outrora foram estudantes dessa universidade. Durante a graduação, oito dos entrevistados contaram que foram monitores de algumas matérias na faculdade, participaram de grupos de pesquisa ou fizeram iniciação científica no curso de Direito da USP ou da PUC; desde então eles não saíram da carreira acadêmica. Os professores que se tornaram bacharéis na São Francisco, especificamente, falam da Academia como se fosse uma etapa “natural”:

*Eu acho que isso na São Francisco é muito natural, porque nós temos muitos formadores de opinião né, os professores têm uma produção acadêmica muito intensa, um lado acadêmico muito intenso e cada vez mais. Então é muito natural isso pra gente, o despertar de um pesquisador, então vamo lá, acho que a USP se diferencia de outros cursos mais técnicos pela preocupação de produzir conhecimento né, e não só passar informação [...] Eu terminei o meu primeiro ano já com um convite [...] num grupo de pesquisa que envolvia pós-graduandos, então ali já começou uma semente, e o outro professor de uma outra disciplina [...] já havia me convidado também pra ser monitora da disciplina dele e pesquisar mais a fundo aquelas questões, então veja que eu já saí do primeiro ano com duas atividades de pesquisadora, foi muito natural pra mim, a carreira acadêmica* (E13, USP, 41 anos).



Apenas quatro professores disseram que só passaram a considerar a atuação na carreira docente depois ou durante a pós-graduação; na verdade, tudo indica que a estrutura da graduação em Direito do século passado e início do século XX inculcava nos estudantes certas disposições às atividades acadêmicas, mas essa característica é especialmente forte nas falas dos professores que fizeram graduação na USP. Os professores que cursaram Direito em outras instituições têm outras justificativas para a escolha da carreira acadêmica:

*Eu não sei de onde eu tirei a história do mestrado em Direito do Trabalho na USP. Eu brinco que veio no meu prontuário, porque eu não tinha conhecido ninguém que tivesse feito mestrado na USP [...] Aí, o meu tio, que é meu padrinho, tinha um afilhado, que depois veio até ser Ministro da Justiça do FHC, que fazia o mestrado, não [...] o doutorado já na USP [...] e ele fez a minha inscrição pro processo seletivo e me orientou um pouquinho assim o que eu deveria fazer e eu vim fazer e surpreendentemente passei (E6, Mackenzie, 51 anos).*

*Depois da graduação, eu já professor, fui fazer mestrado em Processo Civil, eu acho que para o exercício do cérebro, eu acho que às vezes é interessante você fazer uma coisa que você não gosta, porque aquilo é um desafio pra você e eu fiz mestrado em Processo Civil (E9, Mackenzie, 53 anos).*

*Me preparei pro concurso do Itamaraty aí fiquei na carreira de diplomata, depois quando eu cheguei à conclusão que a diplomacia também não tinha nada a ver comigo e eu resolvi sair. E aí eu voltei pra faculdade, quer dizer aí eu terminei lá em Brasília a faculdade. Aí morei 5 anos na Alemanha né, trabalhando na Embaixada do Brasil lá, depois eu voltei e foi aí que eu comecei a ingressar na Academia (E15, USP, 57 anos).*

*Como eu não tinha a intenção de trabalhar em escritório de advocacia, eu fui fazer o mestrado pra complementar esse período de 3 anos (do concurso público) porque esse período valia (E4, Mackenzie, 35 anos).*

Observa-se que os três últimos professores, cujas graduações foram feitas fora da São Francisco, fizeram o mestrado depois de já se decidirem por outra carreira que não a acadêmica – magistratura, diplomacia e advocacia, respectivamente. Sendo assim, tudo indica que a Faculdade de Direito da USP fomentava o perfil de pesquisador em seus bacharéis mais do que as outras faculdades de Direito; isso pode ser percebido não só pelo incentivo efetivo às atividades acadêmicas, mas também pelo absenteísmo dos docentes na sala de aula que acabava por estimular a presença de pós-graduandos na sala de aula: “*nós naquela época, nós éramos da pós, nós éramos quase jogados na sala de aula*” (E12, USP e Mackenzie, 70 anos).

De modo geral, apesar da origem social semelhante, já pudemos notar algumas divergências entre perfis de docentes na análise sobre os discursos das trajetórias acadêmicas e das origens sociais dos professores e professoras das duas instituições. A seguir apresentaremos algumas oposições que aparecem na fala dos entrevistados, sendo uma delas a divisão sexual no Direito e a representação que os docentes têm da mulher na docência.

#### 5.4 Barreiras simbólicas e a representação da mulher na docência jurídica

Diante da expansão do ensino universitário no Brasil e da consequente expansão do número de cursos jurídicos, houve um processo de diversificação de seu público – a nível discente e docente – que facilitou a entrada de mulheres no campo jurídico. Apesar disso, nos cursos de Direito mais consagrados e prestigiados a democratização de gênero (e de raça) ainda não é notável e efetiva quando tratamos principalmente do corpo docente. Constatada a pouca presença de mulheres no corpo docente e o equilíbrio entre homens e mulheres no corpo discente, os entrevistados foram questionados sobre essa desproporcionalidade. A grande maioria – quase a unanimidade (18 de 20) – reconheceu que há baixa representação feminina na docência é um problema e as interpretações dessa conjuntura foram relativamente parecidas, mas podemos dividi-las em três categorias de explicação.

A primeira categoria conta com quase metade dos docentes (10) – quatro homens de cada faculdade, um homem pertencente às duas instituições e apenas uma mulher da USP – que atribuem à estrutura social e à história o fato de as mulheres não comporem significativamente os quadros de professores do Direito. Isso seria uma espécie de reflexo da sociedade no campo jurídico. Alguns consideram que, ao longo do tempo, essa situação se resolverá, pois na USP o cargo de professor é vitalício, de forma que o tempo para renovação do quadro de professores é maior e mais lento; e no Mackenzie um professor defende que é como se fosse vitalício, pois, segundo ele, ninguém quer deixar de trabalhar lá.

*Ah, eu acho que isso é um paradigma de herança, você também tem que levar em consideração [...] trabalhar no Mackenzie é muito legal, as pessoas não saem daqui [...] isso é um retrato do passado, mas se você analisasse as contratações recentes, a maioria são todas mulheres, todas mulheres (ênfase). Eu mesmo contratei uma, vou contratar duas, de duas substituições, são duas mulheres agora, entendeu? Tá mudando, tá mudando, tá mudando. [...] Como ninguém sai, ninguém sai, 'ah não, cansei [...], to indo embora", o cara adora o Mackenzie, então acaba não tendo vaga, mas as vagas que estão aparecendo elas estão sendo supridas por mulheres. (E2, Mackenzie, 49 anos).*

As respostas de dois professores, um do Mackenzie e um da USP, são representativas desse grupo, destacando justamente a conjuntura social da discriminação de gênero, como se pode perceber a seguir:

*É... é eu interpreto como algo que não surpreende, numa sociedade onde não só você tem estruturas de discriminação de gênero né, você tem estruturas profundas as vezes que operam naturalmente sem necessariamente atos deliberados intencionais né... Por um lado, é produto disso, por outro lado é produto da falta de incentivo, da falta de... políticas públicas que removam os obstáculos que essas mulheres enfrentam né (E14, USP, 41 anos).*

*Eu acho que é um reflexo da sociedade machista que a gente vive, não tem um... a universidade é reflexo da própria sociedade então a gente reproduz aqui aquilo que é reproduzido lá fora e é uma sociedade machista sem sombra de dúvidas. Acho que é sim resultado do machismo institucional inclusive. (E4, Mackenzie, 35 anos).*

A fala da única professora desse grupo, por sua vez, condensa não só a questão da estrutura social, mas também critica o peso do papel social da mulher como um obstáculo no processo de ingresso na docência:

*Eu interpreto isso como uma outra manifestação dessa estrutura desigual que a gente tem na sociedade né [...] eu sou super crítica a isso, eu acho que tem questões estruturais que barram a entrada da mulher na universidade [...] eu acho que o concurso em si é algo que prejudica a entrada da mulher [...] ela tem jornadas de trabalho né, fora de casa, dentro de casa, por uma questão social apesar de a gente ter, é... apoio [...] ainda assim a mulher na nossa estrutura social [...] ela tem a casa, ela tem o trabalho fora, a faculdade acaba sendo a terceira jornada e a decisão pra vir a se tornar docente então se torna uma decisão que poucas vão fazer e acho que com toda essa dificuldade do concurso também ajuda e depois a desvalorização financeira da carreira docente também ajuda (E20, USP, 34 anos).*

A outra categoria de respostas sobre o tema conta com sete docentes, duas mulheres e dois homens do Mackenzie e uma professora e dois professores da USP. Eles consideram que o próprio Direito e a sua estrutura interna acabam repelindo as mulheres, por ser uma área historicamente masculina e machista em suas representações. Na fala desses docentes, a universidade surgiu como uma instituição que reproduz a discriminação de gênero historicamente presente no universo jurídico. Os trechos a seguir trazem a percepção de duas professoras sobre a tradição masculina no Direito de que se é preciso batalhar pelo espaço das mulheres na docência jurídica, assumindo o marcador social de gênero, que até então era necessariamente apagado, para que essas questões sejam discutidas.

*Faz parte da tradição da própria universidade, talvez isso tenha a ver com o campo Direito, na verdade o Direito faz parte da realidade né, Direito, Medicina e Engenharia [...] agora a contratação de professores é feita via edital, tem todo um processo, né, isso talvez tenha possibilitado ou possibilite a entrada de mais mulheres, ou que a gente discuta a questão de gênero quando da seleção, se a gente for olhar pra trás talvez isso tenha a ver, é um feudo né, o campo jurídico, ele é dominado por homens [...] é um locus eminentemente masculino, né, embora a gente tenha mais mulheres hoje nas cadeiras do Direito etc e tal como discentes e se formando, mas a gente tem um predomínio masculino e talvez isso tenha gerado o predomínio de homens professores no corpo docente (E10, Mackenzie, 48 anos).*

*O Direito é um ambiente muito machista e a São Francisco é especialmente machista [...] dos docentes só 17% são mulheres, titulares [...] 4, é nada, chega a ser então... ainda é um meio completamente masculino. Viver nesse meio, quer dizer, transitar nesse ambiente de homens não é fácil, e não é fácil.. eu não to fazendo vai, flafalu aqui né, não to fazendo nós contra eles porque nós também temos problemas, eu também fui criada numa cultura machista, né, eu aprendi uma cultura machista então eu tenho que me policiar pra não refletir isso [...] Você fala 'por que é que tem menos professora?' é óbvio, porque o mundo não deixa, é tudo mais difícil (E13, USP, 41 anos).*

Dentre os 3 entrevistados restantes, um professor não soube opinar sobre o número reduzido de mulheres, mas diz que elas têm “uma produção acadêmica incrível”, e as outras duas professoras, uma do Mackenzie e uma pertencente ao corpo docente das duas instituições, tentaram justificar o número menor de mulheres: uma disse que isso depende da época e a outra acredita que isso deve ocorrer em razão de uma opção da mulher.

*É época, porque nós já fomos... lá no meu departamento nós tínhamos antigamente 5 mulheres e 4 homens, do sexo masculino, e hoje em dia com a aposentadoria mudou então essa porcentagem, mas eu acho que é mera, mero... os novos docentes de lá foram nossos alunos e nós, as mulheres, que os preparamos fizemos concurso e concurso... (E12, USP e Mackenzie, 70 anos).*

*Jura? Mas eu não tinha ideia de que eram tão poucas[...] não percebo nenhum tipo de discriminação por ser mulher, pelo contrário, acho que a mulher agrega em muitos aspectos, eu acho que é muito uma questão de opção também, talvez a mulher não queira fazer a parte acadêmica, porque você precisa estar sempre investindo, sempre estudando então, eu não sei falar porque que não tem mais professoras, mas assim, nunca senti nenhum tipo de problema pelo fato de ser mulher, sempre tive as mesmas oportunidades, sempre fui bem tratada, assumi agora no final do ano, na metade do ano, uma coordenação... então quer dizer não vejo problema nenhum nisso [...]. Cê vê que abre processo seletivo, quem quiser se candidatar se candidata [...]tem várias mulheres na coordenação, [...] homens têm muitos aspectos positivos, mulheres também têm muitos aspectos positivos, e também têm negativos, todo mundo tem né (E8, Mackenzie, 44 anos).*

No caso das duas professoras acima, especialmente a segunda, pode-se perceber um fenômeno já apontado por Bourdieu e posteriormente por Almeida<sup>124</sup> que ocorre quando mulheres que já ascenderam a posições dominantes na hierarquia da profissão relativizam os efeitos da dominação masculina e da discriminação de gênero de modo a tornar natural a sua posição, consentindo com a estrutura de dominação – que agora também é comandada por elas. Isso não ocorre de modo discricionário e consciente, afinal, as representações dessas mulheres em posição de poder também são geradas em conformidade com a estrutura do campo. Dessa forma, elas atribuem sua posição minoritária à demonstração de igualdade; ou seja, sob a ideologia do mérito e da neutralidade, o padrão masculino é favorecido. Segundo Bonelli<sup>125</sup>, o acesso de mulheres a altas posições presume o “esquecimento” das desigualdades entre os sexos e a anuência do discurso de conquista de igualdade de gênero. Além disso, a inclusão de mulheres na docência jurídica faz com que elas tenham que lidar com a “ideologia profissional dominante, apoiada no ideário da neutralidade do conhecimento, construído por homens, brancos, heterossexuais, dos grupos estabelecidos”<sup>126</sup>.

Quando questionados sobre as principais barreiras encontradas pelas mulheres na carreira docente, a questão da maternidade foi apontada por mais da metade dos entrevistados, 11 docentes (4 professoras e 7 professores). Ficou bastante claro que a representação dos entrevistados é que ser mãe e seguir a carreira acadêmica são dois trajetos que não se ajudam. Ao contrário da paternidade, a maternidade parece frear a carreira acadêmica:

*A mulher, embora esteja num processo de empoderamento, ainda não perdeu as funções antigas, então ela tem uma tripla jornada, [...]Porque eu acho que ainda não mudou a mentalidade,*

---

<sup>124</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, op. cit.; ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. São Paulo. 2010

<sup>125</sup> BONELLI, Maria da Glória e outros. *Profissões jurídicas, identidades e imagem pública*, op. cit.

<sup>126</sup> Idem. *Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade*. Op cit, p. 98

*não é só a mentalidade do homem, mas a mentalidade da mulher, a mulher se sente obrigada a... ter esse outro tipo de atividade paralela à atividade profissional e ela mesma abraça essa outra atividade em casa, então tem realmente três jornadas, tem a jornada profissional, tem a jornada de dona de casa, e tem a jornada de mãe (E12, USP e Mackenzie, 70 anos).*

Se esse obstáculo parece estar presente no topo da consagração da carreira acadêmica, isto é, quando já se ocupa o cargo de docente numa universidade pública prestigiada, durante o percurso dessa trajetória, a maternidade pode atrasar o sucesso profissional da mulher ou exigir muito mais esforço para que ela consiga lidar com o conflito entre a maternidade e a academia, como se pode perceber nos trechos a seguir:

*Como você vira professora da USP? [...] Você passa por um concurso, quando você faz esse concurso? Quando você é doutor? Ah, você é doutor ali entre seus 30 e poucos e seus 40 e poucos anos de idade. Pensando em uma pessoa que, né, tenha escolhido constituir uma família e ter filhos [...] a divisão de tarefas decorrente da paternidade, da maternidade é muito desigualmente distribuída [...] Essa agenda de preocupações é muitas vezes desigualmente distribuída e, por conta da nossa configuração social, dificilmente esse ônus é maior pro homem do que pra mulher. [...] quem é que vai rejeitar convite pra congresso porque a criança não tem com quem ficar? Quem é que vai rejeitar marcar reunião ou dar palestra no período noturno porque agora tem filho? Quem é que vai ter a sua produtividade diminuída e não vai conseguir produzir artigo porque chega em casa à noite e ainda tem que [...] Então o sujeito chega lá e tem três filhos pequenos, com 38 anos de idade, você vai olhar o currículo dele, a vida dele não mudou nada [...] chega em casa já tá todo mundo de banho tomado, dormindo, limpinho, né? (E18, USP, 39 anos).*

Considerando esses relatos, entende-se que, de fato, a pouca presença de mulheres no corpo docente do Direito das duas universidades se deve à incompatibilidade entre a vida doméstica e a assimilação de um padrão masculino no exercício da profissão. Segundo Bertolin, quando as mulheres passam a exercer funções anteriormente masculinas, além de sua força de trabalho ser considerada inferior, são exigidos delas os pré-requisitos masculinos daquela carreira. A questão do esforço maior das mulheres para se chegar a uma posição igual a dos homens e da necessidade das mulheres mostrarem que elas são tão boas quanto seus colegas do sexo masculino apareceu em algumas entrevistas, como mostra o trecho a seguir:

*Esse movimento crescente, eu atribuo muito isso à necessidade que nós mulheres temos de ser melhor, a gente tem que provar não só que a gente é boa, a gente tem que provar que a gente é melhor que os homens, isso é um inferno na vida. Você tem o mesmo que um homem, você não é igual a um homem, você tem que provar que você é 10 vezes melhor do que ele pra tá junto com ele. É assim em todas as esferas sociais, pra tudo e isso faz, eu acho muitas vezes, com que essas mulheres se dediquem mais, se esforcem, mais se determinem mais, pra mostrar isso pro mundo (E13, USP, 41 anos).*

Como o homem é a medida para ambos os sexos, esta é uma forma de manutenção das relações desiguais entre homens e mulheres, pois elas incorporam o padrão masculino, muitas vezes até pela falta de um modelo feminino, para conseguirem alcançar as posições ocupadas por homens. Segundo Bourdieu, a reprodução do padrão masculino se revela materialmente e simbolicamente impondo a dominação masculina sem necessidade de justificação, afinal a

moral androcêntrica é vista como neutra então não precisa ser legitimada<sup>127</sup>: “É característico dos dominantes estarem prontos a fazerem reconhecer sua maneira de ser particular como universal. A definição de excelência está, em todos os aspectos, carregada de implicações masculinas, que têm a particularidade de não se mostrarem como tais”<sup>128</sup>. Por outro lado, é interessante perceber que a luta pelo reconhecimento e apropriação do espaço anteriormente masculino se dá pela afirmação dos marcadores sociais diferenciados, como o gênero<sup>129</sup>.

A própria disposição espacial e a organização das faculdades de Direito faz com que as mulheres acreditem que não pertencem ao universo da docência jurídica. No caso das faculdades de Direito da USP e do Mackenzie, verifica-se que as salas de aulas têm nomes masculinos, suas paredes estão repletas de quadros de homens e todos esses fatores são incorporados pelos agentes que ali transitam; sendo assim, a formação de futuros docentes começa na organização e uso dos espaços, do tempo e das “permissões e proibições para onde ir ou não ir”<sup>130</sup>; a instituição é corporificada pelos e pelas estudantes que levam esse *habitus* para além do espaço físico, sendo eles mesmos capazes de dominar e controlar a si mesmos.

A falta de representatividade feminina nas bancas de concurso, por exemplo, também apareceu, não tanto como uma dificuldade, mas como um desincentivo, que funciona como uma barreira insitucional, reservando o direito de entrada ao corpo docente àqueles que detenham os atributos e propriedades de seus examinadores.

*Não devia existir banca, banca de concurso puramente masculina, isso é... não devia, porque são os pequenos jeitos de você construir, a pessoa chega numa sala no concurso, a sala tem o nome de um homem, [...] tem uns 40 quadros dentro da sala, todos são homens, [...] dos candidatos, a maioria homens, é evidente que a pessoa olha, olha e fala, 'puxa, isso aqui não é...' (E18, USP, 39 anos).*

Sendo assim, as práticas culturais e simbólicas acabam sendo as mais eficientes para manter a mulher em sua posição dominada e o homem em sua posição dominante. Aquelas que conseguem alcançar uma posição mais próxima a dos homens é considerada excepcional, reforçando ainda mais a regra da inferioridade da mulher “comum”. Essa excepcionalidade muitas vezes significa que a mulher teve um desempenho superior ao do homem, neste caso, eles são colocadas lado a lado; ou seja, a normalidade do homem equivale ao duplo esforço da mulher<sup>131</sup>. O próprio comportamento da mulher que ascendeu pode, por um lado, revelar a lógica de incorporação do padrão masculino ao apagar seu gênero para legitimar sua conquista

---

<sup>127</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Op cit, p. 18

<sup>128</sup> Idem. Ibidem, p. 78

<sup>129</sup> BONELLI, Maria da Gloria. Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade. Op cit, p. 113

<sup>130</sup> Idem. Ibidem, p. 454

<sup>131</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Op Cit, p. 65.

com um discurso meritocrático<sup>132</sup>, ou, por outro lado, ela pode reivindicar o reconhecimento do seu marcador de gênero como forma de lutar contra a dominação masculina.

### 5.5 O peso da Faculdade: “*você não tem como negar a tua alma mater, entendeu?*”

Feita a análise sobre a divisão sexual no Direito a partir das entrevistas realizadas, passaremos agora ao estudo de outras oposições como aquelas referentes ao espírito de corpo das insituições. Mais do que o ensino jurídico propriamente dito, as entrevistas com os professores oriundos do Largo São Francisco relatam que a vida estudantil fora da sala de aula era muito intensa. Ela foi descrita como um ambiente universitário que envolvia todos os aspectos da vida pessoal: amizades, política, estudo, emprego, carreira, amores etc.

*Em especial, na USP, no Largo São Francisco, a vida acadêmica, não apenas a aula em si, mas todas as oportunidades que a gente encontra dentro da faculdade né? Então eu fui, por exemplo, estagiário do departamento jurídico do centro acadêmico XI de agosto [...] tem uma vida acadêmica muito agitada né, [...] na campanha das diretas. Então nós nos engajamos efetivamente naquele ano em exigir a redemocratização do Brasil. [...] Então quer dizer a faculdade te proporciona isso, fora todas as brincadeiras, as festas né, a peruada como manifestação político-circo-carnavalesca dos estudantes da faculdade de direito, o pendura. (E17, USP, 53 anos).*

*Então, a vivência estudantil era muito rica e eu entrei aqui na faculdade no ano do impeachment do Collor, em 1992, então a faculdade estava em ebulição, era... foi muito interessante. Então tem esse componente que foi a vida estudantil muito interessante (E19, USP, 43 anos).*

*Eu fiz grandes amigos, minha esposa foi minha colega de sala, é... eu tive professores com os quais eu me identifiquei muito, matérias que eu gostei muito. [...] Eu fiz um grupo muito bom de amigos, dos quais eu gosto muito, tenho muito contato até hoje, então esse lado de interação humana foi muito valioso [...] A vivência no centro de São Paulo, eu gosto do centro, sempre gostei do centro, acho que tem de tudo, é um espaço é... legal, democrático (E18, USP, 39 anos).*

A adequação entre as disposições de candidatos que estudaram na USP e a posição de docente nesta instituição indica que, além dos requisitos técnicos presentes no edital público, o concurso para o ingresso no Largo São Francisco como docente parece exigir alguns requisitos que só quem já passou pela faculdade é capaz de satisfazer – como sugere o alto grau de endogenia desse grupo, visto anteriormente. Segundo Bourdieu, apenas quando o agente transcender o simples conjunto de seus membros, quando cada um estiver em conformidade com os seus fundamentos, o grupo vai existir por e para si próprio. Dessa forma, entende-se que sejam analisadas as pessoas totais, o *habitus* dos ingressantes, e não apenas o preenchimento de requisitos técnicos; só assim haverá um “espírito do corpo” essencial para o reconhecimento e a reprodução dos mecanismos que fazem com que o grupo seja irreduzível a tais requisitos técnicos oficialmente exigidos para nele ingressar.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> Idem. Ibidem, p. 154

<sup>133</sup> Idem, Ibidem, p. 87.

Outro aspecto que revela o alto grau de espírito de corpo no Direito é o matrimônio endógamo no interior do campo jurídico. Entre os 21 entrevistados, 16 são casados com alguém que também pertence ou pertenceu ao universo jurídico principalmente na graduação, mas também no mestrado ou na profissão. Observa-se, portanto, que o grau de endogamia no Direito parece ser extremamente alto e que isso é especialmente forte na Faculdade de Direito da USP, onde oito entrevistados conheceram seus cônjuges enquanto eram estudantes.

No que tange à experiência estudantil na faculdade, quando questionados sobre o que os professores mais gostaram e menos gostaram durante a graduação, percebe-se um certo grau de idealização da instituição – que corresponde à imagem que ela faz de si – como defensora das liberdades e da democracia. Ocorre que há também um outro lado da São Francisco que só mencionado pelos professores que migraram para o Mackenzie e por aqueles que possuem outra atividade profissional, de um jeito ou de outro são docentes que romperam, em certa medida, com a “bolha” do universo da São Francisco.

*A gente encontra dentro da faculdade grupos favoráveis à ditadura e tinham até professores que tinham colaborado com a ditadura, então isso desagradava um pouco, você sentir que você tava lá no meio, não só de profissionais, professores que tinham dado uma colaboração na própria redação do AI5, mas também você ter alunos que adotavam uma posição política favorável à restrição das liberdades, a tudo que representava de ruim daqueles tempos da ditadura militar (E17, USP, 53 anos).*

*Agora a faculdade ali tem uma coisa que às vezes irrita um pouco que é uma autoglorificação de ficar contando a história meio torta. “Ah a casa das liberdades, nanana, o Direito que defende a democracia”, que não é bem verdade, você descobre depois que não é bem assim, pelo contrário, aquela faculdade apoiou a ditadura... apoiou as piores coisas que aconteceram nesse país também [...] essa autoglorificação me irritava e me irrita até hoje. Até hoje eu vejo isso lá na São Francisco... no Mackenzie eu vejo menos porque eu também não estudei lá tal, não percebo tanto né, [...] é meio forçação de barra, é querer recontar uma história bonitinha que não necessariamente foi bonitinha. E a São Francisco tem 190 anos então imagina um lugar que com 190 anos aconteceu de tudo e as pessoas gostam de contar só um lado, isso irrita (E11, USP e Mackenzie, 43 anos).*

Esse aspecto político negativo apareceu apenas na fala desses dois professores, um é sócio de um grande escritório de advocacia e o outro é professor da USP e do Mackenzie além de atuar como advogado e consultor. Esses dois exemplos revelam que quanto mais afastados os professores estão da instituição, ou quanto mais eles circulam por outros espaços, mais visível é o espírito de corpo da USP e, portanto, mais ele pode ser criticado. Todos os professores que fizeram a graduação na USP e não possuem outra função profissional para além da Academia enalteceram positivamente a vivência estudantil no Largo São Francisco, a única queixa trata da eventual ausência dos professores em sala de aula. Por outro lado, os docentes graduados na USP e que dão aula no Mackenzie relatam outras críticas à graduação:

*Acho que faculdade de Direito tem, é que meu, as classes são desunidas, tem muita briga, muita briga, então assim [...] eu tenho amigos de diferentes grupos, mas eu não tenho um grupão da sala [...] todo mundo se odiava e aí individualmente as pessoas se gostam, mas enquanto grupo era o pessoal do interior, o pessoal de São Paulo, pessoal do Pinheiro Neto*



*o pessoal do Mattos Filho, o pessoal do Tozzini [...] Era todo mundo passando a perna em todo mundo de maneira mais ou menos indireta. [...] É isso, tinha uma competição muito forte entre os alunos, não sei se era só na São Francisco* (E1, Mackenzie, 32 anos).

É interessante notar que quando questionados sobre o que mais gostaram e menos gostaram durante o curso de Direito, as respostas dos professores que fizeram a graduação em outras faculdades, que não a Faculdade de Direito da USP, tratavam das disciplinas, das áreas do Direito, do método pedagógico, do conteúdo, enfim, uma série de respostas ligadas ao curso de Direito em si e não à vivência, as amizades, e as experiências em geral que eles tiveram no período da graduação. Isso é um dado relevante por mostrar que uma das características da São Francisco continua sendo a formação dos estudantes fora da sala de aula, pois eles são marcados não só pelo conhecimento jurídico, mas por todas as atividades extracurriculares.

Quando analisamos o Mackenzie vemos que um dos professores, que também faz parte da Coordenação, apontou o espírito de corpo como uma característica de todos os cursos de Direito, como veremos a seguir, ele valoriza a identidade da instituição que se reproduz no aluno a ponto de não precisar perguntar em qual instituição ele cursa Direito, pois suas características particulares estariam tão inculcadas, que isso não precisaria ser dito.

*A faculdade, ela pode ter muitos defeitos, mas ela sempre vai ser a alma mater do aluno. Então aquele aluno, ele vai sempre... você consegue, ele não precisa nem falar que ele é do Mackenzie, porque ele... ele é do Mackenzie, ele é mackenzista. Então a gente enxerga, como um aluno da PUC, como um aluno da São Francisco. Quando você faz um mestrado você até pode adquirir algumas características, mas essencialmente você não tem como negar a tua alma mater, entendeu? Então isso é importante e algumas faculdades não estão preocupadas com isso* (E2, Mackenzie, 49 anos) (grifo meu).

Ao contrário dos professores da USP, esse docente tem que afirmar a importância da instituição na estrutura de seu corpo discente e ainda faz uma crítica às outras universidades que não têm a preocupação de transmitir a identidade da faculdade em seu alunato. Apesar disso, é importante ressaltar que esse mesmo professor me questionou “você é deles ou nossa?” quando o abordei para falar sobre a pesquisa e a possibilidade de entrevistá-lo. Ou seja, ele não identificou que eu era uma “mackenzista” e também não soube dizer se eu era uma aluna da São Francisco. Por essa razão e pela necessidade de verbalizar a força da estrutura institucional a todo o tempo é que se percebe que o espírito de corpo no Mackenzie não é tão forte quanto é o espírito de corpo na USP, pelo menos no nível docente.

## **5.6 Disputas no ensino jurídico: teoria com prática ou prática com teoria**

Assim como a trajetória docente foi descrita como um percurso tranquilo e muitas vezes natural, todos os docentes que exercem outra ocupação profissional (13 de 21) também não se queixaram sobre a conciliação das suas funções com a docência, pelo contrário, o discurso

recorrente é de que a Advocacia, Promotoria, Procuradoria e Magistratura completam a atividade docente e dão uma dimensão prática ao curso teórico, e vice-versa.

*Eu dedico muito tempo à Academia, mas também muito tempo à Consultoria, no meu caso eu acho que um retroalimenta o outro, a consultoria me dá acesso a dados reais, que eu transmito em sala de aula [...] Isso evita aquilo que muitos teóricos chamam de síndrome do encastelamento ou síndrome da torre de marfim, que são docentes que conhecem a teoria, mas pouco sabem sobre o mundo. [...] Mas eu reconheço também, que invariavelmente você tem escassez de tempo [...], mas no meu caso eu acho que eu equilíbrio muito bem (E7, Mackenzie, 37 anos).*

Essa visão de que o exercício profissional complementa à atividade docente não é unânime entre os entrevistados, pelo contrário, a questão da dedicação exclusiva parece ser um ponto de tensão entre os docentes e revela duas visões opostas do papel do curso de Direito. O trecho a seguir apresenta e condensa a visão adotada pelos professores contrários ao acúmulo de profissões por parte dos docentes:

*Você tem os professores que são esses que dão aula e fazem pesquisa e você tem os advogados que dão aula, advogado, juiz, promotor que dá aula, então assim, a parte de pesquisa deles é assim [...] A parte de pesquisa deles fica um pouco comprometida porque obviamente você não faz pesquisa e advoga ao mesmo tempo sem tá prejudicando uma das atividades (E15, USP, 57 anos).*

Essas visões distintas revelam diferentes definições de excelência jurídica reivindicadas por dois polos que lutam pelo monopólio de dizer o Direito. Como foi demonstrado, a amostra de entrevistados tanto no Mackenzie quanto na USP é, por um lado, dominante na medida em que eles fazem parte do corpo docente de duas instituições prestigiadas no que concerne ao ensino jurídico de São Paulo, além de muitos serem membros da Magistratura, Promotoria e Procuradoria; por outro lado eles são dominados na medida em que estão numa trajetória de ascensão social – e que, portanto, não possuem antiguidade no campo jurídico –, mas também porque eles reivindicam um uso “político” e “social” do Direito<sup>134</sup>. Se estivéssemos lidando com o polo tradicional do Direito, encontraríamos um discurso que reforça seu uso “neutralizado” para garantir a conservação do campo jurídico e do campo social.

A questão que se mostrou mais controversa nas entrevistas é a oposição entre o tratamento predominantemente científico e teórico do Direito e o seu tratamento teórico-aplicado no ensino jurídico. Se o curso de Direito parece estar mais próximo do campo político e social – diminuindo sua autonomia sobre seu objeto de estudo, seus métodos e o seu reconhecimento enquanto disciplina científica<sup>135</sup> – essa oposição se dá em torno principalmente da discussão sobre a dedicação exclusiva à docência, que aparece nesse contexto como defesa da autonomização da pesquisa jurídica. A disputa pelo monopólio de

---

<sup>134</sup> ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: Juristas e usos do direito*. Op Cit, p. 14.

<sup>135</sup>BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

dizer o Direito se dá, portanto, na defesa do que seria a base – prática-teórica ou teórica-científica – que sustenta o ensino jurídico e, conseqüentemente, em que termos e condições a produção acadêmica ocorre no Direito.

É ponto pacífico a preocupação com a produção acadêmica no Direito, todos os entrevistados acreditam que ela é essencial no nível docente. Porém, de um lado, defende-se a necessidade de promover o pensamento crítico e científico para elevar a qualidade da produção de conhecimento jurídico brasileiro; do outro lado, há uma maior preocupação em transmitir o conhecimento jurídico para que o bacharel em Direito possa aplicá-lo na carreira jurídica que ele vir a seguir. A análise sobre as entrevistas revela que os docentes da USP e os docentes do Mackenzie que fizeram a graduação ou a pós-graduação na São Francisco defendem uma abordagem mais teórica e crítica do Direito, enquanto o Mackenzie tende a valorizar uma abordagem aplicada. Muito embora se perceba uma correspondência entre as visões dos professores e as imagens que as instituições constroem de si, há disputas internas sobre o monopólio da definição de excelência jurídica que são travadas entre e intra frações dominadas e dominantes no interior dessa elite jurídica.

Quando questionados sobre a importância que atribuem à produção acadêmica e à prática do Direito, onze professores disseram considerar a primeira mais importante que a segunda, dentre eles nove construíram a trajetória acadêmica (graduação e/ou pós-graduação) na USP; hoje seis são professores da USP e 5 do Mackenzie. Seis docentes desse polo atuam em áreas jurídicas dominadas, tais como Direito Internacional (2), Direito do Trabalho (1), Direito Ambiental (1) e Filosofia do Direito (2), e quatro atuam em áreas dominantes, como o Direito Penal (3), Direito do Estado (1) e Direito Comercial (1). No polo que mais valoriza a prática do Direito, por sua vez, estão sete professores, sendo três do Mackenzie, dois da USP e os dois docentes das duas faculdades – quatro são graduados na São Francisco –; entre eles há cinco professores de áreas dominantes, tais como Direito Civil (2), Direito do Estado (2) e Direito Comercial (1), e apenas dois professores de áreas dominadas, Direito do Trabalho e Direito Internacional. Além disso, eles contam com três membros do corpo diretivo da faculdade de Direito do Mackenzie e um da USP. Por fim, há três professores, dois da faculdade privada e um da faculdade pública que não priorizam uma dimensão sobre a outra.

Como era de se esperar, apenas três professores com outra atuação profissional para além da docência considera a produção acadêmica mais importante que a prática jurídica, todos os outros oito professores desse grupo são exclusivamente acadêmicos. Por outro lado, todos os que defendem que o Direito aplicado no ensino jurídico é mais importante ou tão

importante quanto a produção acadêmica possuem alguma outra atuação profissional, principalmente na Advocacia e na Consultoria jurídica (7 de 10).

Os argumentos dos professores do polo acadêmico defendem que a produção e a pesquisa são fundamentais no ensino jurídico, pois geram reconhecimento social – em âmbito nacional e internacional, para a instituição – argumento mais frequente entre os professores do Mackenzie, como veremos nos dois trechos a seguir.

*O que vai fazer com que a universidade efetivamente ganhe cada vez mais prestígio é a produção acadêmica, produção científica é fundamental hoje em todos os sentidos, de fato ela mede, ela dá uma, ela é um dos indicadores que mede o impacto que a Academia, que a universidade tem lá fora e a melhor forma de fazer isso, uma das melhores formas é publicando (E3, Mackenzie, 45 anos).*

*[...] a produção acadêmica hoje... ela é uma exigência de toda a universidade. [...] Hoje os próprios órgãos de regulamentação e de controle exigem produção acadêmica, [...] ela primeiro é uma necessidade do professor, é... algo que a instituição exige dele o tempo todo né, e obviamente se ela for uma produção acadêmica de qualidade ela... proporciona inovações acadêmicas, ela proporciona conteúdo de pesquisa, então é importante de qualquer forma (E4, Mackenzie, 35 anos).*

Nos casos acima, o reconhecimento da atividade científica aparece como propulsor da pesquisa, produz-se para em vista do reconhecimento, logo, busca-se acumular capital simbólico por meio da pesquisa; desse modo a pesquisa não precisa gerar, necessariamente, capital científico, ela pode ser reconvertida em capital simbólico e isso já parece ser suficiente. Não há na fala desses professores qualquer indício de que deve haver uma transformação no ensino jurídico ou no próprio Direito; a pesquisa não precisaria ser crítica, ela precisa existir para manter a posição dominante da universidade como uma instituição de excelência. Além disso, esse mesmo polo critica a pesquisa ensaísta no Direito e estimula a pesquisa verdadeiramente científica, pois só assim seria possível produzir as inovações em Direito – argumento comum entre os docentes da USP e docentes do Mackenzie cuja formação foi realizada na USP. A fala dos professores a seguir traz a visão dos bastidores do modo de produção de conhecimento jurídico e a defesa de que seu reconhecimento não derive da simples publicação em si, mas sim da sua qualidade e relevância científica.

*Bom, a gente tá vivendo hoje um momento no Brasil de quantidade, quem produz em quantidade, nas revistas que são qualificadas com Qualis A, B [...] então a produção acadêmica dos professores, elas vão obedecer uma demanda que é feita pela avaliação. Só que deveria ser o inverso, quer dizer, a produção acadêmica, ela tem que ser resultado de uma pesquisa, ela tem que ser o resultado de uma trajetória. Então... eu acho importante os professores produzirem, mas eu acho importante os professores produzirem a partir de um projeto de pesquisa. A partir de algo que esteja estruturado e não você produzir pela demanda do mercado (E10, Mackenzie, 48 anos).*

*Pessoas que eu conheço e estudam, ou dizem que estudam, que escrevem e que publicam não tem preparo metodológico. [...] eu sou muito crítico à produção de conhecimento de Direito no Brasil, muito crítico [...] E me incomoda o fato de que tem muita gente que é aprovado em mestrado e doutorado, bancas que eu participo, nenhum orientador fala [...], mas todo mundo fica sem graça em reprovar. Esse é um bastidor que me incomoda muito porque isso é em escala exponencial, sei lá, se você aprova um mestrando para virar mestre e um doutorando que tá no doutorado, sem ter ferramenta científica, metodológico, a pessoa vai começar a formar outras pessoas sem metodologia, sem*

*pensamento científico, a produção vai continuar sendo ruim. [...] É tudo um grande ensaio [...] Pesquisa jurídica no Brasil em nada vai inserir o Brasil internacionalmente, em nada vai inserir o Brasil com diferencial, a gente só copia tanto a dogmática, quanto as normas, as visões críticas. A gente não faz nada de novo no Brasil, infelizmente (E1, Mackenzie, 32 anos).*

Como vimos, há uma denúncia, referente a falta de estruturação e de rigor metodológico, e um apelo pela transformação do processo de produção de conhecimento. Esses professores buscam primeiro o capital científico e assim o capital simbólico virá como consequência, e não o contrário. Além das críticas acima, há outras que denunciam principalmente a falta de raciocínio crítico não só na metodologia, mas no conteúdo jurídico produzido. As falas a seguir denunciam a falta de comprometimento com a pesquisa jurídica, principalmente por aqueles que por professores que acumulam funções profissionais.

*Esse tipo de professor pode ser comprometido com o ensino, mas ainda assim ter muitas outras coisas fora do ensino, seja na advocacia, seja em qualquer outra carreira pública de Direito... Esse ser híbrido não é algo que traz grande coisa no ensino jurídico, na minha opinião. Não que eu não ache que o ensino do Direito deva ser arejado com pessoas que venham da atividade prática do Direito, mas o absoluto domínio e hegemonia dessa figura, essa figura sendo responsável pela produção de ideias jurídicas... dessa figura não virá grande coisa em termos de criatividade, em termos de crítica, em termos de independência intelectual, poderá haver um certo arejamento [...], mas não a presença hegemônica desse grupo, e hoje continua sendo hegemônica, eu como professor de tempo integral sou, faço parte de um lastro de 10% da faculdade (E14, USP, 41 anos).*

*Como é que a gente toma contato com as novidades do Direito né, se você não faz pesquisa... a sua vivência profissional, então basicamente o advogado pelos seus casos, o juiz pelos casos que julga, o promotor pelos casos que acusa e assim por diante, mas isso é muito episódico, porque é muito circunstancial o que vai parar na sua mesa como juiz, o que vai parar no seu escritório como advogado, enquanto que na pesquisa você tem a liberdade de, tomando conhecimento do que existe, escolher qualquer coisa pra estudar e escolher o jeito mais apropriado e mais livre de refletir sobre aquilo [...] Então eu acho que não por acaso ciência é o motor da inovação e do conhecimento em qualquer área, eu acho que não tem porque ser diferente no Direito [...] Tirando o fato de que objetivamente, por questões regulatórias, as faculdades são ranqueadas por produção dos professores isso significa que você vai ter uma nota maior no programa de pós e vai receber mais dinheiro e recebendo mais dinheiro vai poder [...] fazer mais coisas, mais eventos (E18, USP, 39 anos).*

Os dois professores citados possuem o regime de dedicação exclusiva e – explicitamente ou implicitamente – defendem a expansão desse regime de trabalho no curso de Direito sob o argumento de que só os professores exclusivamente acadêmicos seriam capazes de produzir conhecimento jurídico de qualidade, com possibilidade de criar, criticar e inovar o que vem sendo produzido nesse campo. Se compararmos a fala do último professor com as falas dos professores que defendem principalmente o prestígio da pesquisa, percebe-se uma inversão dos princípios de valorização da atividade acadêmica: se lá o reconhecimento social da instituição e sua alta posição no ranking das universidades é o que guia a produção de conhecimento, agora isso é consequência de uma produção crítica da ciência jurídica, que vai gerar mais lucro simbólico para a instituição como um efeito secundário.

Apesar das diferentes motivações, os argumentos apresentados até aqui representam aqueles que defendem que a produção acadêmica é fundamental para o ensino jurídico e deve ser a base do curso de Direito, mesmo que eles também considerem a prática jurídica importante para dar uma dimensão real no estudo teórico, mas de forma complementar.

*O Direito é interessante [...] porque é ciência social aplicada né. Então o fato de eu ter um professor que além de ser professor, é um juiz, ou é um advogado traz pra dentro da carreira dele e traz inclusive pros seus alunos na universidade uma carga de realidade muito grande. Então eu não acho ruim não o acumular funções. É claro que tem que ter uma responsabilidade isso, quer dizer a faculdade não é um bico que eu faço só pra ter no meu cartão de visita que eu sou Professora da São Francisco e isso é legal, vai me fazer cobrar mais do meu cliente (E13, USP, 41 anos).*

*A maioria dos professores são também profissionais, a gente não conseguiu criar uma academia, uma... carreira de docente dedicada à pesquisa apenas, isso é uma exceção. [...] Dada essa circunstância, o ideal é que [...] o professor consiga traduzir a sua experiência profissional na docência e na pesquisa. [...] Hum, claro que às vezes esse perfil de professor, dificilmente ele vai ter tempo, que é um recurso escasso pra fazer uma pesquisa que vai se [...] dependente da demanda profissional que ele tem no momento. Então a profissão acaba pautando a pesquisa (E19, USP, 43 anos).*

Como os trechos acima demonstram, os professores desse grupo denunciam uma relativa incompatibilidade entre a atividade acadêmica e outras atividades jurídicas não só porque elas concorrem em relação ao tempo, mas também porque essas outras funções profissionais diminuem a autonomia do docente na medida em que circunscrevem seus temas e limitam sua postura crítica. Apesar disso, alguns agentes do polo acadêmico conseguem enxergar vantagens no professor que possui outra atuação profissional, desde que a atividade de pesquisa não seja comprometida e que o capital simbólico da atividade docente não sirva para conquistar clientes.

No polo profissional, por sua vez, também há professores que valorizam o ensino teórico do Direito, mas acreditam que ele seja insuficiente. Como já foi dito, os docentes desse grupo atuam principalmente nas áreas dominantes na hierarquia jurídica. Além disso todos eles possuem outra função profissional, afinal, seria contraditório se eles argumentassem que a aplicação do Direito é dispensável no nível docente. Embora sua estrutura de capitais seja relativamente a mesma, as disposições desses professores parecem ser mais guiadas pela ocupação de um cargo nas carreiras jurídicas do que pela instituição a que pertencem, ao contrário do polo acadêmico. Seus argumentos defendem a necessidade primordial de trazer a prática para o curso jurídico a fim proporcionar um senso de realidade ao curso.

*Eu acho a prática muito importante né, não dá pra gente pensar na formação integral de um estudante de Direito apenas com as bases teóricas. Por quê? Porque é aquilo, o Direito ele é aplicado na sociedade, ele existe por conta das pessoas, então é importante a gente verificar no dia a dia como é que aquele Direito está sendo aplicado. Eu não posso imaginar por exemplo alguém sair da faculdade sem ter visto o funcionamento do processo na prática [...] você tem que ter essa experiência prática [...] Isso tudo é fundamental pra uma formação mais complexa e que a gente vai perceber no Exame de Ordem, na OAB [...] Se você não teve uma formação prática, não fez um bom estágio,*

*certamente você vai ter muito mais dificuldade pra lidar com isso no momento desse exame e depois na vida profissional também* (E17, USP, 53 anos).

Essa fala do professor de uma área dominada – Direito do Trabalho – demonstra uma visão dominada do ensino jurídico, qual seja a ênfase no Exame da Ordem dos Advogados no Brasil, que enaltece apenas o conhecimento jurídico adquirido durante o curso, sem que se possa mobilizar os outros capitais herdados, capitais não escolares. Para além dessa preocupação, a seguir veremos três outros argumentos de professores desse mesmo polo: o primeiro reivindica a conexão com a comunidade social; o segundo diz que a prática dá sentido e motivação ao estudo teórico; o terceiro acredita que a prática jurídica é uma exigência social.

*Eu até acho que o professor não deveria ficar apenas e tão somente como professor [...] eu sou contrária ao professor que tão somente se dedica à docência, porque acaba ficando numa estratosfera sem ter contato com o que acontece efetivamente na comunidade social, com os problemas, com as demandas da comunidade social* (E12, USP e Mackenzie, 70 anos).

*Ela mostra que faz sentido você aprender a teoria. Porque às vezes você fica muito no aspecto teórico e o aluno fala assim 'ah, mas pra que que eu vou usar isso?' Então quando você mostra que ele vai usar, que é uma coisa que é cabível e que é uma coisa que precisa ser incentivada e precisa ser provada eu acho que faz sentido pra ele né, ele se sente motivado pra estudar* (E8, Mackenzie, 44 anos).

*Fundamental, [...] eu acho que a práxis ela é importante, faz parte do curso. O aluno quando entra ele tem que ter a certeza de que ele vai ter práxis... Houve um tempo em que o estágio não era obrigatório, o estágio é obrigatório. Então isso é uma questão da sociedade, então não é uma questão apenas de orientação profissional na faculdade, é algo que vai além, então a própria sociedade tá enxergando que isso é importante, tanto que é uma exigência do MEC* (E2, Mackenzie, 49 anos).

Assim como alguns professores do Mackenzie defendiam a produção acadêmica em razão do reconhecimento social da instituição, a fala do professor do Mackenzie acima também revela que a importância da prática como uma exigência reconhecida socialmente e institucionalmente pelo órgão regulador das universidades. Sendo assim, o seu argumento não está vinculado apenas à formação jurídica do aluno, mas à satisfação das demandas da sociedade e do Ministério da Educação.

Há também professores desse grupo de profissionais que têm uma opinião mais equilibrada sobre o tema, embora o peso maior ainda seja atribuído à necessidade do Direito aplicado e da experiência na prática jurídica. Se há docentes que defendem a existência de perfis diferentes de professores – *Nós temos aquele professor [...] que gosta de ensinar e não gosta muito de pesquisar e de escrever, e tem aquele professor que, por outro lado, não gosta muito da sala de aula e gosta mesmo de pesquisar e de escrever* (E21, USP, 59 anos) –, o trecho a seguir demonstra que, na verdade, essa variação deve acontecer segundo as áreas do Direito, pois haveria áreas mais propícias para a atuação de professores exclusivamente acadêmicos, mas não são todas.

*Lógico, deve ter professores de dedicação exclusiva, em algumas áreas é bom, mas eles não... o Direito não dá pra ficar reduzido só à dedicação exclusiva, por que? Porque ele é uma ciência social aplicada. É... você não estuda a arte pela arte, é claro, você pode estudar a questão filosófica e ficar*

*nisso, não tem problema nenhum, é até legal, eu prefiro, eu gosto, mas ele também é uma forma de solucionar questões. E isso é o dia a dia, né, seja como juiz, seja como advogado, seja como promotor, com delegado, como o que for, são formas de tentar solucionar questões da realidade. E o Direito é vivo, nesse sentido, faz parte da sociedade, vai solucionar de um jeito ou de outro e isso é a riqueza, você trazer essas riquezas também pra... pra sala de aula também é importante. Não pode ser menosprezado, tudo bem, não é tão chique, tão elegante talvez quanto refletir sobre uma teoria sofisticadíssima, mas é importante também. Eu acho que tem espaço pros dois, não pode ser só um nem só o outro. E o que a gente vê muitas vezes é o radicalismo, “ah não, o Direito é prático, o resto é conversa mole” ou “ah não, o Direito tem que ser só reflexão e o resto é só um monte de juiz, advogado que não tem mais o que fazer e quer dar uma aula aqui pra dizer que é professor”. [...] Porque tinha um discurso muito forte lá da exclusividade da docência e não dá certo porque perde o pé com a realidade (E11, USP e Mackenzie, 43 anos) (grifo meu).*

O trecho extraído da entrevista acima aponta a associação entre o estudo na área da Filosofia do Direito com o estudo da arte pela arte. Essa é uma visão relativamente comum que os juristas têm da Filosofia, pois é uma matéria muito hermética e teórica e pouco rentável do ponto de vista financeiro; sendo assim, ela é uma área jurídica dominante intelectualmente e dominada temporalmente. O docente também revela que nesse campo o “chique” é desenvolver ou refletir sobre uma “teoria sofisticadíssima”, indicando que essa é uma disposição dominante no campo científico. Contudo, como o Direito é uma área muito pouco autônoma no campo universitário por receber muitas influências do arbitrário social e pela frequente atuação de seus membros no campo social, o que é dominante do ponto de vista intelectual e científico, é dominado socialmente. Isso indica que os professores do polo acadêmico, apesar de não possuírem alto poder universitário, são dotados de um capital científico e de um capital simbólico que os docentes do polo profissional, por exercerem outras atividades, não conseguem conquistar dentro deste campo, mas tão somente no campo social.

Ademais, a oposição entre o polo acadêmico e o polo profissional não se restringe às opiniões sobre a produção acadêmica e a prática no Direito, ao serem questionados sobre a função do professor de Direito, as respostas se dividiram em três categorias: o crítico e reflexivo; o preocupado com a sociedade e, por fim, o transmissor do conhecimento jurídico. A primeira categoria conta com dez professores, entre eles oito são do polo acadêmico e dois são do polo profissional, sendo que todos eles passaram pela São Francisco durante a trajetória acadêmica. Ou seja, se esses professores inculcam uma postura crítica em seus estudantes, possivelmente eles foram socializados dessa forma e agora reproduzem o mesmo padrão. Percebe-se então que as suas posições estão ajustadas com as disposições inculcadas pela universidade, que por vezes define o papel de professor:

*Se eu provo o tempo inteiro reflexão, se eu provo o tempo inteiro o refletir sobre a realidade, eu produzo pensadores, não só operadores. Isso é importante, isso é um traço da São Francisco também, formar alunos no sentido de liderança e de produção de conhecimento, de pensar. E alunos com sensibilidade social né, não dá pra exercer o Direito sem ter sensibilidade social, quer dizer, decorando norma. Então eu acho que esse papel é o grande papel do professor [...] fazer do seu*



*aluno, qualquer que seja ele, um pesquisador. Não pesquisador no sentido acadêmico, pesquisador no sentido jurídico [...] então eu tenho que desenvolver no aluno o raciocínio jurídico, raciocínio jurídico passa por tudo isso, por responsabilidade social, por sociabilidade social, por raciocínio reflexivo (E13, USP, 41 anos).*

A maior parte dos docentes do polo acadêmico encontram-se nesse primeiro grupo. Ora, valorizar e investir na produção acadêmica no Direito implica quase que necessariamente uma visão reflexiva e não passiva sobre o objeto de estudo jurídico; o capital científico é acumulado a partir dessa disposição crítica. Além disso, a professora acima sinaliza que a USP também forma juristas para estarem próximos do polo do poder, do polo decisório e assim eles podem acumular prestígio social e capital jurídico no mundo social. O trecho acima evoca os dois tipos desejados de bacharel da São Francisco: a grande figura pública do polo temporal e o reconhecido doutrinador intelectual.

O mesmo trecho anterior também revela uma preocupação com a sensibilização social, característica principal da segunda função que se atribui ao professor do Direito. Essa preocupação com o social apareceu em vários momentos principalmente nas entrevistas com mulheres. Isso indica que, assim como essa é uma motivação relevante apontada pelas alunas ingressantes, as mulheres professoras continuam sendo porta-vozes das preocupações “sociais”. Esses docentes que enfatizam a responsabilidade social do Direito são dois do polo acadêmico, dois do polo profissional e um docente não está em nenhum deles. Todavia, é interessante notar que a preocupação ética do professor e o seu dever de responsabilidade social aparece nas falas de professores do Mackenzie e da USP de maneiras bem diferentes:

*É um inspirador porque ele tem uma função ética, ele tem uma função acadêmica, ele tem um dever ético de outorgar pra você o melhor [...] não importa se ele tá aqui no Mackenzie ou se ele tá lá no largo São Francisco ou se ele tá na PUC ou se ele tá na Uni alguma coisa. [...] Agora, mais do que isso, ele é um paradigma, ele é um inspirador e ele é um modelo [...] Então ele tem que ser uma pessoa não só proba, mas de conduta ilibada e profundamente ético, na relação com o aluno, na relação com a instituição. [...] Ele tem que jogar num time coletivo, então o professor ele não tá sozinho, ele faz parte de um todo. [...] ele não pode inventar então, as regras são sempre da universidade, não do professor, o que o professor faz é uma particularidade do sistema de avaliação dele, mas ele jamais pode contrariar o todo maior que é o da universidade. (E2, Mackenzie, 49 anos) (grifo meu).*

*Apresentar [...] o que de melhor eu posso oferecer pra formação intelectual delas pra que elas possam depois pegar isso e fazer com isso o que quer que melhor convém aos seus planos pessoais de vida [...] E eu acho fundamental assim que o professor se enxergue como uma parte importante do processo de construção de autonomia científica e intelectual daquela pessoa na sua área. [...] Tem gente que tem assim gerações de advogadas e advogados na mesma família, tem gente que, como eu, nunca teve né... ninguém da área jurídica na família e essa pessoa chegar aqui nesse mundo tão hermético, tão cheio dos seus códigos e dos seus símbolos e da sua linguagem como é o Direito e se sentir parte desse mundo não é um negócio trivial. [...] O professor pode ter um papel em conseguir mostrar pros seus alunos que existem múltiplos modos de você se inserir neste mundo e se apropriar da enormidade de coisas que o Direito tem a oferecer, seja em termos de áreas, seja em termos de carreiras pra que as pessoas consigam se enxergar dentro deste universo (E18, USP, 39 anos).*

Os dois professores anteriores, o primeiro do Mackenzie, do polo profissional, e o segundo da USP, do polo acadêmico, começaram suas respostas sobre a função do professor de Direito da mesma maneira: o professor deve dar o melhor para o aluno. Todavia, a fundamentação que se segue é oposta, na primeira fala, a função ética do professor deve ser respeitada porque ele é o representante da universidade: a responsabilidade e o compromisso maior deve ser com a instituição e com os seus pares, com o “coletivo”, e sua autonomia é explicitamente limitada às regras da universidade. Na segunda fala, por sua vez, a responsabilidade do professor é pautada na fundamentação contrária, ele tem autonomia científica e é o responsável por sua construção. Notadamente, sabe-se que há uma série de limitações impostas aos professores da USP – como a remuneração defasada: *“Eu acho que hoje o salário da USP deveria ser um pouco melhor”* (E21, USP, 59 anos) e a falta de infraestrutura *“falta uma estrutura física, um apoio e incentivos para os professores ficarem na faculdade”* (E19, USP, 43 anos) –, contudo o discurso sobre a liberdade de cátedra é tão forte desde que eles eram estudantes que seu *habitus* reproduz essa disposição incorporada.

Outra oposição observada nos trechos acima consiste na valorização do compromisso do professor com a universidade, de um lado, e na preocupação do compromisso com os alunos, do outro lado. Mais do que isso, o sentimento de pertencimento do aluno na universidade aparece sob a responsabilidade do docente. Isso demonstra a força do espírito de corpo da faculdade, uma força que expurga aqueles que não possuem os predicados esperados pela instituição. Diante disso, cabe ao professor moldar os alunos para que eles façam um cálculo, mesmo que inconsciente, para que percebam qual a melhor posição que eles podem ocupar no futuro de acordo com a estrutura de capitais e as disposições que possuem no presente. Se lhes falta capital social e antiguidade no Direito, como foi o exemplo dado pelo docente da USP, ainda assim há áreas e carreiras que podem acolhê-los – embora saibamos que provavelmente essas áreas e carreiras alternativas sejam dominadas na hierarquia jurídica.

Por fim, a terceira e última função destacada do professor de Direito atribui a ele, principalmente, o dever de transmitir o conhecimento jurídico. Apenas os professores do polo profissional têm essa visão, eles são cinco docentes (dois do Mackenzie, um da USP e dois de ambas as faculdades). O trecho a seguir exprime a posição deste grupo:

*Você expõe correntes, você expõe tendências, você tem que dar o instrumental pro aluno depois poder por si só aprofundar ou achar que aquilo não tem tanta importância pra ele e não precisar voltar naquilo, mas ele saber que existe aquilo. Eu acho que tem que dar a capacidade da pessoa poder utilizar aquele instrumental, você não vai resolver o problema dele* (E11, USP e Mackenzie, 43 anos).

Ora, se a prioridade dos professores do polo profissional é justamente a aplicação prática do Direito, não é surpresa que a função do professor de Direito seja justamente a transmissão

do arsenal instrumental para a atuação do estudante nas diversas carreiras jurídicas. Verifica-se aqui uma clara adequação entre a disposição profissional e a posição desses profissionais jurídicos. O mesmo ocorre quando se avalia as concepções de aula ideal segundo os docentes:

*Eu acho que a ideia é passar algumas informações principais [...] passar as informações de uma maneira objetiva [...] mostrar a aplicabilidade prática nisso, então assim, muito importante, eu mostro casos da OAB, casos práticos, pra ele ver que o que ele tá aprendendo na teoria é exatamente o que ele aprende na prática, o que ele vai ter que vivenciar na prática [...] Então uma aula em que ele consiga trabalhar com a parte teórica e também com a parte prática (E8, Mackenzie, 44 anos).*

*Olha eu acho que hoje o grande desafio é você entender um pouco o que o aluno quer consumir. O aluno hoje quer consumir algo que dialogue com a realidade, estimular o desenvolvimento de respostas. Então acredito que as aulas tenham que ter uma preocupação de promover esse diálogo com a realidade o tempo inteiro... (E3, Mackenzie, 45 anos).*

Os dois trechos anteriores retratam a opinião de sete professores do polo profissional e três professores do polo acadêmico – cinco pertencem ao Mackenzie, dois à USP e dois aos dois cursos – que acreditam que as aulas no curso jurídico devem seguir o modelo tradicional, com foco na transmissão do conhecimento. Nota-se uma preocupação em relação ao que o aluno espera do curso jurídico, neste caso é o professor quem deve se adequar para atender às demandas dos estudantes. Além disso, novamente se percebe uma preocupação muito grande com a prática e com o sucesso profissional do aluno nas carreiras jurídicas – um dos objetivos da aula é transmitir conhecimento para que ele passe na OAB – e quando se tenta fugir desse padrão tradicional é possível encontrar resistência dos alunos e dos professores: “as vezes cê tem o objetivo de formar alunos críticos, mas eles querem aprender só aquilo que cai na OAB, as vezes cê quer fazer uma aula crítica, o aluno quer crítica, mas a instituição quer que você faça índices pra OAB, ou pro ENADE, ou sei lá o quê” (E1, Mackenzie, 32 anos).

Contrários às aulas tradicionais, há um grupo de docentes entusiastas do método participativo e da aula dialogada, que conta com seis professores do polo acadêmico e três docentes do polo profissional. A argumentação desse grupo critica a “pedagogia tombada” e defende uma aula mais reflexiva e dialogada, como se pode perceber a seguir:

*Eu não sei se você já entrou nas salas da graduação aqui do prédio velho, mas assim, é Coimbra do século XIX, você tem aquelas cadeiras presas no chão com um palco, um tablado onde fica a mesa e o professor fica lá vomitando saber, é... eu acho péssimo isso daí né. E assim, isso precisaria reformar fisicamente a sala pra poder, porque eu acho assim: a estrutura da sala importa. [...] Agora aqui as salas têm essa estrutura tradicional o que acaba, de certa forma, o prédio é tombado e a pedagogia é tombada junto. Você acaba tendo uma pedagogia velha por causa disso né (E15, USP, 57 anos).*

*Eu fui muito formada assim na São Francisco: pra conceito, eu leio o livro e aprendo muito mais do que numa aula [...] Hoje os alunos têm acesso a livros do mundo inteiro, então, eu vou repetir livro em aula? Vou repetir conceito em aula? Então como é que tem que ser uma aula? Tem que ser uma aula muito reflexiva né... Uma aula que traga a reflexão sobre esses conceitos, não os conceitos, mas a reflexão sobre eles e uma visão de aplicação prática. Então a aula tem que ser muito participativa, muito provocativa. Os alunos têm que pensar o porquê dos conceitos, por que que aquilo é assim? [...] Mas isso evoca muito diálogo, então a aula tem que ser uma aula muito dialogada né.*

*Aquela aula expositiva que cê fica duas horas falando e os alunos escrevendo tá errado, quer dizer, metodologicamente não vai funcionar bem* (E13, USP, 41 anos).

Esse ideal de estudante reflexivo que a São Francisco inculcou em seus estudantes continua sendo reproduzida pelos docentes atualmente. Apesar disso as queixas mais frequentes dos professores oriundos da USP tratam da ausência de seus professores e da reprodução de conceitos em sala de aula *“O que eu menos gostei foram as aulas de professores que liam fichas né”* (E10, Mackenzie, 48 anos), e *“aulas assim pouco interessantes na medida em que o professor simplesmente reproduzia... não, não estimulava debates em sala de aula, simplesmente ia lá e lia o código ou tinha o livro dele 'ah esse é meu livro e tal, leiam’”* (E21, USP, 59 anos). Há, portanto, uma tentativa, mesmo que inconsciente, de manter a imagem romântica da São Francisco como o espaço de reflexão jurídica por excelência.

Esse espírito de corpo da São Francisco também surge ao exprimir as expectativas que os professores têm em relação aos estudantes de Direito. Oito docentes do polo acadêmico e dois do polo profissional priorizam a vivência estudantil dentro, mas também fora da sala de aula, tendência que pode ser considerada uma herança do bacharelismo imperial atrelada à disposição reflexiva e crítica exigida pelos defensores da produção acadêmica:

*Eu espero uma postura que não seja uma postura comodista de simplesmente reproduzir o estado de coisas, né. Que tenha uma visão crítica [...]além desse estado de coisas* (E19, USP, 43 anos).

*O aluno bom, é aquele que justamente vai se interessar, que vai ler outros textos a mais do que foi proposto [...] que vai trazer novos questionamentos [...] Os cursos de extensão, a iniciação científica, [...] faça tudo que a universidade pode lhe dar [...] Deixa o estágio pro quarto e quinto ano e os três primeiros anos focaliza, estuda, e faça uma iniciação científica. Eu acho que isso ajuda muito o aluno a ter mais instrumental [...] até pra aprender a estudar, [...]colocar suas ideias, [...] ter um discernimento maior em termos de autores, em termos de posicionamentos* (E10, Mackenzie, 48 anos).

Há professores, entretanto, que esperam apenas que seus estudantes dominem o conhecimento jurídico. Na opinião deles – cinco do polo profissional e dois do polo acadêmico – as expectativas ficam limitadas à sala de aula sob a justificativa de que o que é ensinado em classe é suficiente para a atuação em outras carreiras jurídicas no futuro: *“Ah eu espero que ele tenha absorvido o conteúdo e que ele tenha certeza que o Direito não é apenas um conjunto de regras secas e que ele saiba fazer uma excelente interpretação”* (E2, Mackenzie, 49 anos).

Apresentadas as visões dos entrevistados sobre o ensino jurídico, nota-se que a polarização entre prática e teoria repercute em praticamente todos os aspectos e que essas disposições mais favoráveis ao ensino teórico ou prático são correlacionadas não à origem social dos docentes, mas à faculdade de origem. Apesar de haver certa hibridização, os docentes que passaram pela USP demonstram ser mais inclinados às representações teóricas do Direito enquanto os professores que passaram por outras universidades, sendo que muitos dão aula no Mackenzie, apropriam-se do discurso que engrandece a prática jurídica.

## Considerações Finais

Ao final do presente Trabalho de Conclusão de Curso ficou evidente que as representações da Faculdade de Direito do Mackenzie e da Faculdade de Direito da USP são muito mais distintivas do que suas práticas propriamente ditas. A análise das matrizes curriculares revelou que não há diferenças marcantes na distribuição de áreas jurídicas nos dois cursos. Além disso, a valorização de certas áreas jurídicas pelas faculdades foi inculcada nos alunos do Mackenzie e da USP e se fizeram reconhecer, como revela o alto número de TCCs produzidos nas áreas de Direito do Estado e Direito Civil, áreas juridicamente dominantes. O que gera a oposição entre os dois cursos, portanto, é o “espírito de corpo” dessas duas faculdades, estes sim parecem ser antagônicos.

Segundo Bourdieu, os profissionais do Direito se dividem entre “teóricos” e “práticos” que, em última instância, se complementam<sup>136</sup>. Podemos pensar essa divisão e complementariedade não só em relação aos agentes, mas também em relação às instituições de ensino presentes neste campo. A inclinação a um lado ou a outro varia não só de acordo com a posição que as instituições ocupam na hierarquia interna do campo jurídico e universitário, mas também com a posição de sua clientela na hierarquia social. O questionário aplicado aponta essa correlação na medida em que, apesar da grande maioria dos estudantes do Mackenzie e da USP possuir alto volume de capital econômico e de capital cultural – embora tenha havido alguma ampliação do recrutamento social de seus públicos – os estudantes da São Francisco possuem ainda maior volume desses dois capitais, mas principalmente de capital cultural. Sendo assim, o Mackenzie, que parece estar mais próximo do “polo prático-profissional”, recruta estudantes que ainda buscam consolidar sua posição social por meio do acúmulo de capital econômico, enquanto a USP, que está, em tese, no “polo teórico-acadêmico”, recruta alunos que já não precisam se preocupar com este capital, investindo principalmente em investimento cultural. Além disso, o estudo sobre o corpo docente dessas instituições mostra que – a despeito de terem grande parcela de professores atuando em outras carreiras jurídicas –, na USP o corpo docente conta com maior qualificação acadêmica do que o Mackenzie.

Sendo assim, notou-se nas entrevistas uma cisão entre os defensores da produção acadêmica como o centro do ensino jurídico e os defensores da aplicação do Direito como sendo o objetivo central do curso. Historicamente e tradicionalmente o polo profissional têm sido dominante em relação ao polo acadêmico, contudo, os cursos de Direito da USP

---

<sup>136</sup> BOURDIEU, Pierre. “A força do direito”. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. op. cit.

e do Mackenzie estão passando por algumas reformulações que podem ou não direcioná-los a uma mudança de paradigma. Seria interessante que próximos estudos na área do ensino jurídico captassem a oposição entre o polo mais tradicional de professores da São Francisco e do Mackenzie, aqueles oriundos das elites e com antiguidade no campo do Direito, e os professores entrevistados na presente pesquisa, que fazem parte de um polo diversificado. Assim, seria possível verificar se também há no polo tradicional uma fração que incentiva mais a produção acadêmica e outra que defende mais a atuação profissional, ou se, ao contrário, o polo tradicional é de fato mais homogêneo.

Vale ressaltar que há algumas mudanças recentes nos cursos de Direito estudados que infelizmente não puderam ser analisadas devido à limitação de tempo e extensão do presente trabalho, ainda assim é importante lembrar que o curso de Direito da USP aprovou o programa de cotas para 50% de suas vagas no corpo discente a partir de 2017. Com essa nova forma de ingresso no Largo São Francisco, os próximos estudos devem verificar se há uma mudança no perfil do estudante de Direito e, se sim, quais adaptações e adequações serão feitas para mantê-los ali. Além disso, os cursos de Direito da USP e do Mackenzie passaram por uma reforma a fim de alterar seus respectivos programas curriculares, que também não puderam ser analisados com afinco.

Como vimos na primeira etapa dessa pesquisa, a grade curricular do Mackenzie era completamente fechada do primeiro ao quinto ano de curso, a única liberdade que o aluno tinha era a de optar por um núcleo jurídico no último semestre do curso, apenas. Com a reforma do programa curricular, o Mackenzie ampliou, ainda timidamente, a liberdade do aluno, pois foram criadas sete disciplinas optativas no curso jurídico entre as quais o aluno deve escolher alguma delas; além disso ele deve optar uma disciplina de outro curso, de outra faculdade da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ademais, foi implantado o modelo de clínicas de Direito – modelo originalmente norte-americano e que foi importado pelo Mackenzie – para que os alunos sejam obrigados a ter a experiência da prática jurídica durante a graduação, além de promover uma aproximação entre a instituição e a comunidade social. Na USP, por sua vez, a reforma do programa curricular diminuiu o tempo do aluno em sala de aula e transformou algumas matérias obrigatórias em matérias facultativas, além de aumentar a oferta de novas disciplinas de modo que o aluno tenha ainda mais liberdade para montar o seu próprio curso de Direito. As disciplinas optativas são oferecidas desde o início do curso, primeiro semestre, para que a partir do quarto ano o aluno tenha apenas disciplinas facultativas na sua grade horária.

Alguns professores se mostraram contrários às reformas durante as entrevistas, e outros se mostraram grandes entusiastas; em geral, a recepção foi mais positiva do que negativa. Para entendermos as disposições dessas faculdades de Direito e a trajetória que estão trilhando atualmente, seria necessário analisar quais interesses elas buscam atender. É importante frisar que as duas reformas dos programas curriculares foram implementadas no mesmo ano, portanto, uma pergunta que se deve fazer é se isso ocorreu coincidentemente ou se há uma demanda jurídica, política ou social que ultrapassa às Faculdades de Direito em si e que exijam delas atualizações no ensino jurídico. Para tanto, deve-se verificar se outros cursos de Direito também sofreram reforma em seus programas curriculares no mesmo período. O estudo sobre outros cursos jurídicos possivelmente dominados seria interessante também para perceber se as oposições e as disputas encontradas entre os dois cursos jurídicos de excelência estudados, o da USP e do Mackenzie, aparecem em faculdades dominadas em matéria de ensino de Direito.

Diante da breve apresentação superficial das reformas dos cursos de Direito do Mackenzie e da USP, uma hipótese para explicar o relativo abandono da tradição do ensino jurídico é a grande proximidade entre o campo do Direito e o campo político – que existe desde a sua criação –, pois o Direito pode estar cada vez mais perdendo sua autonomia e sofrendo um processo de vulgarização. Essa possível desmoralização do Direito parece ser refletida também no ensino jurídico uma vez que, por ser muito próximo do polo temporal, seu declínio de capital simbólico acumulado no campo social também é reduzido no campo universitário, devido a sua pouca autonomia. Consequentemente, mesmos os cursos jurídicos mais tradicionais podem perder não só o controle sobre o direito de entrada, ampliando o recrutamento de seus membros, como também o controle sobre a força da tradição, transformando seu ensino.

Outra hipótese que pode explicar essas mudanças no ensino jurídico das duas faculdades é que, na verdade, ampliação de seu recrutamento social é mínima e que, portanto, a USP e o Mackenzie continuam funcionando como redutos da elite, e a verdadeira mudança é que se antes a proximidade do Direito era maior com o campo político, agora é maior com o campo econômico. Não são mais unicamente os filhos, sobrinhos, primos e amigos de políticos e de juristas que vão ingressar na São Francisco, mas sim aqueles que detém capital econômico, então, os filhos de empresários, de médicos, de engenheiros e também de advogados vão se interessar por esse curso. A alta porcentagem de alunos que pretendem seguir a Advocacia e de professores que atuam nessa carreira jurídica indica que há uma aproximação do Direito com o mercado de

trabalho na esfera privada. A fala de uma professora do Mackenzie sobre a reforma aponta justamente isso: *“Eu acho que o Mackenzie tentou se adequar um pouco ao que tá no mercado segurando algumas pontas para continuar com um curso de excelência, eu diria que é mais ou menos por aí que eu entendi essa reforma”* (E10, Mackenzie, 48 anos).

Não obstante, para verificar se essas hipóteses têm fundamento e se estão corretas, é necessário que se faça uma análise sociológica numa perspectiva histórica com vistas a reconstruir as relações entre o ensino jurídico e os campos político e econômico, além de investigar se há de fato um processo de vulgarização e perda de capital simbólico do campo jurídico e, finalmente, investigar como essas possíveis mudanças se traduzem não só nos cursos de Direito de excelência, mas também nos cursos jurídicos dominados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. São Paulo. 2010

BERTOLIN, Patricia Tuma Martins. *Mulheres na Advocacia: padrões masculinos de carreira ou teto de vidro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017

BONELLI, Maria da Gloria. Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade. São Paulo , v. 47, n. 163, p. 94-120, Mar. 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742017000100094&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100094&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 07 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Profissionalismo, gênero e significados da diferença na justiça estadual e federal em São Paulo. In: *Profissionalismo, gênero e diferença nas carreiras jurídicas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2013, pp. 13-35.

BONELLI, Maria da Gloria e outros. *Profissões jurídicas, identidades e imagem pública*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura*. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. “Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento” In: MICELI, Sergio (org.). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1967], pp. 203-229.

\_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015, pp. 78-82.

\_\_\_\_\_. *Homo Academicus*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013

\_\_\_\_\_. “A força do direito”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.209-254.

\_\_\_\_\_. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”; “os três tipos de capital cultural”, “O diploma e o cargo: relações entre os sistema de produção e o Sistema de reprodução”. In: CATANI, Afrânio e NOGUEIRA, Maria Alice. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

\_\_\_\_\_. “Algumas propriedades dos Campos”. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

\_\_\_\_\_. “Campo do Poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. “Um mundo à parte”. In: Bourdieu, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa, Edições 70, 2008, p.58

CHRISTOPHE, Charle. Paris/Berlim: ensaio de comparação entre duas universidades centrais, *Histoire de l'éducation*, nº62, 1994, p. 75-109.

\_\_\_\_\_. “Nascimento dos Intelectuais Contemporâneos – 1860-1898”. Trad. Maria Bastos. In. História da Educação. ASPHE/FAE/UFPEL. Pelotas, n. 14, pp. 141-156.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). Disponível em:

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs05\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_01.htm)>.

ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: Juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006

FAGUER, Jean-Pierre. Os efeitos de uma "educação total": um colégio jesuíta, 1960. Educ. Soc. [online]. 1997, vol.18, n.58, pp.9-53.

GASPAR, Raísa Yasmin Ranzani. *O uso de Bourdieu na análise do campo jurídico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso, EFLCH-UNIFESP, 2014.

LIMONGI, Fernando P. “Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, pp. 111-187.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 443-481

MICELI, Sergio. “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930 – 1964)”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, pp. 72-110.

MORAES, João Quartim de. “Na Maria Antonia dos anos 60: a reforma da filosofia e a revanche dos golpistas”. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, pp.106-113.

PEROSA, Graziela. Três escolas para meninas. Março de 2005. 245 f. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 2005.

PEROSA, Graziela Serroni; COSTA, Taline de Lima e. Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n. 130, p.117-137, Março de 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3302015000100117&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3302015000100117&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 16 de maio de 2017

PEROSA, Graziela Serroni; LEBARON, Frédéric; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. O espaço das desigualdades educativas no município de São Paulo. Pro-Posições, Campinas, v.26, n.2, p. 99-118, Agosto de 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-730720150002000099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-730720150002000099&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 16 de maio de 2017

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. Rua Maria Antônia. Memorial da Resistência. Disponível em:

<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/Upload/file/lugares-da-memoria/maria%20antonia.pdf> (Acesso em: 25/04/2015).

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) (1998). *Pierre Bourdieu. Escritos em Educação*. Petrópolis: Vozes

PULICI, Carolina. “De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969”. *Perspectivas*, vol. 31, 2007, pp. 97-120.

\_\_\_\_\_. *Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950/60*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008

RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães: A comunidade Acadêmica Alemã, 1980-1933*. São Paulo, Edusp, 2000.

ROSEK, Marli & SATIN, Janaína Rigo. “As primeiras faculdades de direito e seu papel na formação das instituições jurídico-políticas brasileiras: uma escola para manutenção do poder”. Funjab, disponível em (acesso em 03/05/2015): <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uninove/livro.php?gt=25>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “Rua Maria Antônia 1ª”. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, pp. 102-105.

## ANEXOS

### A) Questionário

#### TRAJETÓRIA SOCIAL E ANTECEDENTES FAMILIARES

1. **Gênero:** ☐ Feminino ☐ Masculino
2. **Idade:** \_\_\_\_\_
3. **Raça:** ☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Amarela ☐ Indígena
4. **Onde você nasceu? (Assinale apenas uma alternativa)**  
☐ São Paulo, capital  
☐ Grande São Paulo  
☐ Cidade do Interior de São Paulo  
☐ Cidade de outro Estado/País, qual? \_\_\_\_\_
5. **Onde você morava antes de ingressar na Universidade?**  
Cidade: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_
6. **Onde você vive atualmente?**  
Cidade: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_
7. **O imóvel em que você mora é:** ☐ próprio ☐ alugado ☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_
8. **Qual sua situação atual de moradia? (Assinale apenas uma alternativa)**  
☐ Em casa ou apartamento, com sua família.  
☐ Em casa ou apartamento, sozinho(a).  
☐ Em casa/apto, mantidos pela família para moradia do estudante  
☐ Em quarto ou cômodo, sozinho(a).  
☐ República  
☐ Em casa de outros familiares  
☐ Outra situação, qual? \_\_\_\_\_
9. **Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à Universidade? (Assinale apenas uma alternativa)**  
☐ A pé/carona/bicicleta  
☐ Transporte público (metrô/ônibus)  
☐ Transporte escolar ou locado  
☐ Transporte próprio(carro/moto).  
☐ Táxi
10. **Quem é a pessoa que mais contribui na renda familiar? (Assinale uma alternativa)**  
☐ Você mesmo. ☐ Cônjuge /Companheiro(a). ☐ Pai. ☐ Mãe.  
☐ Outra pessoa. Qual? \_\_\_\_\_
11. **Você desenvolve alguma atividade remunerada? (Assinale uma alternativa nas questões seguintes)**  
☐ Sim ☐ Não – vá para a pergunta 12

I – Em caso afirmativo, qual o vínculo?

☐ Estágio ☐ Emprego fixo particular. ☐ Emprego autônomo. ☐ Extensão ☐ Pesquisa

II - Indique o motivo da sua decisão de trabalhar:

- ☐ Ajudar nas despesas com a casa
- ☐ Sustentar minha família
- ☐ Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro)
- ☐ Adquirir experiência
- ☐ Custear/ pagar meus estudos

III – Você é independente financeiramente?

- ☐ Sim     ☐ Não

IV - Quantas horas semanais você trabalha?

- ☐ Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
- ☐ De 11 a 20 horas semanais.
- ☐ De 21 a 30 horas semanais.
- ☐ De 31 a 40 horas semanais.
- ☐ Mais de 40 horas semanais

IV - Com que idade você começou a trabalhar?

- ☐ Antes dos 14 anos.
- ☐ Entre 14 e 16 anos.
- ☐ Entre 17 e 18 anos.
- ☐ Após 18 anos.

12. Quantas pessoas vivem da renda mensal familiar? (Assinale apenas uma alternativa)

- ☐ Uma.     ☐ Duas.     ☐ Três.     ☐ Quatro.     ☐ Cinco ou mais.

13. Qual é, aproximadamente, a renda mensal da sua família? (Assinale uma alternativa)

- ☐ Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00).
- ☐ De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 880,00 até R\$ 2.640,00).
- ☐ De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.640,00 até R\$ 5.280,00).
- ☐ De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.280,00 até R\$ 7.920,00).
- ☐ De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.920,00 até R\$ 10.560,00).
- ☐ De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 10.560 até R\$ 13.200,00.).
- ☐ De 15 a 20 salários mínimos ( de R\$ 13.200,00 até R\$ 17.600,00)
- ☐ Mais de 20 salários mínimos ( R\$ 17.600,00)

14. Qual a escolaridade de seu pai ou responsável? (Assinale apenas uma alternativa)

- ☐ Não estudou
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

15. Qual a escolaridade de sua mãe ou responsável? (Assinale apenas uma alternativa)

- ☐ Não estudou
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

16. Qual a profissão do seu pai ou responsável? \_\_\_\_\_

17. Qual a profissão da sua mãe ou responsável? \_\_\_\_\_

**18. Qual a situação ocupacional do seu pai ou responsável? (Assinale uma alternativa)**

- ☐ Proprietário de empresa grande ou média.
- ☐ Proprietário de empresa pequena ou microempresa.
- ☐ Assalariado com contrato formal (empresa pública ou privada).
- ☐ Profissional liberal (que exerce atividade compatível com formação universitária)
- ☐ Bolsa de estudo, estágio ou monitoria.
- ☐ Vive exclusivamente de rendimentos de aluguéis e/ou de investimentos financeiros.
- ☐ Aposentado ou pensionista.
- ☐ Não exerce atividade remunerada (desemprego até 12 meses)
- ☐ Trabalho eventual (exercício do trabalho sem a garantia de continuidade ou vínculo).
- ☐ Atividade agropecuária (não proprietário, meeiro, arrendatário).

**19. Qual a situação ocupacional da sua mãe ou responsável? (Assinale uma alternativa)**

- ☐ Proprietário de empresa grande ou média.
- ☐ Proprietário de empresa pequena ou microempresa.
- ☐ Assalariado com contrato formal (empresa pública ou privada).
- ☐ Profissional liberal (que exerce atividade compatível com formação universitária)
- ☐ Bolsa de estudo, estágio ou monitoria.
- ☐ Vive exclusivamente de rendimentos de aluguéis e/ou de investimentos financeiros.
- ☐ Aposentado ou pensionista.
- ☐ Não exerce atividade remunerada (desemprego até 12 meses)
- ☐ Trabalho eventual (exercício do trabalho sem a garantia de continuidade ou vínculo).
- ☐ Atividade agropecuária (não proprietário, meeiro, arrendatário).

**20. Onde você frequentou o Ensino Fundamental? (Assinale apenas uma alternativa)**

- ☐ Todo em escola pública.
- ☐ Todo em escola particular.
- ☐ Todo em escola particular com bolsa.
- ☐ Maior parte em escola particular.
- ☐ Maior parte em escola pública.
- ☐ Maior parte em escola particular com bolsa.

**21. Onde você frequentou o Ensino Médio? Em que ano concluiu? \_\_\_\_\_ (Assinale apenas uma alternativa)**

- ☐ Todo em escola pública.
- ☐ Todo em escola particular.
- ☐ Todo em escola particular com bolsa.
- ☐ Maior parte em escola particular.
- ☐ Maior parte em escola pública.
- ☐ Maior parte em escola particular com bolsa.

**22. Você frequentou curso pré-vestibular? (Assinale apenas uma alternativa)**

- ☐ Sim.      ☐ Não.

I - Em caso afirmativo:

- ☐ Particular.
- ☐ Particular com bolsa parcial.
- ☐ Particular com bolsa integral.
- ☐ Público.

II - Por quanto tempo?

- ☐ Menos de seis meses
- ☐ Seis meses
- ☐ 1 ano
- ☐ 2 anos
- ☐ 3 anos ou mais

**23. Quantas vezes você prestou vestibular? (Assinale apenas uma alternativa)**

- ☐ Uma vez      ☐ Duas vezes      ☐ Três vezes ou mais.



**24. Você já iniciou outro curso além deste que você está cursando? (Assinale apenas uma alternativa)**

☐ Não ☐ Sim. Qual/quais? \_\_\_\_\_

**25. Você participa (ou participou nos últimos seis meses) de algum Programa de Assistência ao Estudante? (Assinale as alternativas que se adequam ao seu caso)**

- ☐ Nenhum  
☐ Alimentação  
☐ Moradia  
☐ Reforço pedagógico  
☐ Atendimento Médico  
☐ Bolsa Permanência Transporte  
☐ Outra forma de assistência, qual? \_\_\_\_\_

**26. Qual o seu domínio com as seguintes línguas estrangeiras? (Assinale uma alternativa em cada item)**

- a) Inglês: ☐ Avançado; ☐ Intermediário; ☐ Básico e ☐ Nenhum.  
b) Francês: ☐ Avançado; ☐ Intermediário; ☐ Básico e ☐ Nenhum.  
c) Espanhol: ☐ Avançado; ☐ Intermediário; ☐ Básico e ☐ Nenhum.  
d) Alemão: ☐ Avançado; ☐ Intermediário; ☐ Básico e ☐ Nenhum.  
e) Italiano: ☐ Avançado; ☐ Intermediário; ☐ Básico e ☐ Nenhum.  
f) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**27. Quantas horas diárias você estuda em casa ou na biblioteca? (Assinale uma alternativa)**

☐ Menos de uma hora ☐ 1 hora ☐ 2 horas ☐ Mais de 2 horas

**28. Em qual partido você votou na última eleição? (Assinale apenas uma alternativa)**

☐ PMDB ☐ PT ☐ PSDB ☐ PV ☐ PTB ☐ PSOL ☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### **INFORMAÇÕES DO CURSO E DA UNIVERSIDADE E EXPECTATIVA PROFISSIONAL**

**1. Julgue o grau de motivação que o levaram a escolher essa universidade. Sendo 0 o mínimo e 5 o máximo. (Marque uma resposta para cada item)**

- I - Formação profissional voltada para o mercado de trabalho.....  
II - Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho.....  
III - Cultura geral para melhor compreensão do mundo.....  
IV - Por ser uma universidade pública/ privada.....  
V - Pela proximidade com a residência da família.....  
VI - Possibilidades salariais.....  
VII - Baixa concorrência.....  
VIII - Qualidade do curso oferecido... ..  
IX - Possibilidade de realização pessoal.....  
X - Possibilidade de continuar em cursos de pós-graduação.....  
XI - Influência de familiares e/ou terceiros.....  
XII - Facilidade em conseguir estágio.....

XIII – Outro. Qual?.....

2. **Em relação à sua vida estudantil e a escolha pelo curso do Direito, assinale as alternativas que correspondem ao seu contexto familiar:**
- ☐ influenciou fortemente minha escolha pelo Direito
  - ☐ me apoia na escolha pelo Direito
  - ☐ me deu e dá liberdade para fazer minhas próprias escolhas
  - ☐ me desencorajou a fazer o curso de Direito
  - ☐ prefere que eu trabalhe ao invés de cursar uma faculdade
  - ☐ concorda com minha escolha de curso, mas tem outras preferências
  - ☐ não participa de minha vida estudantil
  - ☐ me encoraja a fazer coisas mais lucrativas no futuro
3. **Por quais motivos você escolheu o curso de Direito? (Assinale as alternativas que se adequam ao seu caso)**
- ☐ Aptidões pessoais
  - ☐ Recebimento de um diploma em nível superior
  - ☐ Amplas possibilidades salariais
  - ☐ Realização pessoal
  - ☐ Seguir carreira acadêmica
  - ☐ Mercado de trabalho
  - ☐ Carreira pública
  - ☐ Baixa concorrência pelas vagas
  - ☐ Prestígio social da profissão
  - ☐ Adquirir conhecimento na área jurídica
  - ☐ Poder contribuir para a sociedade
  - ☐ Complementação de formação profissional que já exerce.
  - ☐ Outro motivo: \_\_\_\_\_
4. **O que você pretende fazer logo após se formar? (Assinale apenas uma alternativa)**
- ☐ Trabalhar    ☐ Continuar estudando    ☐ Ambos    ☐ Não sei.
  - ☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_
5. **Se trabalhar foi sua opção na questão anterior, imagina-se: (Assinale uma alternativa)**
- ☐ Trabalhando em qualquer área que tiver oportunidade
  - ☐ Trabalhando exclusivamente com o Direito na carreira pública (magistratura, promotoria, procuradoria, defensoria e outros)
  - ☐ Trabalhando exclusivamente com o Direito na carreira diplomática
  - ☐ Trabalhando exclusivamente com o Direito em escritórios renomados
  - ☐ Trabalhando exclusivamente com o Direito em seu próprio escritório
  - ☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_
6. **Se estudar foi sua opção na questão 4, imagina-se: (Assinale apenas uma alternativa)**
- ☐ Fazendo pós-graduação no Direito (mestrado/doutorado/especialização)
  - ☐ Fazendo pós-graduação em outra área (mestrado/doutorado/especialização)
  - ☐ Iniciando outro curso de graduação
7. **Qual carreira ou profissão você pretende seguir?**
- \_\_\_\_\_



## **B) Roteiro de entrevista**

- Idade
- Área de atuação no direito

### **Trajetória acadêmica e expectativas**

- Como o Direito entrou na sua vida? Como surgiu seu interesse pelo Direito?
- Seus hábitos e suas relações sociais mudaram muito após a entrada no curso?
- Como foi a sua graduação? Você teve dificuldades para entrar no curso? E durante o curso teve dificuldade com alguma área ou com os professores?
- Quando você ingressou no Direito quais eram as suas aspirações? O que você esperava do curso e da profissão?
- Por que você decidiu fazer/não fazer mestrado e doutorado?
- Como e por que decidiu dar aulas no curso de Direito?
- O que você mais gostou e o que você menos gostou do curso?
- E hoje? O que você mais gosta e menos gosta na sua profissão de professor? (Se tiver outra profissão perguntar sobre ela também).
- Você exerce a profissão de professor em outras instituições? Quais?
- Você possui outra atuação profissional além da docência?
- Você diria que qual delas é a sua profissão principal? Por que?

### **Atuação e impressões sobre a universidade**

- Você considera que o professor influencia os alunos na escolha da área do Direito? Ou essa escolha é pessoal? Como foi para você?
- Você considera que a vocação e as aptidões pessoais conduzem os alunos ao universo jurídico? Ou o prestígio e o reconhecimento social da profissão contam também?
- Se você pudesse resumir, qual seria a função do professor de Direito?
- Na sua opinião, como devem ser as aulas de Direito? Como você descreveria uma boa aula e uma aula ruim?
- Que tipo de abordagem você utiliza?
- Qual o seu critério para avaliar os alunos? O que você exige nessas avaliações? Como elas são?

- Um aluno consegue passar na sua matéria apenas comparecendo a aula? Ou ele precisa estudar livros, jurisprudências, etc? E o contrário?
- Você usa alguma doutrina principal? Qual?
- Como professor, o que você espera do estudante de Direito?
- Qual o limite entre um bom aluno, um aluno mediano e um aluno ruim?
- O que se considera como uma boa trajetória no curso jurídico?
- Você atribui alguma importância à produção acadêmica? Por quê?
- E em relação à aplicação prática do Direito, você a considera importante? Por quê?
- Você acredita que trabalhar e estudar ao mesmo tempo é algo desejável ou deve ser evitado? Isso atrapalha o aprendizado?

### **Relações na universidade**

- Como é sua relação com os outros professores e com os alunos?
- Como é a relação entre o corpo docente e a administração do curso?
- Qual a sua opinião sobre o número reduzido de mulheres no corpo docente?
- Você acha que elas passam por mais dificuldades na docência e em outras carreiras jurídicas?
- E o que você pensa sobre o número cada vez maior de mulheres no corpo docente?
- Em relação ao corpo administrativo do curso, você saberia dizer por que as mulheres atuam nos departamentos de cultura e de pesquisa?

### **Hierarquias temáticas**

- Você acredita que há áreas no Direito mais valorizadas que outras? Pode me dar um exemplo?
  - Como você percebe essa hierarquia?
  - Por que você acha que isso acontece?
  - Isso é amplamente conhecido no universo jurídico?
  - Você acredita que há uma relação entre as características de uma pessoa e a área que ela segue? (Indagar sobre a classe social, gênero, origem geográfica etc).  
Discorra sobre essa questão por favor.

(Se a pessoa disser que não, insistir perguntando sobre o Direito Civil/Direito do Estado e Direitos Humanos)

- Você acredita que o Direito brasileiro precisa de uma reforma? Em quais áreas? Para que essa mudança serviria?
- Você acha que o curso de Direito desta universidade deve ser reestruturado? Quais mudanças são necessárias?
  - (O que você achou da mudança da grade curricular do curso? O que você achou da introdução das clínicas?)

### **Estilo de vida e práticas sociais**

- Como é um dia comum na sua vida?
- O que você faz no seu tempo livre?
  - Como foi sua infância?
  - Qual seu estado civil? Como conheceu o cônjuge?
  - Qual a profissão dos seus avós, pais e irmãos?
  - Possui filhos? Onde estudam ou com o que trabalham?
  - Você gostaria que seus filhos seguissem a carreira jurídica? Por que?
- Você acredita que pertence a qual classe social?